

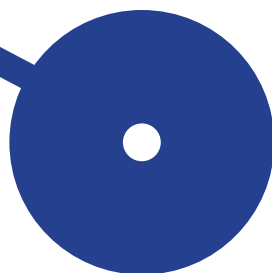
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“Entre Nós”: Projeto de intervenção psicossocial com uma família em contexto de CAFAP

Daniela Sofia de Jesus Ferreira

09/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Daniela Sofia de Jesus Ferreira

**“Entre Nós”: Projeto de intervenção psicossocial com uma família em
contexto de CAFAP**

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social Especialização em Ação Psicossocial em
Contextos de Risco**

Orientação: Prof.^a Doutora Helena Carvalho

Porto, setembro de 2025

A todos os que fizeram parte deste percurso

AGRADECIMENTOS

Alcançar este momento foi o resultado de um percurso exigente, repleto de aprendizagens, descobertas e transformações pessoais. Este trajeto só se tornou possível graças à presença, ao apoio e ao encorajamento daqueles que caminharam comigo e que marcaram esta experiência. A todos eles, expresso os meus mais sinceros agradecimentos.

À Família Vilar, pela generosidade de me acolher não apenas na sua casa, mas também nas suas vidas, deixo um agradecimento especial à Avó Estrela, pelas conversas e momentos de partilha que foram inspiração tanto para a elaboração deste relatório como para a construção da minha identidade profissional.

A todos os profissionais da Instituição, em especial à Equipa do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, pela oportunidade concedida, pelo carinho e pelo suporte sempre presentes. Agradeço profundamente todos os momentos de partilha e os conselhos que contribuíram para impulsionar este meu ainda inicial percurso na intervenção social.

À Professora Helena Carvalho, orientadora desta grande aventura, cuja admiração que tenho por si me acompanham desde a licenciatura. A sua combinação única de sensibilidade, aliada à extraordinária capacidade de motivar e inspirar qualquer estudante, deixaram uma marca profunda no meu percurso. Agradeço-lhe, de coração, pelas conversas esclarecedoras, pela paciência incansável, pela confiança depositada em mim e, sobretudo, pelo apoio firme num dos momentos mais desafiantes da minha vida.

Às minhas queridas colegas e companheiras de mestrado, Cátia Pereira e Fátima Guimarães, pelo apoio, palavras de incentivo e preciosas reflexões que fizemos ao longo deste percurso.

À minha família, com especial destaque para os meus pais, que sempre me apoiaram e sempre me permitiram dedicar-me a este trabalho por completo. Uma obrigada é pouco por tudo aquilo que são e fazem por mim. Obrigada à minha melhor amiga Ana Monteiro, por ser quem é para mim.

RESUMO

O presente relatório, denominado “Entre Nós” retrata o desenvolvimento de um projeto de intervenção psicossocial desenvolvido com uma família, segundo a metodologia de Investigação-Ação Participativa. Esta metodologia é particularmente relevante quando se pretende resgatar com as pessoas espaços-tempo de transformação e contribuir para uma mudança efetiva nas suas vidas. A finalidade do presente projeto foi contribuir para a quebra de ciclos de exclusão social de uma família multidesafiada com particular enfoque no empoderamento da Avó Estrela e da proteção e promoção do desenvolvimento da Flor. Para alcançar esta finalidade delinearam-se duas ações: a primeira, centrada na Família Vilar e no processo de promoção e proteção da Flor e a segunda ação focada na Avó Estrela e no seu desenvolvimento pessoal. Este foi um projeto desenvolvido com a família e contou também com o contributo da equipa técnica de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental apresenta-se como sendo uma resposta social que intervém com famílias, estabelecendo uma relação privilegiada de proximidade sempre que existem crianças ou jovens em situação de vulnerabilidade. Assim, o projeto desenvolveu-se nesta lógica de intervenção, promovendo a proximidade à família e estimulando a mudança a partir das potencialidades do sistema familiar, bem como das competências individuais. Os momentos de reflexão conjunta foram sempre privilegiados como método para uma intervenção consciente e respeitadora. Embora não se tenha conseguido alcançar todos os objetivos definidos, o projeto contribuiu para uma mudança efetiva nas vidas das pessoas.

Palavras-chave: Família; Intervenção; Parentalidade; Infância e Pobreza

ABSTRACT

The present report, entitled “Between Us”, portrays the development of a psychosocial intervention project implemented with a family, following the methodology of Participatory Action Research. This methodology is particularly pertinent when the aim is to reclaim, together with individuals, spaces and times of transformation, thereby contributing to effective change in their lives. The purpose of this project was to contribute to the disruption of cycles of social exclusion within a multi-challenged family, with particular emphasis on the empowerment of Grandmother Estrela and on the protection and promotion of Flor’s development. To achieve this aim, two main actions were outlined: the first centred on the Vilar Family and on the process of promoting and safeguarding Flor’s well-being, and the second focused on Grandmother Estrela and her personal development. This project was developed in collaboration with the family and also benefited from the contribution of the technical team of a Family Support and Parental Counselling Centre.

The Family Support and Parental Counselling Centre constitutes a social response that works with families by establishing a privileged relationship of proximity whenever children or young people are in situations of vulnerability. In this context, the project was developed within this logic of intervention, fostering closeness to the family and stimulating change based on the strengths of the family system as well as on individual competences. Moments of joint reflection were consistently prioritized as a method for ensuring an intervention that is both conscious and respectful. Although not all of the predefined objectives were achieved, the project nonetheless contributed to an effective change in people’s lives.

Keywords: Family; Intervention; Parenting; Childhood and Poverty

LISTA DE SIGLAS

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EIS – Educação e Intervenção Social

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais

ET – Equipa Técnica

IAP- Investigação- Ação Participativa

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

OG – Objetivo Geral

OE – Objetivo Específico

P - Problema

PEF – Ponto de Encontro Familiar

PIAF – Plano Integrado de Apoio Familiar

PF – Preservação Familiar

RF – Reunificação Familiar

RSI – Rendimento Social de Inserção

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT	III
LISTA DE SIGLAS.....	IV
INTRODUÇÃO.....	1
1. O PROJETO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	3
1.1. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: O PARADIGMA SOCIOCÍTICO.....	3
1.2. INVESTIGAÇÃO - AÇÃO PARTICIPATIVA	5
1.3. MODELO DE AVALIAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: MODELO CIPP	7
2. FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL	9
2.1. O SISTEMA FAMÍLIA.....	9
2.2. FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS E OS SEUS PERCURSOS.....	11
2.3. RESPOSTA SOCIAL DO CAFAP NA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL	15
3. CAFAP: CARATERIZAÇÃO E INTERVENÇÃO	22
3.1. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	22
3.2. CARATERIZAÇÃO DO CAFAP	23
3.3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA	25
3.4. A INTERVENÇÃO	29
4. AS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NO CAFAP.....	34
4.1. CARATERIZAÇÃO DAS FAMILIAS	34
4.2. A FAMÍLIA VILAR	40
5. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO	45

6.	DESENHO DO PROJETO “ENTRE NÓS – PROJETO DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM UMA FAMÍLIA EM CONTEXTO DE CAFAP”	50
6.1.	FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES	50
6.2.	AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	53
7.	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	56
7.1.	AÇÃO 1: “RODA DO CUIDAR”	56
7.2.	AÇÃO 2: “JANELA PARA O FUTURO”	61
7.3.	AÇÃO 3: “PROTAGONISTA DE MIM MESMA”	67
8.	AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICE A – GUIÃO DE GRUPO FOCAL DESENVOLVIDO COM A EQUIPA TÉCNICA DO CAFAP	82
	APÊNDICE B- FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO PARA O CAFAP	94
	APÊNDICE C- GENOGRAMA DA FAMÍLIA VILAR	98
	APÊNDICE D- PROBLEMAS, INDICADORES E NECESSIDADES.....	99
	APÊNDICE E- MODELO DE TABELA DE ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA.....	101
	ANEXO 1- CONSENTIMENTO INFORMADO.....	103

INTRODUÇÃO

Atualmente, e apesar dos avanços registados nas políticas sociais e nas respostas dirigidas às famílias em situação de vulnerabilidade, a realidade mostra que persistem percursos de vida complexos, marcados por múltiplos desafios, que podem comprometer a prestação de cuidados responsivos às crianças e jovens. Nesse sentido, é imprescindível que se potencie os recursos internos e externos familiares disponíveis, promovendo a sua capacidade de reorganização face às adversidades e oferecendo o suporte que por vezes condena as pessoas e famílias ao isolamento e exclusão. A intervenção social reconhece o potencial transformador do encontro entre pessoas “(...) que, interagindo criativamente, podem investigar sobre a sua própria realidade, conquistar novos patamares de consciência das necessidades e das contradições existentes, e construir um vasto campo de possibilidades” (Monteiro & Timóteo, 2024, p. 18).

O presente relatório foi elaborado no âmbito de um projeto de intervenção psicossocial desenvolvido no contexto do Mestrado em Educação e Intervenção Social na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco. O projeto “Entre nós” foi desenvolvido com uma família acompanhada por um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) desde outubro de 2022 até janeiro de 2024. Contou com a participação da mestranda e autora do relatório, com a família e a Equipa Técnica (ET) do CAFAP. A escolha do CAFAP foi motivada pelo interesse em desenvolver uma intervenção centrada em crianças e jovens, articulada com o trabalho realizado junto das respetivas famílias. Esta opção assenta no reconhecimento e valorização das potencialidades e contributos de cada família, entendendo-os como recursos fundamentais para a promoção de mudanças significativas, orientadas para a construção de percursos de vida mais equilibrados e felizes. Embora as crianças e os jovens constituam o foco central desta resposta social, reconhece-se o papel estruturante da família no seu desenvolvimento integral e saudável.

Este relatório está organizado de forma a garantir uma leitura estruturada e fluída, permitindo compreender o percurso desenvolvido desde o enquadramento metodológico até à avaliação final do projeto. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “O Projeto em Educação e Intervenção

Social: Enquadramento Metodológico”, são abordados os fundamentos metodológicos que sustentam o trabalho realizado, com destaque para o Paradigma Sociocrítico, a Investigação-Ação Participativa (IAP) e o Modelo CIPP, adotado como referência para a avaliação de projetos de intervenção social. O segundo capítulo, “Família e a Intervenção Psicossocial” corresponde ao enquadramento teórico, no qual se analisa a família enquanto sistema, se discutem os desafios enfrentados pelas famílias multidessafiadas e se reflete sobre o papel dos CAFAP na intervenção psicossocial. O terceiro capítulo, “CAFAP: Caracterização e Intervenção”, centra-se na descrição do contexto geográfico, na caracterização da instituição em estudo, na apresentação da ET e nas modalidades de intervenção que esta desenvolve. O quarto capítulo, “As Famílias em Acompanhamento no CAFAP”, dedica-se à caracterização das famílias acompanhadas, com particular atenção à família Vilar, que participou no desenvolvimento do presente projeto. No quinto capítulo, “Avaliação do Contexto”, procede-se a uma análise aprofundada das necessidades, recursos e constrangimentos identificados no decurso da intervenção. O sexto capítulo, “Desenho do Projeto “Entre Nós – Projeto de intervenção psicossocial com uma família em contexto de CAFAP”, apresenta a finalidade, os objetivos, as estratégias e as ações planeadas, incluindo a avaliação de entrada que fundamentou a sua construção. O sétimo capítulo, “Desenvolvimento do Projeto”, descreve detalhadamente a implementação das três ações que compuseram a intervenção – “Roda do Cuidar”, “Janela para o Futuro” e “Protagonista de Mim Mesma”, evidenciando a articulação entre planeamento e prática. Por fim, no oitavo capítulo, “Avaliação Final do Projeto” procede-se à reflexão dos resultados alcançados, salientando-se as mudanças observadas, os contributos para a promoção do bem-estar familiar e também a reflexões para futuras práticas de intervenção neste domínio. Em seguida são ainda apresentados os anexos e apêndices para consulta complementar.

Os aspetos éticos, relacionados tanto com os participantes do projeto, como com a caracterização do contexto social em que este decorreu, foram devidamente assegurados através da anonimização de todos os dados e da assinatura do consentimento informado, conforme se apresenta no anexo 1 (p. 103).

1. O PROJETO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No presente capítulo procurar-se-á realizar o enquadramento metodológico no qual se baseou o desenvolvimento do projeto. Nesse sentido é apresentado o paradigma em que se enquadra o processo de investigação, seguidamente será apresentada a metodologia de projetos em educação e intervenção social e o modelo de avaliação.

1.1. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: O PARADIGMA SOCIOCRTICO

Na sociedade atual, são inúmeros os desafios que vão surgindo. Desafios estes que estão, sempre, de mãos dadas com as alterações políticas e com a progressiva complexidade dos fenómenos. Posto isto, as metodologias de investigação e intervenção, no âmbito social, requerem também constantes atualizações com o intuito de ir ao encontro das reais necessidades das pessoas.

Na perspetiva de Coutinho (2014), é imprescindível que a investigação seja orientada por valores, regras e teorias comuns, num determinado tempo histórico, pelas quais uma comunidade científica se vai reger, para viabilizar a investigação no âmbito social. O paradigma de investigação no qual se baseou o desenvolvimento deste projeto, denomina-se por paradigma emergente ou alternativo (Santos, 1999). De acordo com as autoras Timóteo e Bertão (2012) trata-se de um paradigma que atenta aos reais problemas e necessidades das pessoas, permitindo que as mesmas possam atuar na resolução dos mesmos de uma forma ativa e participativa. Este paradigma de investigação é considerado emancipatório, uma vez que coloca em destaque a reflexão e a participação das pessoas, nos seus próprios processos de transformação (Coutinho, 2005). É também um paradigma dinâmico na forma como a realidade social é encarada, visto que se verifica um envolvimento harmonioso entre a praxis e a realidade (Stenhouse, 1983 citado por Coutinho et al., 2009), potenciando a formulação de perspetivas teóricas, que estão assentes em

linhas de investigação educativas, que privilegiam a reflexão crítica e aspetos qualitativos (Coutinho et al., 2009). O investigador, segundo o paradigma em análise, apresenta-se como sendo um ator social, participando na interação entre o contexto e as pessoas de forma interdependente (Lima, 2003).

Boaventura Sousa Santos (1999) refere-se ao paradigma emergente enquanto instrumento de construção de conhecimento holístico e integrado. Desta forma, pode-se afirmar que se está perante uma perspetiva de cariz metodológico, que valoriza o conhecimento subjetivo, que tem como base a participação ativa das pessoas e que reconhece a importância do senso comum. Em oposição, o paradigma dominante, promove a construção do conhecimento, de uma forma objetiva e rigorosa, olhando a realidade social de uma forma previsível e de preferência mensurável (Santos, 1999), seguindo as linhas orientadoras de determinada disciplina. Nas palavras do autor “um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado” (Santos, 1999, p. 46). Isto remete para as limitações existentes, ligadas à validade apenas do saber científico. Santos (1999), releva também a importância de uma perspetiva inter e transdisciplinar, quanto aos assuntos e temas em análise. É neste sentido que a construção do conhecimento se torna mais ampla, pois existem diferentes abordagens e visões relativamente à realidade social e à sua complexidade. Em síntese, o paradigma emergente surge como sendo uma ferramenta de construção de conhecimento, que envolve a componente científica e social, que valoriza os dados quantitativos e também qualitativos, com o propósito de olhar para a realidade social e perspetivar toda a sua riqueza e essência de uma forma ampla e complexa.

O paradigma Sociocrítico diferencia-se no sentido em que inclui, as pessoas nos processos de mudança e transformação das suas próprias vidas. Afirma-se assim como sendo um paradigma, voltado para os movimentos sociais, audaz e corajoso (Lima, 2003). Vem quebrar com a objetividade e previsibilidade de um paradigma dominante (Santos, 1999), e além disso, permite também que a realidade seja percecionada de uma forma livre, construindo assim conhecimento baseado na verdade, a verdade das pessoas.

1.2. INVESTIGAÇÃO – AÇÃO PARTICIPATIVA

A IAP é uma metodologia de investigação que se encontra integrada no paradigma sociocrítico. Esta metodologia tem como objetivo primordial, promover a participação ativas das pessoas na compreensão e alteração das problemáticas associadas à sua realidade social. A participação ativa na construção de conhecimento, apresenta-se como sendo uma mais-valia para o processo investigativo na medida em que potencia a transformação social de uma forma duradora e significativa (Coutinho, 2013). A par da intencionalidade transformadora, a IAP também se diferencia como metodologia de investigação, uma vez que o investigador é coletivo, isto é, todas as pessoas que se encontram inseridas num determinado contexto, independentemente do seu papel devem intervir e participar de forma ativa em todo o processo (Lima, 2003). Cabe então ao investigador, quando decide posicionar-se metodologicamente na IAP, criar relação com as pessoas de uma forma genuína e respeitadora, visto que as relações significativas e coesas, serão os alicerces para o desenvolvimento de um verdadeiro projeto conjunto (Capul & Lemay, 2003). Para que tal se possa concretizar, a empatia, a aceitação e o respeito pelo percurso de vida das pessoas, devem ser norteadores fundamentais do desenvolvimento de projeto (Capul & Lemay, 2003).

Coutinho et al. (2009) referem que esta metodologia de investigação, apresenta um modelo cíclico, que procura responder de uma forma flexível e ajustada através da articulação de diferentes fases desde a planificação, a ação, observação (avaliação) e a reflexão (teorização). O facto de a IAP ser uma metodologia que procura alcançar o bem-estar das pessoas através das mudanças nas práticas, implica que os ciclos se vão repetindo ao longo do tempo, abrindo assim a possibilidade de se analisar e refletir sobre os resultados, reajustando e redirecionando as ações sempre que necessário (Coutinho et al., 2009). Esta metodologia é bastante dinâmica e permite que os dados que vão surgindo guiem todo o processo de intervenção e a posterior transformação. A par deste modelo no âmbito da IAP Latorre (2003) sugere ainda algumas técnicas que podem ser utilizadas, que passam pela observação, pelo diálogo e análise de documentos. Desta forma, o investigador privilegia os testemunhos na primeira pessoa, cruzando assim com o que vê e sente e posteriormente, triangulando com documentos institucionais ou

legais. Cabe ao investigador, sendo um ator social e participante ativo, potenciar momentos de reflexão, para que se construa um processo transformativo que faça sentido para todos, e ilustrando a realidade de uma forma genuína. Importa referir, que tendo em conta a flexibilidade da IAP, as técnicas de recolha de informação podem variar, dependendo do contexto e daquilo que a realidade vai revelando.

Apesar de este ser um processo que se pretende que seja o mais genuíno possível, as ações do investigador têm uma intencionalidade, ainda que transformadora, de modo a conseguir alcançar a mudança. Posto isto, segundo Coutinho et al. (2009) a intencionalidade corporiza-se na intervenção, através do aproximar da praxis com a realidade social, através da participação por parte das pessoas, o que possibilita o cruzamento de diferentes pontos de vista, sempre numa abordagem crítica que promova a reflexão. Tudo isto irá permitir o desenvolvimento de um processo em que a prática e a reflexão são interdependentes. Em suma, uma vez que há intencionalidade, cabe ao investigador ou profissional ser transparente e genuíno para com as pessoas, no sentido de tornar a intervenção um processo coconstruído, mas também assegurando que há justiça e respeito pelas vidas e percursos.

A ideia de que “a investigação- ação participativa alberga um enorme campo de possibilidades quanto a métodos e técnicas, cuja validade é determinada pela adequação aos atores e aos contextos” (Monteiro, 2019, p. 68) ilustra a forma como esta metodologia de investigação, procura conhecer a realidade em concordância com as pessoas e o contexto. Percebe-se que o trabalho é coletivo, interdependente e procura-se intervir de uma forma democrática. A complexidade da realidade social é indiscutível, bem como as inúmeras alterações que vão acontecendo, pressupondo que os desafios também vão sendo diferenciados. Para que os interventores possam responder de forma favorável às exigências que vão surgindo, é imprescindível que desenvolvam um trabalho educativo e reflexivo, no que diz respeito às práticas, para que se possa alcançar transformações significativas (Monteiro, 2019). Conforme sugere o autor Monteiro (2019) as comunidades locais, os movimentos, as organizações sociais, constituem-se como elos imprescindíveis para a mudança, dada a riqueza que conferem.

1.3. MODELO DE AVALIAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: MODELO CIPP

Em projetos de Educação e Intervenção Social (EIS) a avaliação deve ser um processo contínuo e planificado, com vista a recolher e analisar de uma forma cuidada e atenta, um conjunto de informações relevantes de modo a compreender os fenómenos e se de facto aquilo que está a ser desenvolvido está em conformidade com a finalidade e os objetivos que foram delineados (Monteiro, 1996). Estar em projeto, requer que constantemente se vá pensando e refletindo sobre as prioridades, os passos que vão sendo dados, os recursos disponíveis e aquilo que a realidade revela, para que seja possível caminhar de uma forma alinhada com aquilo que se pretende alcançar, mas deixando sempre espaço para redirecionar o caminho, se assim se verificar necessidade (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). As pessoas que estão presentes nos vários contextos são elementos fundamentais para a transformação da sua própria realidade, daí o facto de os projetos de EIS, através da avaliação contínua, atenderem aos balanços necessários, para que seja sempre um percurso significativo e verdadeiramente transformador.

A avaliação, sendo uma das componentes centrais do desenvolvimento de um projeto de IAP deve enquadrar-se numa lógica processual e participativa que não se esgote na avaliação de resultados. Um dos modelos avaliativos que se enquadra nesta lógica processual é o modelo CIPP (Contexto – Input – Processo – Produto) de Stufflebeam e Shinkfield (1995). Trata-se de um modelo sistemático e contínuo (Stufflebeam & Shinkfield, 1995) cuja concretização visa uma aproximação à realidade das pessoas e dos seus contextos. Os diferentes momentos do modelo têm objetivos diferenciados, com uma intenção concreta em cada fase do projeto. Na avaliação do Contexto, o que se pretende essencialmente é conhecer genuinamente a realidade social, com vista a que se desenvolva um desenho de projeto, que servirá de mapa para uma intervenção ajustada às necessidades, problemas, recursos e potencialidades existentes e manifestados, com vista a atingir as metas e objetivos definidos (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Na avaliação de entrada (*input*) é feita uma reflexão sobre a pertinência e coerência do desenho de projeto, bem como da possibilidade de ser bem-sucedido ou não. Para tal, a participação das pessoas é imprescindível, no sentido de se fazerem os ajustes necessários (delineamento de diferentes

estratégias) à intervenção, tendo em conta as potencialidades e os obstáculos que vão sendo identificados (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação do Processo, sublinha a necessidade de se proceder a uma avaliação continuada ao longo do desenvolvimento do projeto. Com a participação ativa das pessoas, debruçando-se sobre as ações e atividades e numa lógica de reflexão, deve-se ir avaliando e percebendo se estão a corresponder àquilo que é a finalidade do projeto, bem como os objetivos traçados (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). É importante referir, a importância do papel do investigador no sentido de assegurar constantemente que há uma visão crítica e reflexiva junto das pessoas, para que as transformações a que se anseia chegar, sejam de facto significativas para as pessoas. Por fim, a avaliação do Produto, incide essencialmente sobre os resultados que foram obtidos após a intervenção, é um momento de balanço e reflexão entre todos os participantes, para que conjuntamente sejam identificados os aspetos positivos e menos positivos, as mudanças a transformações, decidindo assim se faz sentido encerrar o projeto ou reajustar e dar continuidade (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

É a partir da avaliação contínua e sistemática, que é possível perceber se de facto, há concordância entre os recursos que existem num determinado contexto, as metas que se pretende alcançar e as verdadeiras necessidades sentidas (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Esta harmonia necessária e imprescindível, está diretamente ligada com uma metodologia de investigação qualitativa, que por excelência, inclui as pessoas no seu próprio processo de mudança e transformação, dando lugar ao posicionamento crítico, à descoberta e à reflexão da vida e dos passos que foram dados e dos vindouros, para que o bem-estar integral possa ser alcançado, independentemente do tempo que demore.

Em conclusão, “a avaliação existe para melhorar, ou seja, a avaliação não é um fim, mas sim um meio para melhorar sistematicamente a ação social e para se fazer um uso mais adequado dos recursos disponíveis” (Cardoso & Moreira, 2017, p. 104), desta forma é possível desenvolver uma intervenção social consciente, integrada e atenta à realidade e às pessoas. Este é o caminho que promove, uma transformação verdadeiramente significativa, que respeita o tempo e os percursos das pessoas.

2. FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

A família e os seus membros, são um alicerce muito importante, para o desenvolvimento positivo de um indivíduo na sociedade. Desta forma, e tendo em conta o teor do projeto desenvolvido, é essencial, que haja um aprofundamento na compreensão da família enquanto sistema aberto, bem como da influência que os indivíduos e o meio têm na sua organização. Neste capítulo será ainda explorado o conceito de famílias multidesafiadas, com vista a que seja feita uma análise cuidada sobre os fatores que estão associados à dificuldade em responderem favoravelmente aos desafios que vão surgindo ao longo do ciclo de vida. Seguindo esta análise, é posto em evidência qual é o papel do CAFAP junto das famílias, enquanto resposta social.

2.1. O SISTEMA FAMÍLIA

A família apresenta-se como sendo um sistema aberto, que se organiza a partir de padrões repetitivos e onde existem conexões entre as pessoas, que por sua vez afetam cada um individualmente, mas também o sistema como um todo (Alarcão, 2002; Minuchin et al., 1999). Neste sentido “o comportamento de cada um dos seus membros é indissociável do comportamento dos restantes e aquilo que lhe acontece afecta a família no seu conjunto” (Alarcão, 2002, p. 44). Além das ligações, entre os elementos que compõe a família, a interação que é estabelecida com o meio, também é significativa para o desenvolvimento e equilíbrio, pelo qual os sistemas estão sujeitos (Alarcão, 2002). A partir das visões dos autores supracitados, pode-se constatar que a família enquanto sistema aberto, vai além da soma dos membros que a compõem, a qualidade das relações que estão estabelecidas, sejam ela positivas ou nocivas têm efeito em todos os elementos.

Segundo Minuchin e colaboradores (1999), os padrões repetitivos e as conexões que existem entre as pessoas que constituem a família, são essenciais para que se compreenda enquanto um sistema aberto. Os mesmos autores problematizam ainda o conceito de subsistema, referindo “há muitos subsistemas dentro das famílias, assim como em qualquer sistema complexo. A idade e o gênero criam subsistemas familiares, assim como outros fatores” (Minuchin, et al., 1999, p. 25).

Com esta ilustração, percebe-se que muitos são os fatores que criam os subsistemas, dentro do sistema família, e esses mesmos fatores vão influenciar de forma direta as relações entre as pessoas, sustentados por regras implícitas e explícitas (Minuchin et al., 1999). Andolfi (1981 citado por Alarcão, 2002, p. 40) afirma que

a família é um sistema entre sistemas e que é essencial a exploração das relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros e para a formação de intervenções eficazes.

Alarcão (2002) sugere que é imprescindível uma análise sistémica, uma vez que conforme nos sugere Almeida et al. (2016) a família possui uma identidade individual e também grupal, de acordo com os diferentes papéis que cada um desempenha, nos diversos contextos em que está inserido. Desta forma, importa que haja uma consciência clara sobre os estatutos, os papéis e funções que são assumidos pelas pessoas individualmente, bem como das regras e limites quanto às interações entre todos (Alarcão, 2002). A noção de limites, é importante quanto aos subsistemas que existem, mas é, igualmente importante no que concerne à família enquanto unidade (Minuchin et al., 1999).

Como qualquer sistema, a família ao longo do ciclo de vida passa por inúmeros desafios, que de alguma forma, produzem momentos de alguma instabilidade, que poderão constituir-se como momentos potenciadores de alterações e mudanças (Minuchin et al., 1999). No que diz respeito às mudanças inerentes ao ciclo de vida, a família procura estabelecer novamente o equilíbrio, através dos padrões comportamentais que tem vindo a utilizar, mas atentando aos ajustes que necessita fazer, com vista a responder favoravelmente às novas exigências (Minuchin et al., 1999). Desta forma, conclui-se que a família não é um sistema estático, e quando é alcançada a estabilidade, que acontece através do processo de autorregulação, a mesma organiza-se a partir de padrões familiares repetitivos de modo a conseguir responder favoravelmente às exigências que vão surgindo (Alarcão, 2002). Estes mesmos padrões “refletem as filiações, tensões e hierarquias importantes nas sociedades humanas, e têm significado para o comportamento e os relacionamentos” (Minuchin et al., 1999, p. 23). São estes padrões que potenciam a existência de

momentos de conflito e também de harmonia, permitindo que a família se organize, quanto à sua hierarquia e que a partir daí, os seus membros tomem decisões conscientes (Minuchin et al., 1999). Enquanto sistema aberto, a família está constantemente em contacto com outros contextos externos, seja na comunidade a que pertence ou de uma perspectiva mais macro, na sociedade em que está inserida. Desta forma, acontece uma troca constante de influências que potenciam a evolução do sistema ao longo do tempo (Alarcão, 2002). Segundo Alarcão (2002)

(...) o indivíduo é, por um lado, uma parte da família e da comunidade a que pertence, mas, por outro lado, nele habita e reconhece-se essa mesma família e essa mesma comunidade (...) Assim podemos enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos (p. 51).

De acordo com Almeida e colaboradores (2016) as exigências que surgem nas diferentes fases do ciclo vital e a forma como são vivenciadas pela família, estão diretamente relacionadas com a fase de desenvolvimento em que se encontra, daí que é imprescindível haver uma compreensão atenta sobre os limites e as fronteiras, mas também dos recursos e potencialidades existentes, com vista a que a intervenção seja ajustada. Desta forma, as famílias que não conseguem responder às exigências provenientes do exterior, nem se organizar devido aos inúmeros desafios com que são confrontadas, podem colocar em risco alguns elementos. Muitas das vezes, esses desafios surgem em simultâneo, colocando todos os elementos à prova, podendo desencadear uma série de comportamentos de risco. A articulação destes fatores com a presença de dificuldades intrafamiliares permite considerar que estamos perante uma família multidesafiada, conceito que será aprofundado no ponto seguinte.

2.2. FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS E OS SEUS PERCURSOS

Ao longo dos tempos, o conceito de família tem vindo a sofrer alterações significativas, quando à sua estrutura e composição, bem como no que diz respeito aos papéis que cada um dos seus elementos desempenha. Estas alterações, devem-se a toda uma conjuntura de alterações nas

sociedades modernas, que obrigam a que haja uma constante adaptação para que este sistema possa responder às exigências de uma forma favorável.

Durante o ciclo de vida, a família vai enfrentando crises e desafios que põe à prova todas as suas estruturas. Melo e Alarcão (2010 citado por Vita et al., 2019) “destacam a vivência familiar em condições de vida adversas, a exposição a ambientes ou circunstâncias stressantes e o lidar com múltiplos desafios, muitas vezes, paralelamente à vivência de crises normativas e transições” (p. 29). O conceito de famílias multidesafiadas, caracterizam-se pela presença de inúmeros desafios, que atingem vários elementos do sistema familiar (Almeida et al., 2016). Na perspectiva de Sousa e colaboradores (2007) “(...) não existe um problema ou um sintoma preciso (...) apresentam múltiplos problemas graves que afectam vários elementos da família, vividos em simultâneo e /ou em sequência” (p. 20). Algumas das problemáticas associadas aos desafios que vão surgindo, prendem-se com violência doméstica, maus tratos, situações de alcoolismo e outras adições, insucesso escolar, entre outras (Sousa et al., 2007). A vulnerabilidade das famílias multidesafiadas, está também espelhada “numa comunicação também ela desorganizada e caótica, focada nas vivências emocionais e resistente ao distanciamento e reflexão ponderada sobre as ocorrências” (Almeida et al., 2016, p. 60). Contudo, nos sistemas complexos, como é o caso das famílias multidesafiadas, os padrões de organização que são seguidos podem transmitir uma aparente desorganização, mas que dentro do sistema e para os seus membros, conferem alguma segurança porque são usuais (Sousa et al., 2007; Sousa & Ribeiro, 2005). Madsen (1999 citado por Sousa & Ribeiro, 2005) afirma que a necessidade de as famílias “responderem a sucessivas crises, procurando novas soluções para recentes circunstâncias, dá-lhes a aparência de caóticas e instáveis, mas revela, ao mesmo tempo, a preocupação em procurar soluções, demonstrando capacidade de resolver problemas” (p. 175).

No que concerne ao funcionamento das famílias multidesafiadas, importa mencionar alguns fatores importantes, que condicionam a forma como o sistema responde aos desafios que vão surgindo. Alarcão (2002) menciona a instabilidade que por vezes existe nas relações, verificando-se rompimentos e reconciliações, que acontecem num curto espaço de tempo e que, levam a saídas e regressos repentinos ao lar por alguns membros, que por sua vez afetam os demais e interfere com a estrutura de todo o agregado. A conjugalidade pode também ser marcada por

encontros e desencontros, nomeadamente momentos avassaladores de grande proximidade e paixão, que se fazem também acompanhar de momentos bastante hostis e por vezes, também de alguma agressividade (Weizman, 1885 citado por Sousa et al., 2007). Desta forma, havendo fragilidades relativamente à conjugalidade, imediatamente se refletem quanto à parentalidade, uma vez que a mesma tende em “dispersar-se por várias figuras” (Fulmer, 1989 citado por Sousa et al., 2007, p. 21), uma vez que o cuidado pelas crianças existentes, fica à responsabilidade de quem apresenta uma maior disponibilidade não havendo um reconhecimento efetivo das figuras de referência (Sousa et al., 2007). Quanto aos objetivos familiares comuns, Weizman (1985, citado por Sousa et al., 2007) defende que os mesmos são praticamente escassos e que as energias são canalizadas para “conflitos imediatos, conjunturas de emergência e sobrevivência” (p. 20), levando a que algumas funções relacionais e organizacionais, sejam desenvolvidas de uma forma pouco positiva. Tendo em conta as fragilidades já mencionadas, também a hierarquia e as figuras de liderança encontram-se comprometidas, uma vez que a falta de regras impera, a par de uma rotatividade de quem assume a liderança levando à desorganização total e à dificuldade em definirem-se limites (Alarcão, 2002; Sousa et al., 2007). Estes mesmos limites prendem-se com o interior da família, uma vez que há uma distância significativa entre as pessoas “(...) e fronteiras pouco definidas (difusas) ou excessivamente permeáveis” (Sousa et al., 2007, p. 21), sendo que a autonomização dos elementos fica também comprometida. Porém, os limites também se prendem com as influências do exterior, dada a facilidade com que o sistema familiar pode ser invadido, pelo contexto em que está inserido (Colapinto, 1995 citado por Sousa et al., 2007).

Importa ainda refletir sobre a importância da transgeracionalidade do trauma, e a forma como influencia a circularidade de comportamentos em famílias multidesafiadas. De acordo com os autores Santos e Ghazzi (2012), cada pessoa é influenciada por acontecimentos marcantes vivenciados pelos seus familiares, os quais se transmitem através das relações e dinâmicas intergeracionais. Essa mesma herança, poderá potenciar o desenvolvimento de uma narrativa familiar, que se perpetue geracionalmente. Souza e colaboradores (2023) descrevem a transgeracionalidade como sendo “um fenómeno que se refere à transmissão de padrões comportamentais, crenças e traumas ao longo de várias gerações, podendo influenciar

negativamente o eixo familiar perpetuando padrões disfuncionais e desafios emocionais ao longo do tempo” (p. 23672). Desta forma, compreende-se a relevância de histórias de trauma na formação das estruturas psíquicas, mesmo que os membros da família na atualidade, não tenham experienciado os acontecimentos de forma direta, estes podem persistir ao longo de gerações (Eiguer, 1998 citado por Souza et al., 2023). Assim, Scorsolini-Comin e Santos (2016, citado por Souza et al., 2023) destacam a importância que as repetições inconscientes e os elementos incompreensíveis, podem ter na formação das dinâmicas familiares. Segundo os autores (Scorsolini-Comin e Santos, 2016, citado por Souza et al., 2023) as dinâmicas familiares podem assumir características construtivas ou prejudiciais aos seus membros, dependendo da elaboração e interpretação que os mesmos fazem, da herança psíquica. Uma vez que existe uma interdependência inegável entre os indivíduos e as suas famílias, a transmissão das experiências e dos traumas, vão acontecendo involuntariamente, deixando marcas tanto nos indivíduos, como nas suas dinâmicas relacionais (Scorsolini-Comin & Santos, 2016; Kaës, 1998 citado por Souza et al., 2023). Desta forma, pode-se concluir que alguns comportamentos relacionados com o trauma, podem ser perpetuados ao longo de gerações, através de rituais familiares, e que importa atender na compreensão da família.

Compreende-se, assim, que a saúde mental dos indivíduos é profundamente afetada, uma vez que o trauma se transmite de forma transgeracional, perpetuando-se através das dinâmicas relacionais familiares e deixando marcas que atravessam gerações, para. Souza e colaboradores (2023) reconhecem que acontecimentos passados, podem contribuir para a leitura das dinâmicas familiares e conseqüentemente, condicionar a saúde mental da geração atual e das futuras. A forma como os elementos da família interagem e se relacionam entre si e socialmente, podem “amplificar ou mitigar os efeitos das doenças familiares e da transgeracionalidade entre membros” (Souza et al., 2023, p. 23674). Em suma, verifica-se que a transgeracionalidade do trauma, afeta a saúde mental individual e coletiva de uma família. É perceptível, que as experiências e acontecimentos passados podem ser assimilados de forma tão intensa, que influenciam significativamente o estado emocional e comportamental dos indivíduos, dando corpo a um ciclo nocivo, que interfere com a saúde mental da família (Souza et al., 2023).

No que diz respeito à intervenção, apesar de se verificarem múltiplas fragilidades, importa ter sempre em consideração que as famílias transportam consigo um conjunto de competências e de recursos, que devem ser tidos em conta (Alarcão, 2002). Desta forma Melo e Alarcão (2010, citado por Vita et al., 2019) alertam para que os interventores sociais, sejam sensíveis às forças e competências existentes de modo a que a intervenção possa efetivamente partir dos recursos endógenos, tendo assim um impacto mais profundo e duradouro. Almeida et al. (2016) referem ainda que “Valorizar uma intervenção focalizada nas competências das famílias e na busca de autonomia pelos membros que a constituem, é uma estratégia de capacitação das famílias (...)” (p. 61). Existem ainda outros recursos, que podem ser aliados à intervenção, temos como exemplo os vizinhos, os amigos e até mesmos as instituições que fazem parte da comunidade em que a família se encontra integrada (Alarcão, 2002). Assim, se os profissionais trabalharem numa abordagem em que o poder da mudança está efetivamente na família, e que o seu papel é de facilitador, pode-se desencadear uma ação onde a família e os profissionais, possam co construir novas soluções de uma forma colaborativa (Sousa & Ribeiro, 2005).

2.3. RESPOSTA SOCIAL DO CAFAP NA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

Com vista a que seja possível dar resposta a famílias multidessafiadas, surge então o CAFAP. Esta resposta segundo a Portaria n.º 139/2013 (Portugal, 2013) “é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias”. Os principais objetivos que o serviço elege para a sua intervenção prendem-se essencialmente com a prevenção de situações que possam representar risco ou perigo para as crianças e ou jovens, trabalhando com as famílias no sentido de desenvolver e promover competências parentais ajustadas através de dinâmicas familiares e rotinas adaptadas às exigências. Prevê-se alterações de comportamentos que possam melhorar a qualidade das relações entre os membros das famílias e pretende-se ainda, que nos casos em que a criança ou o jovem esteja acolhido se possa reintegrar novamente na família de origem havendo condições para tal (Portugal, 2013). Segundo Vita et al. (2019) os CAFAP

assumem especial relevância no diagnóstico, na prevenção e na reparação de situações de risco psicossocial das Famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva/preferida, tendo em conta a realidade social e comunitária em que se perspetiva a sua intervenção (p. 45).

Desta forma, o CAFAP intervém quando há crianças e jovens presentes na família, verificando-se a necessidade de desenvolver e trabalhar as competências necessárias, para que as crianças possam crescer e desenvolverem-se num ambiente positivo e seguro. Posto isto, a atuação do CAFAP, pauta-se por três modalidades de intervenção, dependendo das características familiares e das necessidades diferenciadas que apresentam de modo a responder aos desafios, sendo elas: a Preservação Familiar (PF), Reunificação Familiar (RF) e Ponto de Encontro Familiar (PEF) (Portugal, 2013). A PF acontece, quando alguma criança ou jovem se encontra em situação de risco, prevenindo assim a retirada do seu meio natural de vida; a RF prevê que a partir de um trabalho focalizado no domicílio e ou no espaço comunitário, se possam reunir as condições necessárias para que a criança ou jovem, que se encontra acolhido em instituição ou família de acolhimento, possa regressar ao seu seio familiar; o PEF apresenta-se como sendo um espaço idóneo e neutro, para que se possam criar ou reestabelecer laços e vínculos familiares, que por alguma situação de conflito, sofreram alguma perturbação ou interrupção (Portugal, 2013). Esta modalidade de intervenção prevê que os familiares adultos, possam estar com as crianças e jovens, garantido sempre o seu bem-estar e segurança, sob a supervisão de um profissional (Portugal, 2013). No que concerne à intervenção desenvolvida pelo CAFAP independentemente da modalidade, traduz-se em quatro fases: na primeira fase é feita uma avaliação de toda a situação familiar, que se processa através da leitura de documentos, conversas com as famílias e visitas domiciliárias (esta última, só se realiza na preservação e reunificação familiar); a segunda fase passa pela construção do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF); a terceira fase consiste no desenvolvimento do PIAF e a quarta fase é referente ao término da intervenção (Portugal, 2013). Durante a intervenção psicossocial que é desenvolvida pelo CAFAP, o PIAF apresenta-se como sendo o documento que coloca em evidência as potencialidades da família, os recursos existentes e os desafios com os quais a família está confrontada, para que se possa assim traçar uma série de objetivos e ações, sempre em parceria com os recursos da comunidade envolvente.

Posto isto, o PIAF é construído pela ET do CAFAP, juntamente com as famílias da criança ou jovem, contempla os fatores de risco e proteção da família no momento, integra os objetivos que se pretende alcançar, bem como as atividades que serão desenvolvidas para alcançar os mesmos, tendo sempre como recurso, as estruturas e serviços disponíveis na comunidade. Numa fase inicial de recolha de informação, sobre a realidade e também sobre a forma como o CAFAP trabalha, foi desenvolvido um grupo focal (Ap. A, pp. 82-93), com os profissionais que compõe a ET. Segundo um dos profissionais participante no grupo focal (sobre o PIAF) “de acordo com cada caso, vamos definir um plano de trabalho, para colmatar e ir ao encontro das necessidades identificadas, a vários níveis”. O PIAF tem de ser elaborado até dois meses a partir do momento em que a família começa a ser acompanhada pelo serviço, tem a duração de um ano, sendo que, se se verificar necessidade pode ser prolongado por um período igual (Portugal, 2013). O PIAF é ainda sujeito a uma avaliação semestral, e sempre que seja necessário pode ser alterado e reajustado (Portugal, 2013).

A chegada das famílias ao CAFAP, segundo o coordenador do serviço, acontece quando alguma entidade faz esse encaminhamento, tome-se como exemplo, o Tribunal, as Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais (EMAT), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), os Hospitais ou Escolas. Aquando da integração na resposta é preenchido um formulário (Ap. B, pp. 94-97) criado pelo serviço onde é registada informação sobre o agregado familiar, bem como alguma fundamentação que sustente a necessidade de intervenção do CAFAP. Nas palavras do coordenador “se nos foi indicada, é porque existe uma necessidade a determinado nível, que pode passar pela questão do cumprimento das responsabilidades parentais”. O serviço tem inúmeros encaminhamentos, porém o número total de processos em acompanhamento é de cinquenta para três profissionais: um(a) assistente social, um(a) educador(a) social e um(a) psicólogo(a) com formação em mediação familiar, conforme previsto na Portaria n.º 139/2013 (Portugal, 2013). Devido ao elevado número de encaminhamentos, o CAFAP possui uma lista de espera e, antes de iniciar a intervenção, verifica se os motivos que levaram ao encaminhamento ainda permanecem, contactando a entidade responsável e agendando um atendimento para ouvir a família pessoalmente. Em conversas intencionais com a ET, foi possível perceber que a lista de espera e o tempo que as famílias estão a aguardar vaga é um constrangimento. O município apenas dispõe de dois CAFAP, para um total de quinze

freguesias. Ao que foi possível apurar junto dos profissionais, atualmente o número de encaminhamentos tem sido elevado, sendo que na maioria dos casos, verifica-se a necessidade de atuação imediata. Quando a mesma não acontece, uma vez que a espera por norma ultrapassa os seis meses, algumas famílias conseguem ultrapassar os motivos pelas quais foram encaminhadas, noutros casos as problemáticas escalam de forma severa. Durante o tempo de espera não está previsto nenhuma intervenção ou acompanhamento no âmbito das competências parentais (principal fator para a intervenção do CAFAP).

Quando o CAFAP dispõe de vaga para poder dar início à intervenção, é importante referir, que a família tem de estar em concordância com a mesma. Caso a família não esteja de acordo com a intervenção, o CAFAP informa a entidade que procedeu ao encaminhamento de que não há concordância da família. Posteriormente, a entidade decide que alternativa deve ser proposta. Contudo, quando se trata de um encaminhamento feito pelo Tribunal ou pela EMAT, por norma a família está em concordância, uma vez que a intervenção é muitas vezes sugerida em audiência ou conferência de pais. Assim, o processo chega ao serviço, pois há concordância das partes envolvidas. No primeiro contacto com a família é explicado o funcionamento da resposta social, é entregue o regulamento interno e assinado o acordo para que o CAFAP possa iniciar a intervenção.

Em termos de resposta social, e de acordo com os profissionais, o CAFAP normalmente intervém, no domínio da “prevenção, na origem de novos fatores de risco e perpetuação dos problemas”, porém esta prevenção acontece nos casos que se encontram em acompanhamento, porque havendo lista de espera não é possível intervir com os casos, que formalmente ainda não se encontram em acompanhamento. O CAFAP não é uma intervenção direcionada para a prevenção primária, embora dependendo dos casos, é possível desenvolver um trabalho que evite o surgimento de diferentes problemas, tais como o absentismo escolar, exclusão social e delinquência juvenil. Neste sentido a multidisciplinidade das equipas é segundo Rivero (2009, citado por Canha et al., 2022, p. 193) “uma aposta ganha, pela visão global e pela diversificação de metodologias de intervenção que conseguem alcançar”. A diversidade de perspetivas e experiências profissionais permite a reinvenção de múltiplas leituras e uma abordagem sistémica e integrada das famílias, contextos e necessidade de intervenção. Neste domínio são válidos os

conhecimentos científicos, mas também os conhecimentos que advém da prática e do contacto com as pessoas e suas realidades, ao longo dos anos (Canha et al., 2022). Os mesmos autores defendem, que numa equipa multidisciplinar é imprescindível que exista uma comunicação sólida entre todos os profissionais, de modo que “todos estejam disponíveis e motivados para trabalhar em conjunto, respeitem as competências, limites e necessidades de todos e promovam um relacionamento interpessoal sólido e robusto, que propicie e potencie o trabalho em conjunto, autónomo, ágil e flexível” (Canha et al., 2022, p. 1993). Contudo, foi também referido por um dos profissionais do CAFAP onde foi desenvolvido o presente projeto a necessidade de integrar profissionais juristas na equipa dado que “ter alguém ligado ao direito, poderia ser um bom contributo, já que ao longo da prática profissional vão surgindo algumas dúvidas, por vezes a legislação não é totalmente clara”.

Melo e Alarcão (2009) colocam em discussão, o facto de os diferentes CAFAP atuarem de formas bastante distintas, sem que existam linhas orientadoras que pautem a intervenção e avaliem a eficácias das práticas que são desenvolvidas. As autoras destacam também a inexistência “de enquadramento técnico e legal que delimite o seu funcionamento” (p. 57). Ao longo de algumas conversas intencionais com os profissionais, foi possível perceber que cada CAFAP, embora tenha de se reger pela legislação existente, desenvolve a intervenção junto das famílias, de uma forma livre, uma vez que não existe uma uniformização de eixos de atuação ou mesmo práticas comuns a desenvolver. De acordo com os profissionais, esta liberdade traz consigo prós e contras. A favor os profissionais apontam a possibilidade de a intervenção, ser o mais ajustada possível a cada família, contexto ou problemática. Segundo Melo e Alarcão (2009) esta liberdade na atuação, pode permitir que os profissionais desenvolvam estratégias mais criativas e em conformidade com as verdadeiras necessidades sentidas pelas famílias. Contudo, é importante ter em conta que “corre-se o risco de subaproveitar um recurso importante que poderia assumir funções complementares relativamente a outros serviços e respostas sociais já existentes, pela eventual falta de sistematização, consistência, continuidade das intervenções e adequada avaliação” (Melo & Alarcão, 2009, p. 57). A ET do CAFAP onde foi desenvolvido o presente projeto também verbaliza que a legislação por si só não é suficiente, a existência de um modelo de intervenção e de algumas práticas comuns seriam imprescindíveis, para se pensar numa

intervenção progressivamente mais integradora e, permitir assim, a construção de indicadores que permitam avaliar a eficácia da mesma. Num estudo desenvolvido por Cruz e colaboradores (2018), que se debruça sobre a intervenção desenvolvida pelos CAFAP, é referida a ausência de evidências científicas que sustentem as ações que são desenvolvidas. Neste sentido, a intervenção está dependente do conhecimento empírico, que inquestionavelmente tem a sua importância, mas que não pode ser dissociado de conhecimento teórico e científico, sob pena de se perder o rigor que se pretende neste tipo de resposta social (Cruz et al., 2018).

Pelo que foi possível perceber junto da ET, a grande maioria dos profissionais sente que era necessária a criação de uma espécie de “manual de boas práticas”, de forma a que as intervenções desenvolvidas, fossem cada vez mais integradas e eficazes. Ou seja, os profissionais sentem a necessidade que exista uma uniformização das práticas, mas continuando a existir a flexibilidade necessária para atender às necessidades de cada família. De modo a criar uma resposta para atender a esta necessidade apresentada pelos profissionais, uma das entidades que faz parte da Rede Nacional de CAFAP, criou um grupo com profissionais, tendo como principal objetivo, promover momentos de reflexão conjunta e algumas partilhas, através de sessões *online* que acontecem de dois em dois meses. De acordo com a ET, este grupo foi formado com os CAFAP que aceitaram o convite, por parte da entidade, e que sentiam que seria uma mais-valia para o desenvolvimento de um trabalho progressivamente mais consistente. A ET do CAFAP de Gondomar, é quem promove a atividade da rede nacional. A entidade promotora em questão, está integrada numa IPSS, cuja missão passa por uma intervenção social direcionada às crianças e jovens, bem como às suas famílias. Esta IPSS conta com três CAFAPs (dois na zona de Lisboa e um em Gondomar), bem como projetos, cujo enfoque está no trabalho com as famílias, no desenvolvimento de competências, na promoção da autonomização e desenvolvimento harmonioso dos seus elementos. Estas sessões são conduzidas pela diretora executiva, que é psicóloga de formação. De acordo com os profissionais, “as sessões são muito valiosas”, visto que conferem aos profissionais, a possibilidade de trazerem casos práticos, reflexões, formas de atuar que podem ser úteis para outros profissionais. Percebe-se que existe grande entreatajuda entre os profissionais das diferentes instituições, com o objetivo único de desenvolver uma intervenção que seja adequada e que possa de alguma forma ser transformadora. Um dos

elementos da ET aponta estes encontros como sendo “momentos privilegiados de partilha e aprendizagem, e são essenciais para repensar algumas intervenções”. Um outro profissional da ET, menciona que para si a principal vantagem prende-se, com a possibilidade de receber diferentes perspetivas de uma determinada situação, que podem contribuir para redirecionar caminhos e ações, quando a equipa se encontra “bloqueada”. Pelo que foi possível apurar junto dos profissionais e assistindo a um dos encontros, numa perspetiva de observação, é notório o investimento dos profissionais, verificando-se uma preparação antecipada das sessões de forma a rentabilizar estes espaços reflexivos.

3. CAFAP: CARATERIZAÇÃO E INTERVENÇÃO

O presente capítulo caracteriza o CAFAP onde foi desenvolvido o presente projeto, elencando também a composição da equipa técnica e a intervenção desenvolvida. Por motivos de confidencialidade dos participantes, não irá ser mencionado o nome da entidade que tem sob a sua alçada o CAFAP e serão omitidas informações, referências a documentos institucionais de forma a proteger o anonimato das pessoas.

3.1. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO

O CAFAP onde foi desenvolvido o projeto, localiza-se numa freguesia situada num distrito na zona norte do país, composta por áreas urbanizadas, e zonas rurais e agrícolas. Esta localidade conta com rede de transportes, centro de saúde e instituições de apoio à comunidade. De acordo com os últimos censos realizados no ano de 2021, habitam no concelho pouco mais de 300 mil pessoas, das quais aproximadamente 40 mil dizem respeito a crianças e adolescentes, 170 mil correspondem à população adulta e em idade ativa e, cerca 65 mil pessoas correspondem a adultos aposentados. A percentagem de pessoas com idade superior a 65 anos, aumentou de forma significativa em relação a anos anteriores. A percentagem relativa à população mais jovem apresentou um declínio, devido a fenómenos migratórios e alterações na natalidade. A taxa de desemprego no concelho, no ano de 2022 estava ligeiramente acima da média nacional, que se localizava nos 6.5%. É no setor terciário que predomina a maioria dos postos de trabalho, visto que há uma forte presença de serviços e comércio local. Em suma, a freguesia em questão é maioritariamente residencial, que combina áreas urbanas e rurais, conferindo o acesso a estruturas de apoio à comunidade.

Porém, segundo informações dos Relatórios de Desenvolvimento Social do município, existem muitos desafios no que diz respeito à exclusão social. Nas áreas mais desfavorecidas do concelho, o acesso a serviços básicos e a habitação digna, continuam a estar em destaque. Ainda se verifica uma acentuada desigualdade socioeconómica, refletida em urbanizações e bairros com um menor desenvolvimento e algumas infraestruturas precárias. Verifica-se também uma elevada

taxa de pessoas e famílias que auferem do Rendimento Social de Inserção (RSI), um indicador de pobreza e de dificuldades económicas. No ano de 2022, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, aproximadamente 3.8% da população residente no município estava a auferir desta prestação social, valor este que apresenta uma ligeira redução em comparação a anos anteriores, mas que estava acima da média nacional, que se localizava nos 2.9%.

3.2. CARATERIZAÇÃO DO CAFAP

O CAFAP onde o presente projeto foi desenvolvido, é um serviço integrado numa entidade fundada na primeira década dos anos 2000 e que se constituiu como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) um ano depois da sua fundação. Esta entidade possui, além do CAFAP, outras respostas sociais que apoiam pessoas e famílias, no âmbito da ação social, do emprego, acompanhamento psicológico, desenvolvendo ainda programas de ocupação de tempos livres e atividades em contexto escolar. Esta entidade conta com a parceria da Câmara Municipal, de Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, Instituições de Ensino Superior e com o Instituto de Segurança Social (ISS), sendo que o ISS é a entidade que financia o CAFAP. A questão do financiamento foi abordada no grupo focal e revelou-se pertinente uma vez que, segundo um dos profissionais “todas as instituições querem ter o financiamento ao máximo, porque é assim que pagam as despesas”. Mas importa também perceber em que medida as questões monetárias podem influenciar a intervenção que é feita com as famílias, outro profissional partilhou que “a instituição nos dá liberdade, para atuarmos da forma que nós entendemos ser a melhor, em função das necessidades da família, não pode é haver uma quebra de financiamento”. Conclui-se que, embora a instituição seja flexível quanto à intervenção que é feita por parte dos profissionais, permitindo a gestão do tempo de acordo com as necessidades das pessoas e das famílias, as equipas têm que fazer uma gestão criteriosa do financiamento. Desta forma, tem de haver uma gestão eficiente dos processos que se encontram abertos, podendo de alguma forma condicionar a intervenção, acelerando-a ou atrasando-a. É importante refletir sobre este assunto, que pode até ser um constrangimento tanto para os profissionais como para as instituições, que por um lado querem garantir que é desenvolvido um trabalho eficiente e ajustado, mas que por outro lado,

também precisam das verbas para poderem garantir que as despesas (nomeadamente os ordenados) são devidamente acautelados.

Ao longo do desenvolvimento deste relatório, percebeu-se que a informação disponível sobre os CAFAP é bastante escassa. Isto também é sentido pela ET, que por várias vezes mencionou a inexistência de dados concretos, bem como de procedimentos, nomeadamente de avaliação da intervenção. De acordo com os dados registados na Carta Social, no distrito onde se localiza o CAFAP onde foi desenvolvido o projeto, existem 14 equipamentos, sendo que o número total a nível nacional é de 116 CAFAP. No que diz respeito aos problemas e desafios que os diferentes CAFAP vão sentindo, a ET partilhou que “o momento em que conseguimos ter uma perspetiva mais alargada das realidades de outras ET, é quando se realizam os encontros de CAFAP *online* e são trazidos para discussão casos práticos e mesmo problemáticas emergentes”. Os profissionais questionados, admitem que por vezes se verifica a necessidade de diferentes CAFAP articularem, mas que na maioria das vezes, se deve há passagem de processos, isto é, quando as famílias alteram as suas residências. O CAFAP onde foi desenvolvido o projeto, articula (por chamada telefónica, via email ou presencialmente) com maior frequência com as entidades encaminhadoras dos processos, que são na sua maioria a EMAT e a CPCJ, debatendo-se sobre as problemáticas contemporâneas e também de que forma podem ser traçadas intervenções, que sejam complementares. Os pedidos de intervenção que chegam ao CAFAP por estas entidades, e também pelo Tribunal, Escolas entre outras, prendem-se essencialmente com a necessidade de as “famílias desenvolverem competências parentais ajustadas”. Este pedido é transversal a todas as modalidades de intervenção. Ao analisar com a ET os encaminhamentos, foi possível perceber que a dita ausência de competências parentais, pode ter como pano de fundo situações de pobreza, de exclusão social e até de saúde ou doença mental. Num dos campos do documento que formaliza o pedido de intervenção, é pedida uma breve história do contexto familiar de modo a que seja possível fazer um enquadramento da situação familiar. De acordo com um dos profissionais, “é importante termos alguns dados sobre a família e o seu percurso, mas vai ser sempre a leitura feita pelo outro técnico (...) precisamos de conhecer a família e ouvir a sua história na primeira pessoa”. Ao longo de conversas intencionais com os profissionais, percebeu-se que cada ET dos CAFAP define a sua identidade profissional, e também a forma como desenvolve a

sua intervenção, uma vez que não existe uniformização de procedimentos, apesar de a maioria dos profissionais verbalizar essa necessidade.

Em suma, de acordo com um dos profissionais entrevistados, o CAFAP assume-se como “uma equipa mediadora que existe no terreno, que funciona a título privado, pertencente a uma instituição com uma resposta social, financiada pela Segurança Social”. Esta definição sublinha o papel de proximidade e intervenção direta junto das famílias. Os profissionais referem ainda, na primeira pessoa, que “vamos trabalhar as questões direcionadas aos jovens e às crianças em risco”, destacando o foco da sua atuação na promoção e proteção de crianças e jovens em contextos de maior vulnerabilidade.

3.3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

Segundo a Portaria nº 139/2013 (Portugal, 2013), mais concretamente no artigo 23.º que diz respeito à composição da ET do CAFAP, a instituição cumpre com o que está legislado. Assim, a ET é composta por um(a) Assistente Social, que também desempenha as funções de coordenação do serviço, um(a) Educador(a) Social e um(a) Psicólogo(a) que tem formação em mediação familiar. Todos os profissionais desempenham as suas funções a tempo integral. Desde a abertura do CAFAP na instituição, a ET apenas se verificou mobilidade da equipa uma vez. de acordo com os profissionais o facto de haver continuidade dos elementos permite que a intervenção seja contínua, uma vez que é possível o estabelecimento de relações de confiança com as famílias. Consequentemente, a estabilidade verificada na ET contribui para a consolidação de práticas consistentes e integradas, criando condições favoráveis à reflexão contínua e à atualização das intervenções, com vista a uma resposta ajustada à realidade social. Assim, foi possível apurar, através dos testemunhos dos profissionais, a existência de momentos dedicados à reflexão e discussão das práticas, permitindo uma avaliação regular da sua pertinência e eficácia. No que diz respeito à formação ao longo da prática profissional, a própria ET procura estar presente, sempre que possível, em encontros e formações que se vão realizando por parte das entidades promotoras e parceiras. Segundo a legislação, a formação inicial e contínua dos profissionais deve ser assegurada pela entidade promotora, bem como a supervisão (Portugal,

2013). Pelo que foi partilhado por parte dos profissionais, há custos associados à supervisão, custos esses que não são suportáveis por parte da instituição. No que diz respeito à formação, a ET participa na grande maioria das formações, colóquios e encontros que acontecem e são promovidos por outras IPSS, pelos estabelecimentos de ensino superior, hospitais, entre outros. Os profissionais verbalizaram sentir necessidade de atualizar e adquirir novos conhecimentos, sendo que estas oportunidades são sentidas como uma mais-valia para o desenvolvimento de intervenções ajustadas e que respondam às verdadeiras necessidades das famílias. A insuficiência da formação é sentida e mencionada por parte da ET, porém, este constrangimento não é recente, e é partilhado por outras instituições congéneres tendo sido uma das conclusões do relatório técnico de Cruz e colaboradoras (2018), que apontam “lacunas na formação e na supervisão dos técnicos” (p. 13).

Em relação à forma como a ET se organiza, foi possível perceber na observação participante e também com as conversas intencionais que os profissionais refletem muitas vezes sobre os processos que têm em mãos. Valorizam a importância das diferentes áreas dos elementos que constituem a ET, e reconhecem a importância de diferentes perspetivas numa intervenção que se quer integrada e ajustada. Foi possível verificar que a ET se organiza de forma a que as famílias conheçam todos os profissionais do serviço, e que cada profissional esteja a par das situações, para que se for necessário proceder a alguma diligência haja conhecimento da situação. Foi também explicado pelos profissionais, que manter os processos documentais com registos atualizados é essencial para que não se perca informação, e em caso de ausência do profissional gestor de processo, outro membro da equipa possa atuar de forma informada. Foi possível também perceber que os momentos de reflexão existem para que se tomem decisões e se elaborem informações sociais conjuntas. Os relatórios e as informações que são redigidas pelos profissionais com o intuito de serem enviadas para outras entidades passam por todos os elementos da ET. É, desta forma, que se criam os momentos de intervisão, que segundo os profissionais são essenciais e muito necessários no trabalho social. Segundo o que está contemplado na legislação, momentos de supervisão e intervisão estão previstos, porém, e segundo o que o coordenador do serviço partilhou, é necessário que as instituições paguem, o que nem sempre é possível, do ponto de vista financeiro. Posto isto, a equipa organiza estes

momentos de reflexão conjunta e quando há casos mais desafiantes um dos membros da equipa refere que “vamos falando entre nós e com colegas de outras equipas. Trabalhamos com famílias muito diferenciadas, isto leva-nos a desafios constantes”. Estes momentos de partilha e reflexão dentro da equipa do CAFAP e até com outras equipas de diferentes respostas sociais, acontece numa perspetiva de os profissionais obterem diferentes visões, sentimentos e opiniões. No final de cada mês realiza-se uma reunião mais formal com toda a ET do CAFAP para que seja feito um balanço de todos os processos que se encontram abertos. Nesta reunião é feita uma revisão do ponto de situação de cada família, são revistas as ações que estão em curso e se necessário procede-se a alterações, para que a intervenção se mantenha ajustada. Nesta reunião os elementos da ET propõem o encerramento de processos quando já não faz sentido manter a intervenção. De acordo com o que foi partilhado por parte da ET, existe um conjunto de indicadores, desenvolvidos pela mesma, que procuram orientar e avaliar a intervenção. A criação destes indicadores, segundo os profissionais, deve-se ao facto de não existir uma uniformização de procedimentos. Assim, os processos podem ser encerrados se a família deixar de residir no concelho (este indicador deve-se ao facto de a IPSS em questão, intervir apenas no concelho); se o processo passar para outro serviço, com uma intervenção semelhante; quando a família desenvolve as ferramentas necessárias, sendo a intervenção desnecessária ou se a família não aceitar mais a intervenção por parte do CAFAP. É importante ressaltar, que a intervenção que é desenvolvida por estes profissionais, privilegia a participação ativa e o envolvimento das pessoas nos seus processos de mudança. Um dos elementos da ET, referiu que a intervenção tem de se reger por dois princípios basilares: a verdade e a transparência. “Se formos transparentes com as pessoas, se lhes dissermos aquilo que vamos escrever em relatórios, aquilo que é o nosso parecer e avaliação de uma forma verdadeira, as coisas correm bem”. Ao perceber que existe este cuidado e respeito pelas vidas das pessoas e as suas realidades, compreende-se o facto de as famílias terem relações de muita proximidade e confiança com o CAFAP. O facto de existir um número reduzido de processos em acompanhamento, permite que os profissionais possam fazer um acompanhamento de maior proximidade de uma forma mais sistemática e concertada. O facto de muitas das famílias serem alvo de uma intervenção por múltiplas entidades e serviços, que muitas das vezes adotam um perfil de fiscalização e persecutório, levam a que haja alguma desconfiança em relação aos profissionais. Assim, o CAFAP tenta descolar-se de abordagens semelhantes,

optando por uma abordagem integradora, de modo a que a família percecionasse a resposta como sendo uma aliada no seu percurso. Nestas reuniões é também altura de se olhar a lista de espera, com os encaminhamentos que são feitos para o CAFAP e perceber se é possível iniciar uma nova intervenção. Para organização do serviço, apenas um profissional trata da lista de espera e da sua gestão. Quando os encaminhamentos chegam, esse profissional faz uma análise cuidada da informação remetida, de modo a perceber se existe algum elemento que indique a existência de fatores de perigo, que impliquem uma intervenção urgente. No momento da reunião, cabe a este profissional mencionar os encaminhamentos que chegam, e toda a ET avalia e decide quais os processos a abrir. É importante mencionar, que os processos encaminhados ocupam a lista de espera por ordem de chegada, posteriormente a ET faz a avaliação e priorização. É um processo bastante delicado e complexo, que tem de ser analisado e refletido com muita responsabilidade, mas que, de acordo com a ET é necessário, dado o elevado número de encaminhamentos e de falta de resposta. Em conversa com o coordenador do CAFAP, sobre a gestão da lista de espera, percebeu-se que por vezes é necessário priorizar alguns processos, porém, o mesmo refere que não considera “muito justo dado que todos os casos são importantes e todos eles são urgentes”. Mencionou que a modalidade de intervenção que mais é solicitada é a PF, seguindo-se dos PEF e por fim, as RF.

Em forma de conclusão e tendo em conta as conversas intencionais com os profissionais, foi possível perceber a importância das condições laborais das instituições. A opinião é unânime, de que as condições proporcionadas aos profissionais na instituição são bastante positivas. Os aspetos mencionados pela ET do CAFAP, prendem-se com o valor remuneratório e a flexibilidade existente para a conciliação trabalho família. Mencionam também que as condições das instalações são muito boas, mesmo comparando com as antigas instalações em que estavam sediados os serviços técnicos. Por tudo o que foi mencionado pelos profissionais, percebe-se que existe investimento por parte desta instituição no seu bem-estar, o que gera consequentemente, motivação para que se desenvolva um bom trabalho. Um dos grandes constrangimentos que muitas equipas na área social têm, é a elevada rotatividade, o que tem um impacto direto na intervenção. No caso do CAFAP onde se desenvolveu este projeto não se verifica, garantindo assim a continuidade no trabalho e por sua vez, eficiência na intervenção junto das pessoas dada

a relação continuada e de confiança que se procura desenvolver. Critério este fundamental para que se revertam processos de estigmatização, se criem contextos transformativos e se ajudem efetivamente as pessoas nos seus desafios.

3.4. A INTERVENÇÃO

A intervenção deste CAFAP acontece, junto de crianças e jovens com residência no concelho onde o CAFAP se localiza. O principal objetivo é responder favoravelmente às necessidades que as famílias apresentam, uma vez que são encaminhadas por outras entidades. Segundo os dados do Município, referentes ao ano de 2022, a entidade que mais fez encaminhamentos aos dois CAFAPs existentes no município foi a EMAT com cerca de 35%. Em seguida, vem a CPCJ com aproximadamente 25% e o Tribunal com 16%. Estas são as entidades que mais fazem encaminhamentos para o CAFAP, onde foi desenvolvido o projeto. A escola surge com cerca de 10% e as estruturas de saúde (hospitais e centros de saúde) com sensivelmente 1%. Atualmente, a utilidade da intervenção do CAFAP é reconhecida por inúmeros profissionais de diferentes instituições da comunidade, que de uma forma sistemática estão em articulação com a ET. Uma vez que o maior número de encaminhamentos chega por parte da EMAT, existe um maior contacto com as profissionais afetas a esse serviço. Contudo, o CAFAP articula frequentemente com profissionais do hospital do município e escolas. Uma vez que a instituição tem mais respostas sociais, como a ação social e um projeto ligado à empregabilidade, por vezes há processos que são comuns e, segundo a ET, os esforços são movidos no sentido de se garantir que haja uma intervenção integrada e complementar. A ET partilhou ainda em conversas intencionais, que o facto de os profissionais se conhecerem e trabalharem em rede, contribui para que a intervenção por parte de várias instituições seja mais integrada. Quando uma família chega ao serviço e se verifica que está a ser acompanhada por outros profissionais, a ET do CAFAP primeiramente, tenta perceber que trabalho já está a ser desenvolvido, avaliando assim quais os contributos que pode propor, para uma intervenção adequada. Desta forma, e se for da concordância de todas as partes, procede a visitas domiciliárias e organiza reuniões conjuntas com os outros profissionais e as famílias, para que sejam alinhados os objetivos e se necessário redefinir ações e planos de trabalho. A instituição onde está sediado este CAFAP tem diferentes

respostas sociais, e em todas elas a área de atuação é o concelho. Assim, quando famílias estão a ser acompanhadas por mais que uma resposta social na instituição, os profissionais articulam e unem esforços, sempre que é possível, para que a intervenção seja conjunta, desenvolvendo um trabalho em rede e multidisciplinar.

Atualmente o CAFAP tem 50 processos ativos: 30 dizem respeito à modalidade de PF, 10 a RF e os outros 10 ao PEF. No que diz respeito aos encaminhamentos na modalidade de PF, 19 foram encaminhados pela EMAT, seis pela CPCJ, dois por equipamentos escolares, um pelo tribunal, um pelo hospital e um pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). No que diz respeito à RF oito encaminhamentos foram feitos pela EMAT, um por uma casa de acolhimento e um pela CPCJ. Por fim, no PEF oito foram feitos pelo Tribunal e dois pela EMAT. O CAFAP conta ainda com 24 processos em lista de espera que aguardam intervenção, sendo que 12 são na modalidade de PF, três em RF e nove para PEF. Quanto às entidades que procederam aos encaminhamentos, nove foram realizados pela EMAT, cinco pelo tribunal, cinco pela CPCJ, um pela DGRSP, um pelo Hospital e dois por parte de duas IPSS. No que diz respeito às modalidades de intervenção das famílias encaminhadas, o que foi possível apurar junto da ET, há algumas diferenças quanto aos conhecimentos a serem mobilizados. O PEF, é a modalidade que mais se distingue, uma vez que a maioria dos pedidos que chegam ao serviço, derivam de divórcios litigiosos e muitas vezes os conflitos são de tal ordem elevados, estando a comunicação entre os adultos altamente condicionada. Assim, é imprescindível que os profissionais estejam familiarizados com estratégias de mediação, sendo que é uma exigência por parte da SS que é a entidade financiadora, que um membro da ET tenha uma formação certificada em mediação familiar. Uma outra área do conhecimento, que tem sido cada vez mais necessária mobilizar prende-se com a alienação parental. Os profissionais partilharam a necessidade que sentem em procurar enquadramento teórico sobre o assunto, visto que recentemente, têm se deparado com situações que remetem para esta problemática. No que diz respeito à PF e RF, os conhecimentos necessários são comuns, porém é imprescindível que haja investimento e atualização quanto às estratégias e ações a desenvolver.

Para que a ET possa dar início à intervenção, independentemente da modalidade de intervenção, tem de convocar a(s) figura(s) de referência da criança, por carta registada com aviso de receção.

Nesse primeiro contacto, o profissional apresenta o CAFAP, explica o motivo pelo qual foi solicitada a intervenção e faz uma leitura com a(s) pessoa(s) do regulamento interno. Se a intervenção for aceite, tem de ser assinado um documento que celebra o acordo, em caso de não aceitação é assinado um documento de recusa. Quando a(s) pessoa(s) convocada(s) não aceita(m) a colaboração do CAFAP, é comunicado à entidade que fez o encaminhamento, para que posteriormente possa procurar outras respostas ou alternativas. Quando há a concordância, a partir deste primeiro contacto os passos seguintes diferem um pouco, tendo em conta a modalidade de intervenção que é solicitada. Quando se trata de um processo de PF ou RF, neste primeiro contacto é feito o levantamento de algumas informações mais formais, relativamente ao agregado familiar. Em seguida, dependendo também do desenvolvimento da reunião até então, é pedido que seja feita uma breve descrição das rotinas familiares, com especial enfoque nas rotinas da(s) criança(s) ou jovem(s). Mas, como a realidade social é bastante complexa e por vezes altamente imprevisível, acontece que nestes primeiros contactos, as pessoas ou famílias utilizam o espaço para poderem falar sobre a história de vida, sobre os seus percursos e desafios, de uma forma mais livre e prolongada. Quando os profissionais verificam que há essa necessidade e que naquele momento é o que faz sentido, deixam que a reunião se desenvolva nesse sentido, fazendo o levantamento de informações formais num outro momento. Na modalidade de PEF, como na maioria das vezes advém de um conflito entre adultos é necessário que se faça um primeiro contacto com o adulto que tem à sua responsabilidade a(s) criança(s) ou o jovem(s), e o outro adulto que requereu os convívios. A partir deste primeiro contacto, no âmbito da intervenção em PF e RF, seguem-se as visitas domiciliárias, momentos em que os profissionais e as famílias se reúnem com o objetivo de definir, de forma conjunta, o percurso a seguir. Para tal, é elaborado o PIAF, que serve como orientador de todo o processo de intervenção. O acompanhamento psicossocial posterior pode englobar o contacto com outros profissionais de outras respostas sociais, contacto com profissionais de equipamentos escolares, chamadas telefónicas entre os profissionais e as famílias. Quanto ao PEF, num primeiro momento acontecem os convívios com a supervisão técnica, com o intuito de evoluírem e ser possível que a(s) criança(s) ou jovem(s), possa(m) conviver em meio natural de vida com o adulto com quem não tinham convivência. Durante a intervenção nas diferentes modalidades, o CAFAP tem de elaborar informações sociais, referindo a forma como as mesmas estão a decorrer. Por norma, as entidades pedem um parecer

técnico e uma avaliação da situação, para que possam ser tomadas algumas decisões sobre o superior interesse da criança, principalmente quando há processos de promoção e proteção a decorrer.

Foi possível verificar através da observação direta, que a intervenção desenvolvida pelos profissionais do CAFAP, acontece com alguma liberdade, dada a ausência de uniformização de procedimentos já mencionada anteriormente. Quer isto dizer que o serviço embora tenha de cumprir com alguns requisitos formais indispensáveis, consegue desenvolver um trabalho que vai ao encontro das necessidades das famílias, respeitando o seu tempo. Através dos discursos da ET, é possível verificar a flexibilidade que existe, visto que no “dia-a-dia, vamos percebendo, se der vamos pelo caminho A, se acharmos que o caminho A não está a ser o mais correto, adaptamos e começamos o caminho B”. Importa referir, que foi possível identificar que as alterações na intervenção são sempre feitas em conjunto entre os profissionais e as famílias. Isto acontece, porque há um grande investimento na construção de uma relação de confiança, que se vai reforçando com contactos regulares, mas também com transparência e verdade no trabalho que está a ser desenvolvido, o que a ET revelou ser fundamental. Um assunto que também surgiu durante o desenvolvimento do grupo focal, mas também em conversas com a ET, prende-se com programas ou modelos de intervenção predefinidos. Uma vez que neste CAFAP há esta liberdade na intervenção, nas palavras do coordenador “acho que se adapta melhor assim, porque cada coisa que surge, podemos adaptar à situação”. Ou seja, o facto de a intervenção atender à realidade das famílias e também às problemáticas que são vivenciadas, permite que haja um alinhamento, com o intuito de se alcançar os objetivos traçados. Mas também há “a necessidade de pesquisar, modelos que estão a ser aplicados, porque às vezes temos dúvidas”, nas palavras de um dos profissionais, “uma vez que a realidade social é altamente complexa, há a necessidade de se desenvolver alguma pesquisa, seja ao nível bibliográfico ou junto de outros profissionais, de alguns programas que possam de alguma forma servir de inspiração, para que sejam criadas ações ajustadas à realidade”. Porém, é de salientar que toda a ET deste CAFAP, procura desenvolver uma intervenção de proximidade, privilegiando a construção de relações de confiança e respeito com as famílias. Este trabalho humanizado, é reconhecido por outras entidades, nomeadamente a EMAT e a CPCJ, daí que reconhecem que face ao volume de

processos que têm de acompanhar, o CAFAP, apresenta-se como sendo a resposta social que consegue dar o acompanhamento de proximidade, imprescindível para a alteração de situações de risco ou perigo. A intervenção flexível e também ajustada a cada família e problemática, é também um dos motivos pelos quais, há intervenção do CAFAP a par de outros processos, essencialmente de promoção e proteção.

4. AS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NO CAFAP

Este capítulo apresenta uma caracterização geral das famílias que se encontram em acompanhamento no CAFAP onde foi desenvolvido projeto. Foi através de conversas intencionais, que foi feita a compilação destes dados. Em seguida, é feita a caracterização de uma família em que o acompanhamento foi mais sistemático.

4.1. CARATERIZAÇÃO DAS FAMILIAS

Das 50 famílias que têm processo a decorrer no CAFAP, 25, ou seja, metade das famílias constituem-se como monoparental, a criança ou jovem está sob a responsabilidade de um dos progenitores. Logo em seguida, a família alargada, com dez famílias a serem acompanhadas, neste caso a criança ou jovem está ao cuidado de um familiar próximo (avós, irmãos, tios). Em igualdade numérica, dez são as famílias nucleares onde a criança ou jovem está à responsabilidade dos pais. Quatro das famílias são reconstituídas, após uma situação de divórcio, a criança ou jovem está com um dos progenitores que voltou a formar família. Por fim, há uma criança que se encontra ao cuidado de pessoa idónea, visto não haver nenhum familiar que possa assumir essa responsabilidade.

A empregabilidade é um indicador muito importante e que informa o trabalho desenvolvido pelos CAFPs, dado permitir à família assegurar necessidades básicas, mas também enquanto dimensão fundamental “na organização da vida familiar e social, enquanto fonte de rendimento e de auto-estima” (Sousa et al., 2007, p. 26). De 50 famílias em acompanhamento, 35 conseguem assegurar a subsistência através dos salários que auferem. Dessas famílias, 14 são monoparentais, 10 são famílias nucleares, sete são famílias alargadas e três reconstituídas. A realidade da empregabilidade das famílias acompanhadas revela-se congruente com os dados apresentados por Sousa e colaboradores (2007), que evidenciam como a precariedade laboral designadamente os vínculos temporários, informais ou a ausência de contrato de trabalho compromete a estabilidade familiar e, conseqüentemente, dificulta os processos de inclusão social. Através de conversas intencionais com a ET, os profissionais partilharam que é extremamente difícil, para

algumas famílias, conseguem responder favoravelmente a todas as despesas com os seus salários, “falamos de pessoas com hábitos de trabalho, que sempre trabalharam e que mesmo assim, não conseguem fazer face a tudo”. De facto, a realidade, dá conta que uma parte da população que trabalha e auferir de remuneração mensal, encontra-se em situação de pobreza, uma vez que não conseguem ter condições de vida razoáveis (Sarmiento, 2010). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2024), no ano de 2023, 9.2% da população encontrava-se empregada, contudo estava em risco de pobreza. Muitos dos vínculos profissionais são precários, e estão também associados a baixos níveis de escolaridade, na realidade deste CAFAP, é na modalidade de PF e RF, que se verificam mais adultos com baixa escolaridade, havendo mesmo uma situação de analfabetismo. Alguns destes adultos, são naturais e residentes de zonas um pouco mais deslocadas do centro, embora tenham acesso a serviços, mas de uma forma mais condicionada. Através da consulta documental, foi possível aferir que alguns PIAF contemplam ações de intervenção que visam colmatar fragilidades, quanto ao acesso ao emprego e formação. Quando questionados sobre estas questões, os profissionais confirmaram que faz parte da intervenção, quando é necessário. Não foi possível perceber se é procedimento de todos os CAFAP, porém no CAFAP onde foi desenvolvido o projeto, está contemplado nos documentos e na prática também se confirmaram ações nesse sentido. Na modalidade de PEF, verifica-se que se trata de uma população com habilitações escolares superiores, sendo que quatro adultos em PEF possuem cursos superiores.

Para que seja possível proteger as famílias em situação de vulnerabilidade e carência, o papel das prestações sociais em Portugal revela-se imprescindível no combate à pobreza extrema e à exclusão social. De acordo com os dados estatísticos relativos a 2024, é nas famílias monoparentais (31.0%) e também nas famílias com mais de três crianças dependentes (28.2%), que se verificam taxas de pobreza mais elevadas (Rodrigues, 2024). Estes dados, corroboram com a realidade de algumas famílias que são acompanhadas pelo CAFAP, principalmente nas modalidades de PF e RF. Os principais benefícios sociais de que auferem, de modo a prevenir situações de carência extrema, são o rendimento social de inserção, o abono de família, alguns apoios municipais quanto à habitação, alimentação, transportes e educação. Em algumas situações, há determinadas famílias que são acompanhadas em Ação Social, na mesma

instituição em que se encontra integrado o CAFAP. Pelo que foi possível perceber, os profissionais vão articulando de forma mais próxima de modo a que se possa assegurar uma intervenção concertada, atendendo às necessidades da família. Para ilustrar a situação, e recorrendo a dados percentuais, no ano de 2023 cerca de 20.1% da população estava em risco de pobreza ou de exclusão social (Rodrigues, 2024).

Quanto às condições da habitação das famílias em acompanhamento, estes dados foram recolhidos a partir de conversas intencionais com os profissionais, mas também foi possível verificar a partir de algumas visitas domiciliárias. Assim, 46 famílias possuem condições habitacionais adequadas, mas nem todas apresentam uma organização e gestão doméstica adequada, no que diz respeito às questões de higiene e salubridade. Uma família nuclear, uma monoparental e também uma família alargada, apresentam condições de higiene que comprometem o bem-estar das crianças e de todos os que habitam na casa. As quatro famílias que não foram incluídas nesta contagem duas famílias nucleares, uma monoparental e uma família alargada, ficaram excluídas devido à sobrelotação habitacional, ou seja, ao número excessivo de pessoas face à dimensão e condições do espaço habitacional disponível. Segundo Sousa e colaboradores (2007) a falta de privacidade que advém da falta de espaço para o número de pessoas numa casa, origina conflitos familiares e conseqüentemente instabilidade para os indivíduos. Trata-se de uma problemática contemporânea, fortemente condicionada pelas circunstâncias socioeconómicas e pelas políticas habitacionais em vigor no país, estando relacionada com o elevado custo do arrendamento e da aquisição de habitação. De acordo com os profissionais do CAFAP, a situação de sobrelotação verificada nas famílias acompanhadas resulta, sobretudo, da ausência de recursos financeiros que lhes permita aceder ao mercado habitacional, seja através do arrendamento, seja da compra de casa. Há pedidos para habitação social por parte destas famílias, mas a lista de espera é muito extensa. As questões relativas à habitação estão na ordem do dia, para a maioria dos profissionais que trabalham na instituição, nas diversas respostas sociais. A ET do CAFAP, ao intervir a par com outros profissionais da instituição com a mesma família, está alerta para estas questões, tendo já um dos profissionais partilhado “como é que vamos trabalhar competências parentais, quando as famílias não têm uma casa com as mínimas condições”. Os problemas habitacionais, conforme Sousa e colaboradores

(2007) mencionam, constituem-se como sendo “a face mais visível da pobreza e da exclusão” (p. 29).

Tendo em conta os indicadores que foram apresentados, no que concerne à empregabilidade e habitação precária, importa pensar sobre as questões ligadas à pobreza e exclusão social. Da perspetiva de Sarmiento (2010) “a pobreza apresenta-se como sendo “a expressão de uma sociedade desigual e onde os direitos fundamentais não estão salvaguardados, apesar de proclamados” (p. 181). Esta desigualdade espelha-se no acesso ao mercado de trabalho e na capacidade de as pessoas poderem aceder e adquirir bens e serviços. Importa fazer uma reflexão sobre como a pobreza é percecionada socialmente, para consequentemente os profissionais poderem com as pessoas construir um caminho que as retire da situação em que se encontram. Sarmiento (2010) faz referência a um aspeto fundamental, que se prende com processos de rotulagem das famílias, culpabilizando-as pela situação, como se as desigualdades sociais existentes e a distribuição desigual da riqueza, nada tivessem que ver com a situação em que as pessoas e famílias se encontram. Cabe por isso, aos interventores sociais, desempenhar o papel de desconstrução de perspetivas pré-concebidas principalmente junto das famílias, para que estas se possam empoderar e sentir que são capazes e merecedoras.

Um dos grandes objetivos da intervenção desenvolvida por parte do CAFAP, pende-se com o treino de competências parentais necessárias para que as crianças e jovens possam crescer e desenvolverem-se de uma forma saudável e harmoniosa. De acordo com os profissionais da ET, quando os processos são encaminhados para o serviço, o treino de competências parentais, é quase sempre um dos eixos mencionados para ser alvo de intervenção. Com base na observação, nas conversas intencionais e na análise documental disponível, foi possível apurar que nove famílias duas monoparentais, três alargadas, duas reconstituídas e duas nucleares evidenciam competências parentais menos ajustadas, carecendo de acompanhamento e apoio específico neste domínio. Isto espelha-se a partir dos estilos educativos parentais adotados por estas famílias, com principal enfoque nas figuras de referência. Os estilos parentais com maior prevalência (estão presentes em sete famílias: duas famílias alargadas, duas famílias reconstituídas, duas famílias nucleares e uma família monoparental) são mais permissivos e negligentes, de acordo com a avaliação feita pela ET, onde não há um estabelecimento claro de

regras e limites. Em duas famílias, uma monoparental e outra alargada, é visível um estilo parental autoritário, que se reflete nas crianças através dos seus comportamentos de medo e opressão. Estas duas famílias apresentam muitas resistências quanto à intervenção do CAFAP.

Desta forma, importa dar conta de que forma é aceite pelas famílias a intervenção do CAFAP, para que as crianças e jovens, possam ver garantido um dos seus direitos, que é crescer de uma forma saudável. Como já foi referido num capítulo anterior, o CAFAP só inicia a sua intervenção se houver consentimento por parte da família. Porém, de acordo com aquilo que foi falado com a ET, existe uma obrigatoriedade implícita quanto à intervenção. Esta obrigatoriedade é identificada nas famílias que são encaminhadas pelo tribunal, porque o acompanhamento pelo CAFAP é em muitos casos uma condição imposta pelo mesmo. De acordo com a ET, normalmente os processos que não têm a aceitação por parte das famílias, verificam-se de forma mais notória na modalidade de PEF, quando há um grande litígio entre os pais. Os profissionais partilharam, que é bastante comum existirem situações em que um dos pais não coopera de uma forma verdadeira e genuína, associado por norma, a divórcios com alto grau de litígio, que acabam por prejudicar a relação das crianças com um dos progenitores. Assim, para que haja a possibilidade que as crianças e jovens terem uma relação privilegiada com ambos os progenitores, desde que isso não lhes traga qualquer tipo de prejuízo, e mediante o parecer dos profissionais, o tribunal delega obrigatoriedade para a intervenção. No que diz respeito aos encaminhamentos que são feitos na modalidade de PF e RF, segundo os profissionais da CAFAP “não é muito comum existir recusa por parte das famílias”. Contudo, entidades como a EMAT ou CPCJ, comunicam ao tribunal a não concordância das famílias, caso se verifique. Na maior parte dos casos, verifica-se alguma obrigatoriedade implícita na aceitação, por parte da família. Esta obrigatoriedade, normalmente decorre de processos de PEF, onde se existem litígios bastante severos entre os progenitores, e quando algum deles se recusa a cooperar. Este sentido de obrigatoriedade não é exercido pelo CAFAP, mas sim pelo tribunal, a partir de despachos para que os progenitores cumpram a decisão. Contudo, esta coercividade pode dificultar e condicionar o estabelecimento dos contactos e a criação de uma relação de confiança, entre o CAFAP e a família. Porém, segundo as partilhas dos profissionais, se houver transparência e verdade no trabalho que se pretende desenvolver com as famílias, é possível que se consiga estabelecer uma relação favorável, em prol do bem-estar de

toda a família. Das 50 famílias que são acompanhadas atualmente, quatro (três famílias monoparentais e uma família alargada) apresentam resistências em trabalhar com o CAFAP, uma vez que acreditam que as suas famílias não necessitam desta resposta, o progenitor de uma das famílias assumiu “há tantas famílias a precisarem da vossa ajuda, famílias pobres e desfavorecidas”, por outro lado a progenitora de outra família mencionou “ninguém me vai agora ensinar a ser mãe”. Foi possível perceber, que existe algum estigma associado à intervenção do CAFAP, por parte de algumas pessoas, ligam a intervenção que é feita a famílias pobres e desfavorecidas, não admitindo que a necessidade de intervir possa acontecer, em meios sociais mais favorecidos. As restantes famílias de uma forma geral, compreendem e aceitam de uma forma genuína a intervenção, isto reflete-se, através da iniciativa no estabelecimento de contactos com a ET.

Foi possível perceber junto dos profissionais, que algumas famílias recorrem ao CAFAP, para tentar resolver situações, que na maioria das vezes dizem respeito à intervenção da Ação Social. Isto deve-se ao facto de as relações estabelecidas, com os profissionais deste CAFAP, serem de maior confiança e proximidade. Na verdade, uma vez que a instituição possui respostas no âmbito da Ação Social, os profissionais do CAFAP articulam facilmente com os colegas, tentando colmatar necessidades que sejam manifestadas. Porém, nem sempre está ao alcance destes profissionais responder ou solucionar as situações que são apresentadas pelas famílias. Segundo a ET, há famílias que são acompanhadas por tantos profissionais de diferentes entidades, que por vezes acaba por gerar alguma confusão sobre a quem recorrer e em que situação. De acordo com Sousa e colaboradores (2007) a intervenção social está organizada de uma forma pouco coordenada e fragmentada, isto é, as famílias são sujeitas a diagnósticos que as direcionam para inúmeros serviços e profissionais, consoante as necessidades identificadas. Em conversa com um dos profissionais da ET, foi partilhado que algumas famílias demonstram que por vezes não sabem a que profissional se dirigir, para solucionar determinado problema e assim sendo, “recorrem a mim porque têm maior confiança e à vontade”. Foi possível perceber que o CAFAP atua junto das famílias de uma forma muito próxima, sendo que as famílias verbalizam a importância desta relação na procura realizada aos profissionais “eu falo mais consigo”, “a doutora ... nunca me atende, você também já sabe da situação” ou então “eu tenho mais confiança

consigo”. Estes são alguns testemunhos verificados presencialmente, em atendimentos ou visitas domiciliares. As autoras Matos e Sousa (2004, citado por Melo & Alarcão, 2009) destacam a importância de as equipas multidisciplinares, adotarem uma perspetiva interventiva sistémica, para que se reduza “o risco de se desenvolverem intervenções segmentadas, realizadas por diferentes profissionais, sem a devida integração e consideração pelo carácter holístico” (p. 58). Assim, integrar a multidisciplinariedade dos diversos profissionais, é o expectável, para que a intervenção não se resuma à soma desintegrada de diferentes partes, mas sim, a um conjunto de ações complementares (Melo & Alarcão, 2009).

4.2. A FAMÍLIA VILAR

O acompanhamento à família por parte do CAFAP, ocorria já há dois anos antes do início do desenvolvimento do projeto, ou seja, já existia uma relação de proximidade consistente entre os profissionais e a família. Iniciando-se este percurso junto da família Vilar, foi possível estar presente nas diligências que a ET foi realizando, nomeadamente visitas domiciliares, reuniões com entidades que também acompanham a família, tais como a EMAT e a escola. Para garantir o anonimato da família, as informações que são partilhadas apresentam alterações, os nomes utilizados são fictícios e escolhidos com os elementos da família. Assim, o nome da família é “Vilar”, o nome da avó “Estrela” e o nome da criança e neta “Flor”.

O agregado familiar, é composto pela Avó Estrela que está na casa dos 50 anos, três filhos (tios da Flor) o M que tem cerca de 30 anos, o K e o A que estão na casa dos 20 anos, o antigo companheiro da Avó Estrela, o senhor B (avô da Flor) de 60 anos e a Flor com cerca de oito anos, que se encontra à responsabilidade da Avó Estrela desde que nasceu (Ap. C, p. 98). O agregado encontra-se a residir numa casa arrendada, que se está inserida num empreendimento de habitação social.

Os pais da Flor conheceram-se quando tinham ambos 18 anos, através das redes sociais. Após alguns meses de namoro, decidiram coabitar juntos em casa dos avós paternos da Flor. Quando o namoro terminou, a mãe da Flor regressou a casa da sua família, descobrindo posteriormente que estava grávida. Após cinco meses do nascimento da Flor, a mãe emigrou para França, tendo

iniciado um novo relacionamento amoroso. Desde então, a Flor ficou sempre aos cuidados da avó Estrela. O pai da Flor nunca se envolveu muito na vida da criança, alegando que devido às condições económicas, não se conseguia deslocar para visitar a filha. Nunca se opôs à regulação das responsabilidades parentais, a favor da avó materna. A mãe da Flor, meses depois de regressar a Portugal, quando a criança já tinha cerca de 10 meses, foi tendo alguma convivência esporádica com a filha, tendo estado longos períodos sem qualquer tipo de contacto. Os conflitos com a Avó Estrela eram frequentes, sendo o tio K a pessoa que mediava a situação. Passado algum tempo, iniciou-se um processo de regulação das responsabilidades parentais, uma vez que a mãe da Flor pretendia assumir a responsabilidade pela criança, algo que nunca tinha acontecido até então e, por isso, solicitou judicialmente poder contactar a filha com maior regularidade. A partir daí, o Tribunal ordenou que os convívios acontecessem com supervisão técnica, desta forma o CAFAP deu início à intervenção na modalidade de PEF.

A Avó Estrela tem sete filhos, a mãe da Flor, os três que vivem consigo, a filha mais velha que já constituiu família e dois filhos gémeos adolescentes, de 15 anos, que estão à guarda de uma tia. Três dos filhos da Avó Estrela estiveram institucionalizados, uma delas, a mãe da Flor. A nível profissional, a avó Estrela já trabalhou no campo durante muitos anos e em limpezas. Como diz “... já passei por muitos sítios e já fiz muitas coisas”. Desde que começou a receber o RSI tem feito inúmeras formações em áreas como a cozinha, pastelaria, geriatria. Porém, lamenta ainda não saber ler nem escrever. A Avó Estrela relata que “todas as responsabilidades da família estão ao meu encargo”, diz muitas vezes que se sente “cansada e farta de tantas coisas que tem de resolver”. Gosta de frequentar os cursos para ganhar mais algum dinheiro e “para sair de casa e estar com outras pessoas”. Tem um percurso de vida pautado por relações abusivas, tendo sido vítima de violência doméstica pelos dois maridos e pais dos seus filhos. Atualmente, um antigo companheiro reside em sua casa, visto que começou a apresentar um quadro clínico demencial, e um dos seus filhos acolheu-o assumindo-se como seu cuidador. Desde o início, que a Avó Estrela se opõe ao facto de ter de coabitar novamente com o antigo companheiro, mas respeitou a vontade do filho, que reside com ela.

O encaminhamento da família Vilar, para intervenção em PF, chegou também ao CAFAP em 2022, no mês de abril pela EMAT uma vez que foram identificados múltiplos fatores de risco/perigo. O

facto de existir uma criança, chamada Flor, e ter uma medida de promoção e proteção com apoio junto de outro familiar, que no caso é a Avó Estrela, também é um fator para o encaminhamento, pois as profissionais que solicitaram a intervenção do CAFAP, consideravam que seria uma mais valia, visto que a família apresentava algumas vulnerabilidades. De acordo com o documento de encaminhamento, da avaliação técnica realizada pela profissional da EMAT, “destaca-se a existência de dinâmicas familiares pouco ajustadas à criança, das quais se destaca o uso de estratégias desadequadas de imposição de regras e limites à criança, inexistência de momentos de convívio familiar.” A par destes fatores que foram identificados, consta também negligência ao nível dos cuidados de higiene, havendo um registo hospitalar, que declara que a Flor deu entrada no hospital, com uma situação muito severa de pediculose “deu entrada no hospital com lêndeas no couro cabeludo e pestanas”. Na avaliação técnica desenvolvida, a questão da organização habitacional também é um indicador preocupante, segundo o documento, a família já vem sendo acompanhada desde 2016 pela equipa responsável pelo protocolo de RSI, no sentido de melhorar a higiene e organização habitacional, para o bem-estar e salubridade de todos. Foi também referida a precaridade económica, o desemprego por parte de todos os adultos que compõe o agregado familiar, a baixa escolaridade, sendo que a avó Estrela é analfabeta, e a existência de um diagnóstico de esquizofrenia, associado ao tio M. Foram também indicados como fatores de risco, lacunas no que diz respeito ao acompanhamento escolar da Flor e dificuldades na articulação entre os agentes educativos e a família. Como fatores de proteção, a equipa da EMAT indicou o forte vínculo que a Flor tem com a Avó Estrela e os tios maternos, com especial destaque para o Tio K. Foi referido também o facto de a Flor, estar inserida em equipamento escolar.

No que diz respeito à intervenção que está a ser desenvolvida por parte do CAFAP, o profissional que fez a avaliação da situação familiar e que é também o gestor de processo, considerou que as questões ligadas à higiene habitacional, bem como as rotinas diárias pouco ajustadas à idade da Flor, deveriam assumir destaque no PIAF, de modo a proteger a criança. Os adultos que mais colaboram com os profissionais são a Avó Estrela e o Tio K, assim são os elementos com quem se tem vindo a desenvolver um trabalho mais continuado no sentido de para garantir que a Flor cresça num meio saudável. Contudo, através das visitas domiciliárias regulares, das reuniões na escola e da articulação com os profissionais, percebe-se que a situação da Flor é preocupante. A

escola partilhou com o CAFAP, que a Flor apresenta dificuldades severas quanto à integração das matérias lecionadas, sendo que a professora responsável, percebe que não existe acompanhamento no domicílio, uma vez que a criança, raramente apresenta os trabalhos de casa feitos. A professora pontuou que, a Avó Estrela e o Tio K, estão a par da situação, além de que lhes foi sugerido que houvesse um maior investimento no apoio estudo em casa, para que a Flor consiga acompanhar o ritmo das aulas. Foi também passada a informação ao CAFAP, de que a Flor, iria para a escola sem tomar um pequeno-almoço adequado. Segundo os funcionários, a criança disse que de manhã ou bebia só leite com chocolate ou comia pudins. Ao jantar, a Flor disse que por vezes comia “bolachinhas salgadas” e que era o seu jantar.

Ao serem confrontados com estas informações, a Avó Estrela e o Tio K, alegam que não é bem assim, e que muitas das vezes a Flor não come porque ela não quer. Queixam-se que a criança está “com um feitio muito difícil e que só faz aquilo que quer”. A equipa do CAFAP, tem vindo a reforçar junto destes dois adultos, que é imprescindível que existem regras e limites, para que a Flor possa desenvolver-se de uma forma segura. Tem vindo a ser desenvolvida uma intervenção assídua, para que sejam adotadas práticas educativas que fomentem a existência de rotinas saudáveis, quanto às refeições, à higiene no domicílio e ao convívio familiar, de modo a que a Flor e os restantes familiares, não se refugiem tanto nos ecrãs.

No que diz respeito às relações familiares, ao longo dos contactos com a Avó Estrela, com o Tio K e também, de acordo com a informação que está redigida no processo documental, existem alguns conflitos entre os elementos da família, principalmente entre a mãe da Flor e a Avó Estrela. É o Tio K, que atua como facilitador nos processos de comunicação entre as partes. O conflito que existe neste momento entre mãe e filha, deve-se ao facto de a mãe da Flor ter manifestado o interesse em recuperar a responsabilidade legal pela filha. Por sua vez, a Avó Estrela não considera justo, visto que cuidou da sua neta desde que esta nasceu, verbalizando a existência de “um vínculo muito forte entre ambas”. A Avó Estrela considera também que a sua filha, não tem capacidade para ser responsável pela Flor: aponta que não tem um trabalho estável e que como vive com familiares do companheiro, não tem condições habitacionais para a Flor. O seu maior receio é que “ela volte a abandonar a criança, como já fez no passado”.

Uma das problemáticas que é imprescindível mencionar, prende-se com a saúde mental e o impacto que a mesma tem na vida familiar. Neste caso, o Tio M foi diagnosticado com esquizofrenia que condiciona muito a sua vida, bem como da sua mãe, a Avó Estrela. Segundo ela, há um desgaste muito grande, dado que o filho se recusa a tomar a medicação prescrita, adotando comportamentos que o colocam em risco. “Volta e meia lá tenho as pessoas a virem ter comigo, a pedir o dinheiro que ele lhes deve ... uma vez virei-me a um, disse-lhe mesmo que não lhe dava mais nada, que ele sabia muito bem o problema dele”. A Avó Estrela não consegue encontrar nenhuma resposta para o filho, tendo já recorrido ao hospital e à segurança social. A única resposta que obteve, é que poderia chamar a polícia e assim haver um internamento compulsivo.

5. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

Este capítulo é dedicado à exposição dos problemas e necessidades, que foram identificados por todas as pessoas envolvidas no projeto. A identificação destes problemas, advém do conhecimento e análise da realidade descrita no capítulo anterior, e informará o desenho e desenvolvimento do projeto de intervenção social.

Desta forma, o primeiro problema (P1) identificado, prende-se com um “Sistema familiar multidesafiado, devido à interseção de múltiplas situações de risco”. Este foi um problema identificado por diversos profissionais, com quem a família foi contactando, porém não foi percebido ou identificado desta forma. Foi juntamente com a ET do CAFAP, que se formulou este problema, dado o tempo de acompanhamento da mesma, que foi bastante rico, quanto ao conhecimento aprofundado das pessoas, das suas relações e funcionamento enquanto sistema familiar. Através das conversas com a Avó Estrela, foi possível perceber-se que ao longo dos anos, o seu trajeto e também da sua família foi multidesafiado. Passou por relações abusivas, tendo sido vítima de violência doméstica, por parte dos seus dois companheiros e pais dos seus filhos. Partilhou que sempre foi difícil alcançar alguma estabilidade, seja do ponto de vista emocional, familiar e financeiro. Teve inúmeros trabalhos, desde as limpezas até a trabalhos num cemitério local, da zona onde residia na altura, passando também por trabalhos ligados à agricultura. Devido à falta de estabilidade, três dos seus filhos passaram por institucionalizações, estando atualmente, os seus dois filhos mais novos, ao cuidado de um familiar. Pelo discurso da Avó Estrela, percebe-se que existe uma normalização da passagem dos seus filhos por casas de acolhimento, “estiveram os três no colégio, os mais velhos, é normal e fizeram-se adultos... a Mãe da Flor ainda saiu de lá mais rebelde, não sei porquê”. A par desta normalização, percebe-se que há a atribuição de responsabilidades às casas de acolhimento, pelos comportamentos que os filhos e filhas têm na atualidade. Devido ao conflito existente entre si e a sua filha, Mãe da Flor, verbaliza que “nem por ter estado em colégios ela se endireitou, já é dela”. Assiste-se neste discurso a uma responsabilização da Mãe da Flor no seu percurso e crescimento enquanto criança, sendo que na sua verbalização está ausente uma reflexão sobre o papel dos pais nas condições para que ela crescesse de uma forma saudável e harmoniosa. Já da sua filha mais velha,

a Avó Estrela considera que “ela é muito diferente da outra, fez-lhe bem lá estar”. Porém, em relação à sua neta Flor, a Avó Estrela nem sequer consegue considerar a possibilidade de a menina poder ser acolhida. Percebe-se claramente o vínculo forte que existe, o amor incondicional e o sentido de proteção face à Flor. Contudo, existem indicadores fortes que apontam para situações de risco e perigo aos quais a criança está exposta, e que neste momento, a família não a está a conseguir proteger.

Foi identificado como segundo problema (P2) “Contexto familiar e relacional pouco responsivo às necessidades da Flor”. Este problema, foi primeiramente identificado pela ET do CAFAP, mais concretamente pelo profissional gestor de processo. Contudo, após vários momentos de contacto com a Avó Estrela, seja no domicílio ou na instituição (local da sua preferência), foi um problema identificado também por ela. Os fatores que estão na origem deste problema, prendem-se com o facto de os cuidados de higiene da Flor estarem comprometidos, bem como a alimentação pouco cuidada e nutritiva. A escola e os seus agentes educativos tiveram igualmente um papel muito importante, ao partilharem com a família, mais concretamente com a Avó Estrela e com o Tio K, que a situação em causa estava a repercutir-se no rendimento escolar da Flor e a comprometer a sua socialização, devido à baixa autoestima. Após vários alertas transmitidos aos familiares, os agentes educativos procuraram estabelecer contacto com o CAFAP, para que a ET pudesse interceder junto da família. Um dos professores da Flor, chamou à atenção para o facto de a Flor apresentar roupas pouco apropriadas para a estação do ano, para o facto de estarem abaixo do seu tamanho e de terem um odor desagradável. O mesmo agente educativo alertou ainda, para o facto de a Flor apresentar sinais diários de muita sonolência na sala de aula e muita dificuldade em se concentrar e acompanhar os conteúdos, a par da “falta de investimento em casa”, dado que a criança raramente apresentava as tarefas propostas realizadas. A escola também partilhou a sua preocupação quanto à alimentação, visto que a Flor em conversa com um dos agentes educativos, partilhou que ao pequeno-almoço comia pudins, ou só leite, que o lanche muitas vezes eram bolachas salgadas ou então doces, dando também a entender que o jantar também não eram refeições muito nutritivas. Todas estas informações foram passadas à família e também ao CAFAP, contudo houve liberdade para que estas questões fossem refletidas no âmbito do projeto que estava a ser desenvolvido, sempre num trabalho conjunto entre a família, a ET e também a

mestranda. Face a todos estes indicadores, nem a Avó Estrela, nem o Tio K perceberam isto como sendo algo preocupante ou alarmante. A Avó Estrela, referiu de imediato, “mas a minha neta não passa fome, à noite eu faço sopa, mas ela não come porque não quer, está a ficar uma esquisita para comer”. Quanto às questões escolares, “eu também não a consigo ajudar, porque eu não percebo nada daquilo”, “Pronto, olhe ela também não dá muito para a escola”. Face ao exposto, foi necessário algum trabalho de sensibilização, para que a Avó Estrela refletisse sobre estes indicadores, que estavam a colocar a Flor numa posição de vulnerabilidade. O Tio K, prontificou-se em estar mais atento a todas estas questões, visto que a Avó Estrela manifestou a sua incapacidade de conseguir responder a tudo favoravelmente. Mencionou inúmeras vezes, a situação do seu filho M, “está do piorio, dá-me conta da cabeça, deu-lhe outra vez para deixar de tomar a medicação, e só me arranja problemas” Estes inúmeros acontecimentos paralelos, muito desafiantes não permitem que Avó Estrela deposite a atenção e importância necessária a todos estes fatores. Apesar de tudo isto, a Avó Estrela deixou bem clara a sua posição, o que permitiu dar corpo a uma intervenção, “ninguém me vai tirar a minha neta, pois não? É a minha menina, estou muito habituada com ela, está comigo desde que nasceu”.

O terceiro problema (P3) que foi identificado “Desempoderamento e desconsideração sentida pela Avó Estrela, em relação aos seus familiares”. Ao longo da intervenção que foi sendo desenvolvida por parte por CAFAP, junto deste agregado familiar, os profissionais que compõem a ET, partilham da mesma perspetiva, de que a Avó Estrela é uma senhora que carrega uma bagagem bastante pesada, de toda uma vida com inúmeros desafios. Este problema foi identificado pela própria Avó Estrela, após alguns contactos e também algumas conversas que lhe permitiram fazer algumas reflexões, sobre si e sobre a sua família. “Cada um faz o que quer” ou “eu já estou farta de dizer, mas julga que alguém passa cartão?” são algumas das frases que a Avó Estrela foi dizendo em conversas intencionais. Através da consulta documental, mais concretamente os registos de acompanhamento da família, é possível aferir que existem acontecimentos que ilustram este sentimento. Sendo que o acontecimento que melhor ilustra este problema, sentido pela Avó Estrela, é a vinda do seu antigo companheiro para residir em sua casa. Esta decisão foi tomada por um dos seus filhos, o K, uma vez que o seu pai estava a residir sozinho num concelho da zona norte do país, não tendo mais condições, uma vez que fora

diagnosticado com demência. A Avó Estrela foi sempre contra esta decisão, visto que teve uma história marcada, por inúmeros episódios de violência doméstica, durante a relação que teve com o senhor A. No que diz respeito às condições habitacionais e económicas, a Avó Estrela sempre esteve muito consciente de que a casa não tinha condições para receber mais uma pessoa, visto que é de tipologia T3 para um total de cinco pessoas, que iriam passar a ser seis. A par das despesas também serem superiores, preocupava também a Avó Estrela o facto de ter em casa uma pessoa, que iria exigir uma série de cuidados específicos. Apesar de não o ter dito explicitamente, percebeu-se que a Avó Estrela estava preocupada com a possibilidade de o filho lhe transmitir as responsabilidades que ele assumira. Sabia de antemão, que o seu filho é um jovem, que naturalmente gosta de viver determinadas experiências, correspondentes à sua idade, e que esta decisão acabaria por ser “mais um peso nas minhas costas”. Este problema sentido e manifestado pela Avó Estrela também foi evidente, no que diz respeito à organização da casa e dinâmica familiar. As questões ligadas à higiene e salubridade da casa onde habita a família, estiveram sempre sob a atenção dos profissionais. A Avó Estrela foi sempre partilhando que reconhecia que a casa apresentava condições, que comprometia o bem-estar de todos, mas que não conseguia fazer tudo sozinha, “sou eu fazer por um lado e eles a desfazer por outro”, além disso, aponta as suas limitações ao nível da saúde física como a razão para não conseguir garantir a limpeza e organização da casa.

O quarto problema (P4) identificado foi a “Situação de analfabetismo da Avó Estrela”. Este foi um constrangimento manifestado pela Avó Estrela, num momento informal, quando se aguardava a chegada da Mãe da Flor, para se realizar mais um PEF. A Avó Estrela partilhou, que continuava a frequentar os cursos que eram disponibilizados pelo IEF, para poder ganhar mais algum dinheiro, mas que em nenhum dos que já frequentara conseguiu aprender a ler e a escrever. “Para algumas coisas eu ainda me consigo desenrascar, mas faz-me falta para ler as cartas que chegam, tenho sempre que pedir para que mas leiam e ficam logo a saber de tudo”. Este foi o desabafo que motivou a proposta feita à Avó Estrela, para começarmos a estar mais vezes juntas, no sentido de lhe dar algum apoio no processo de alfabetização, que já estava em andamento no curso de formação profissional que estava a frequentar. Esta proposta foi de imediato aceite, porém, a Avó Estrela foi bastante sincera e consciente, tendo logo esclarecido que “já sabe que não tenho muito

tempo”. Porém, apesar desta sua reserva, foi bastante evidente a vontade que tinha em investir nesta aprendizagem imprescindível, de modo a conseguir alcançar a sua tão desejável autonomia e privacidade.

Ao longo da descrição dos problemas identificados, compreende-se que existem muitos desafios que fazem parte da vida desta família, ao longo de muitos anos. É possível identificar a Avó Estrela como sendo a matriarca e também responsável, ainda que involuntariamente, por todos os elementos que constituem a família. É clara a sobrecarga sentida pela mesma, sendo que ela própria tem essa consciência “é sempre tudo em cima de mim”. Falamos de uma sobrecarga, que os seus filhos adultos, não parecem perceber, de forma voluntária ou involuntária, mas que está a condicionar a vida familiar.

No que diz respeito à pequena Flor, é perceptível que se encontra numa situação de vulnerabilidade, dado que as suas necessidades básicas não estão a ser respondidas, de uma forma a assegurar o seu desenvolvimento saudável e harmonioso. O CAFAP tem vindo a fazer um longo trabalho, essencialmente com a Avó Estrela, que é a responsável legal da Flor, mas também o elemento da família que mais se apresenta disponível. Contudo, não se verificaram até então, as alterações necessárias que permitam a retirada dos serviços do terreno (EMAT e CAFAP). Os indicadores que sustentam a continuidade da intervenção, por parte destas respostas sociais, são bastante delicados e merecedores da atenção dos profissionais. O desenvolvimento da Flor encontra-se comprometido, como já foi anteriormente referido quanto às questões de higiene, alimentação e rotinas diárias, mas também no que diz respeito ao bem-estar da Flor. Um dos agentes educativos, já procurou o CAFAP, no sentido de alertar a família, uma vez que a sua perceção é que a Flor “não é uma criança feliz”. Estas partilhas foram feitas com a Avó Estrela e também com o tio K. De facto, ao longo da intervenção do CAFAP e também do conhecimento desta realidade, foi perceptível que nem sempre a família reconhece estes sinais. Em determinados momentos, a Avó Estrela apresentou desgaste, face às avaliações feitas pelos inúmeros profissionais, bem como por todas as intervenções que têm vindo a acontecer ao longo dos anos. Daí que surge a urgência e a necessidade de se refletir sobre o que já foi feito e aquilo que ainda se pode fazer, de modo a promover-se uma intervenção humanizada, que responda às necessidades distintas de todos.

6. DESENHO DO PROJETO “ENTRE NÓS – PROJETO DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM UMA FAMÍLIA EM CONTEXTO DE CAFAP”

Este capítulo, debruça-se sobre o desenho e o desenvolvimento do projeto “Entre Nós – Projeto de intervenção psicossocial com uma família em contexto de CAFAP”. O nome deste projeto nasceu de um conjunto de reflexões e pensamentos sobre todo este percurso, desde o momento em que se estabeleceu contacto com a família, quer através da informação documental, quer pelo acompanhamento presencial. Dar um nome a tudo o que estava a acontecer, nunca foi uma prioridade, porém considera-se que espelha, através da simplicidade, aquela que foi uma jornada de mãos dadas. Assim, o projeto foi construído e desenvolvido, com o propósito e a intenção, de dar resposta aos problemas que foram identificados, em conjunto com todos os intervenientes.

Desta forma, este capítulo contempla a finalidade deste projeto, os objetivos traçados e também as ações que foram desenvolvidas. Será também apresentada a avaliação de entrada, que posteriormente irá ser alvo de reflexão e informará a avaliação final.

6.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

De acordo, com Guerra (2002) os projetos de intervenção social, devem ter como principal premissa, a participação ativa de todas as pessoas, naquela que é uma construção coletiva de algo que pode transformar as suas realidades. Assim, torna-se imprescindível planear a intervenção de uma forma consciente e atenta, atuando de forma fundamentada e intencional, com o foco na melhoria das condições de vida das pessoas ou comunidades (Serrano, 2008). Nesse sentido é imprescindível mobilizar os contributos de Paulo Freire sobre a intervenção social, dado relevar a importância de uma ação que seja crítica e também libertadora para as pessoas, promovendo a justiça social e a dignidade humana (2005). Assim, ao pensar e projetar numa simbiose entre a consciência crítica e a prática social, a utopia deve orientar a finalidade, visto que “não é o irrealizável, mas o ainda não realizado” (Freire, 2005, p. 103).

Este projeto pretende promover mudanças significativas nas dinâmicas familiares da família Vilar, mudanças essas fundamentais para que a Flor possa desenvolver-se de forma saudável no seu seio familiar, abrangendo também a Avó Estrela, responsável legal e elemento fundamental e estruturante da família. Desta forma, a finalidade deste projeto consiste em "Contribuir para a quebra de ciclos de exclusão social de uma família multidesafiada, com particular enfoque no empoderamento da Avó Estrela e da proteção e promoção do desenvolvimento da Flor". Para que fosse possível alcançar esta finalidade, importa referir que o projeto foi desenvolvido, em parceria com a ET do CAFAP e alguns elementos da família Vilar. Verificou-se também a necessidade de desenvolver a intervenção em dois eixos: um dos eixos centrado na família enquanto sistema, e potenciadora do desenvolvimento saudável da Flor e um segundo eixo centrado no desenvolvimento pessoal da Avó Estrela.

Os Objetivos Gerais (OG) e Objetivos Específicos (OE) foram definidos para cada um dos problemas identificados a saber: o P1 "Sistema familiar multidesafiado, devido à interseção de múltiplas situações de risco", o P2 "Contexto familiar e relacional pouco responsivo às necessidades da Flor", o P3 "Desempoderamento e desconsideração sentida pela Avó Estrela, em relação aos seus familiares", P4 "Situação de analfabetismo da Avó Estrela" (Ap. D, pp. 99-100).

Desta forma, o eixo 1 procura dar resposta ao P1 e P2, cujos objetivos são: OG1 Promover a melhoria da qualidade do ambiente relacional na família. No OG1 definiram-se três OE, um primeiro dirige-se à equipa do CAFAP, nomeadamente à intervenção desenvolvida no âmbito do presente projeto e dois referentes à família. Assim, temos como OE1.1 Desenvolver uma intervenção de proximidade e compreensiva do percurso multidesafiado e intergeracional da família Vilar; OE1.2 Expressar as suas necessidades pessoais e perceber o seu contributo para o sistema família; OE1.3 Compreender as implicações das suas opções na vida na vida familiar, nomeadamente no que se refere à gestão da casa. OG2 Promover o desenvolvimento saudável da Flor em todas as suas dimensões. Os objetivos traçados têm como estratégia articular com outros sistemas de proteção, no sentido de criar condições para que a Flor se desenvolva bem, e para tal que sejam criadas condições para que a família adote práticas responsivas. Assim, definiram-se os quatro OE. OE2.1 Reconhecer a importância da escola e da integração da Flor; OE2.2 Promover rotinas quotidianas de higiene e práticas alimentares saudáveis; OE2.3

Reconhecer a importância de desenvolver atividades conjuntas com a Flor.OE2.4 Promover a proteção da Flor, assegurando a continuidade dos vínculos afetivos familiares. As estratégias utilizadas para se alcançar os objetivos delineados, são as seguintes: conversas intencionais, visitas domiciliárias, momentos de reflexão conjunta, de modo a que em conjunto fosse possível pensar na realidade atual, e que alternativas poderiam ser utilizadas, para alterar comportamentos e práticas, com vista a alcançar o bem-estar de todos. Desde o início, foi importante clarificar o propósito, para que a família compreendesse a intervenção enquanto um processo colaborativo, orientado para a promoção do bem-estar da Flor e da própria unidade familiar. A intervenção só adquire verdadeiro sentido quando é entendida como uma oportunidade de apoio e de orientação, capaz de valorizar as potencialidades da família e de lhe conferir maior capacidade para responder de forma adequada e construtiva aos desafios quotidianos. Foram ainda utilizados alguns materiais, para orientar a divisão de tarefas entre os elementos da família. Esta foi uma tentativa para tentar envolver os restantes elementos da família, numa atividade conjunta, em prol e benefício de todos. A ação desenvolvida, com vista a responder ao OG1, denomina-se “Roda do cuidar”. Embora os momentos de contacto tenham contado sobretudo com a participação da Avó Estrela e do Tio K, a intervenção foi pensada para responder às necessidades da família no seu todo, procurando não só melhorar as condições habitacionais, mas também promover a qualidade das relações e das dinâmicas familiares. A Avó Estrela e o Tio K, foram os responsáveis por levar este “trabalho para casa”, na tentativa de conseguir envolver todos os elementos. A ação que dá resposta ao OG2, denomina-se “Janela para o futuro”. Esta é uma ação que está voltada para a Flor e o seu desenvolvimento integral, diretamente associado às dinâmicas familiares. Importa referir, que as ações desenvolvidas neste eixo de intervenção, contaram com a participação da ET do CAFAP.

O desenvolvimento destas ações não ocorreu com a regularidade inicialmente prevista, tendo sido respeitado o tempo e a disponibilidade da família, como era inevitável. Apesar disso, verificou-se o envolvimento ativo tanto dos membros da família como da equipa do CAFAP na promoção de momentos conjuntos. A equipa procurava manter uma periodicidade semanal ou quinzenal, ajustando-se sempre às circunstâncias de cada semana.

O eixo de intervenção 2, vem dar resposta ao P3 e P4, cujos objetivos foram elaborados, de modo a dar resposta ao desenvolvimento pessoal da Avó Estrela, que é o elemento fundamental na família. Desta forma, os objetivos traçados são: OG3 Promover o empoderamento da Avó Estrela. OE3.1 Reconhecer e valorizar a importância das suas decisões e a necessidade das mesmas; OE3.2 Estabelecer os limites que considera necessários de forma a assegurar a sua autodeterminação. OG4 Promover o processo de alfabetização da Avó Estrela. OE4.1 Desenvolver o processo de literacia, através de práticas humanizadas e inclusivas; OE4.2 Fortalecer a autonomização e participação social da Avó Estrela. As estratégias utilizadas foram as seguintes: conversas intencionais e reflexivas com a Avó Estrela, sessões de reforço do processo de alfabetização, utilizando materiais simples sobre literacia para a vida quotidiana. De modo a dar resposta ao OG3 e OG4, foi desenvolvida a ação “Protagonista de mim mesma”. Esta ação contou com a participação da Avó Estrela, tendo a ET conferido algum suporte e supervisão, para a realização das sessões.

No que diz respeito à periodicidade das sessões, inicialmente estava previsto acontecerem semanalmente, contudo a Avó Estrela iniciou um curso de formação profissional e posteriormente necessitava de fazer algumas sessões de fisioterapia, sendo que numa fase inicial os encontros realizaram-se semanalmente e depois quinzenalmente. Estas alterações eram sempre comunicadas pela avó Estrela, que afirmava que para se deslocar às instalações do CAFAP, era necessária alguma logística, o que nem sempre lhe era possível devido a todos os seus “afazeres”. Contudo, as sessões aconteciam sempre nas instalações do CAFAP, por sua vontade e por ser um lugar onde a Avó Estrela se sentia protegida e, onde a sua privacidade pudesse sempre ser acautelada.

6.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada, apresenta-se como sendo uma etapa fundamental em projetos de intervenção social, permitindo que se verifique as reais necessidades das pessoas e do meio em que estão inseridas, e a identificação dos recursos e limitações. O modelo de avaliação privilegiado nesta intervenção é o modelo CIPP que, segundo Stufflebeam e Shinkfield (1985),

prevê algumas orientações iniciais para garantir a relevância e a pertinência do projeto. Assim, verifica-se que conhecer o contexto e o ambiente em que se pretende intervir, é essencial para orientar e garantir que tudo faz sentido, é construído pelas pessoas e inspirado pelas suas vidas. Cembranos e colaboradores (2001) reforçam a importância da existência de um conhecimento prévio, constituindo-se como sendo um instrumento fundamental, para a construção de intervenções fundamentadas. Conhecer as características culturais, organizacionais e sociais de uma pessoa ou grupo, é indispensável para promover a participação ativa, bem como para delinear estratégias adequadas (Cembranos et al., 2001).

Para que este projeto fosse verdadeiramente participativo e inclusivo, foi imprescindível estabelecer conversas intencionais, mais concretamente com os profissionais do CAFAP, e também com a Avó Estrela e o Tio K, que foram os membros da família que mostraram disponibilidade em participar de forma mais continuada. Estabelecer estas conversas, foi fundamental, para se poder aferir a pertinência e também a viabilidade do desenho de projeto co construído com as pessoas. Assim, no que diz respeito ao primeiro eixo do projeto, o mesmo foi pensado e desenhado, para responder às necessidades da família Vilar enquanto sistema, para garantir que a Flor possa crescer e desenvolver-se de uma forma saudável. Visto que, esta já era uma intervenção que estava a ser desenvolvida pela equipa do CAFAP, foi imprescindível a sua colaboração, para garantir complementaridade nas ações. Desta forma, tornou-se imprescindível aferir, de que forma as ações planeadas estavam em consonância com as reais necessidades da família, incluindo a Flor e também dos seus interesses. Foi considerado por todos, que as estratégias adotadas, iriam responder de forma favorável aos problemas existentes. Foi identificada como potencialidade a participação da ET neste processo, permitindo alterar e melhorar algumas práticas. Além disso, a constante troca de informação e pareceres gerou momentos de reflexão importantes, favorecendo uma intervenção participativa e ajustada. Tanto a Avó Estrela como o Tio K, se mostraram recetivos disponíveis quanto à intervenção e desenvolvimento do projeto, contudo deixaram a ressalva de que participariam consoante a disponibilidade, visto que tinham as suas tarefas e rotinas diárias. A Avó Estrela acautelou também os profissionais, para o provável distanciamento dos restantes elementos da família, que embora quisessem de igual forma que a Flor se mantivesse no seio familiar, não iriam estar de

igual forma disponíveis para o contacto “olhe o meu A está a trabalhar, o M já sabe como ele é, tem daquelas coisas e o velhote está lá em casa”. O Tio K, assegurou que iriam fazer de tudo para contribuir para o bem-estar da pequena Flor.

No que diz respeito ao segundo eixo de intervenção, e tendo em conta o acompanhamento feito à família Vilar, verificou-se através de conversas intencionais e também da informação documentada, a necessidade de se desenvolver um trabalho focado na Avó Estrela e no seu desenvolvimento pessoal, visto que é a figura de referência da família e também a responsável legal da Flor. Os objetivos que foram definidos, bem como as ações pensadas, permitem que a Avó Estrela se possa emancipar e autonomizar como individualidade, mas também como figura de referência na família, “deixando de estar à mercê das pressões” exercidas pelos demais elementos. Esta emancipação, está também diretamente relacionada com a necessidade de se adquirirem diferentes competências e estratégias, que permitam lidar com os desafios que vão surgindo de uma forma mais integrada.

Os recursos disponíveis, numa fase inicial, estão adequados aos objetivos definidos para o desenvolvimento do projeto. Quanto aos participantes, de forma geral, encontram-se envolvidos e comprometidos, sendo evidente que, apesar de todas as tarefas inerentes ao dia a dia, existe disponibilidade para desenvolver as ações delineadas. No que diz respeito ao meio envolvente, a possibilidade de intervir no domicílio da família e de contactar com outros familiares, ainda que de forma condicionada, constitui uma potencialidade valiosa para a atuação diretamente no contexto. O facto de ter a ET estar tão próxima e disponível em colaborar, é um recurso importantíssimo tanto para a construção e reflexão de ideias e ações, como em todo o processo de avaliação contínua a que o projeto irá estar sujeito.

No que concerne à avaliação ao longo do desenvolvimento do projeto, esta será realizada através de observação participante, conversas intencionais e reflexões e discussões em grupo. O conteúdo dos momentos partilhados, seja no domicílio ou nas instalações do CAFAP, será analisado com a colaboração da ET, de forma a responder adequadamente às necessidades que forem surgindo da realidade em questão.

7. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

No presente capítulo será apresentado o desenvolvimento do projeto. A apresentação de todo este processo, espelha o cotidiano de uma família multidesafiada, os avanços e retrocessos que fizeram parte desta jornada. Trata-se essencialmente de um percurso de participação e reflexão ativa de todos, uma vez que o projeto foi desenvolvido segundo a metodologia IAP. Assim, as pessoas envolveram-se ativamente nos seus próprios processos de mudança, respeitando-se o seu tempo e ritmo.

O projeto foi dividido em dois eixos de intervenção, sendo que o primeiro está direcionado para uma intervenção psicossocial familiar. O segundo eixo direciona-se para uma intervenção psicossocial individual, especificamente com a Avó Estrela na promoção do seu desenvolvimento pessoal. Assim, a ação 1 “Roda do Cuidar e a ação 2 “Janela para o futuro”, foram delineadas em resposta ao primeiro eixo e a ação 3 “Protagonista de mim mesma” em resposta ao segundo eixo.

7.1. AÇÃO 1: “RODA DO CUIDAR”

Esta ação surgiu da necessidade identificada pelos profissionais, e também de dois elementos da família Vilar, nomeadamente a Avó Estrela e o Tio K, em melhorar as relações e também as condições domésticas, em prol de todos, mas com especial enfoque no desenvolvimento saudável da Flor. O acompanhamento desta família, foi sugerido pelo profissional gestor de projeto, verbalizando tratar-se de uma família multidesafiada, e tendo sido identificada uma menor em situação de risco. Esta ação teve início mesmo antes de se desenhar o projeto, visto que desde que se iniciaram os contactos com a família, havia intencionalidade em conhecer a realidade e intervir. Assim, esta ação aconteceu durante sete meses, e desenvolveu-se na casa da família Vilar e também nas instalações do CAFAP. A periodicidade dos encontros, era conforme a disponibilidade da família, e numa fase inicial, também dependia do profissional de referência, uma vez que este estava presente no início do processo. Os membros da família que se comprometeram com o projeto, e também os que mais colaboraram com o CAFAP, foram a Avó Estrela e o Tio K. Embora fosse possível contactar, pontualmente com outros membros,

estabelecendo algumas conversas intencionais, estes foram os dois elementos que mostraram abertura para participar neste processo de mudança.

Como já referido anteriormente, a intervenção junto desta família foi sugerida pelo profissional responsável pela gestão do processo, que mencionou tratar-se de uma família não só multidesafiada, mas também multiassistida. Contudo, o acompanhamento de proximidade era assegurado essencialmente pelo CAFAP. Assim, foi importante fazer alguma consulta documental, de modo a conhecer um pouco o percurso da família, e em boa verdade verificou-se que de facto havia muita informação, proveniente de pelo menos três serviços diferentes, com diferentes profissionais a fazer o acompanhamento. Este aspeto gerou alguma preocupação, uma vez que implicava a presença de mais uma pessoa no contexto doméstico, ainda que de forma temporária e sem qualquer obrigação ou autoridade para intervir nas decisões da família. Quando comecei a estar presente nas visitas domiciliárias, a família foi questionada pelo profissional de referência, se a minha presença lhes poderia trazer algum tipo de constrangimento. Compreendi, o quão importante é ter esta abordagem cuidada e humanizada, uma vez que esta família como tantas outras, abrem as suas portas e mostram a sua intimidade (nem sempre de livre vontade), a outras pessoas que embora sejam profissionais, não deixam de ser externas à família e com um propósito específico. E assim foi, acompanhei o profissional de referência em algumas visitas domiciliárias, cuja finalidade era manter o acompanhamento de proximidade e também avaliar as condições de salubridade em que a casa se encontrava, sempre com maior destaque para o quarto da Flor, que era a criança em acompanhamento pelo CAFAP. Toda a habitação apresentava condições, que colocavam em risco a salubridade e o bem-estar de todos os elementos da família. Após se realizarem as visitas domiciliárias, era redigido um documento institucional, criado pelo CAFAP, que consistia na descrição do que tinha acontecido na diligência. Foi-me possibilitada a participação na redação desses documentos, que foram posteriormente usados aquando da análise da realidade do presente projeto. Estes registos eram também objeto de reflexão e discussão: o profissional de referência promovia sempre estes momentos comigo e com a restante ET, uma vez que se trata de um procedimento habitual do serviço. Estes momentos

¹ Tendo em conta o carácter participativo neste projeto, incluindo o da autora deste relatório, em alguns momentos a narrativa estará na primeira pessoa.

foram bastante importantes, servindo para pensar a intervenção e se de facto aquilo que estava a ser feito, estava em consonância com a realidade e as necessidades das pessoas. É de ressaltar, que a minha perspetiva foi sempre tida em consideração pelos profissionais, as dúvidas que foram surgindo e os questionamentos também foram sendo sempre respondidos. Senti com o passar do tempo, que a ET me foi dando abertura e liberdade para fazer sugestões, e também para poder ter um contacto mais sistemático com a família Vilar. Ao longo do tempo, houve um forte investimento em construir uma relação de confiança, a partir de um trabalho sistemático de acompanhamento. Foi um processo moroso, visto que principalmente a Avó Estrela se encontrava bastante desgastada, com os inúmeros desafios que surgiram ao longo dos anos e, para cada um deles, um profissional diferente a acompanhar. Esta foi uma reflexão feita, tendo em conta a forma como a intervenção social está organizada: isto é, como a família reside numa habitação social, tem um profissional de acompanhamento, como a Avó Estrela aufero do RSI, tem um profissional diferente a acompanhar, existe um processo de promoção e proteção, com mais um profissional da EMAT que acompanha, e ainda, o profissional do CAFAP. Aquilo que percebi ao longo dos primeiros contactos, principalmente com a Avó Estrela, é que já existe uma habituação quanto à presença, de inúmeras pessoas a escrutinarem a sua vida familiar. A questão que me coloquei desde início e que sempre orientou as minhas práticas foi, como fazer intervenção de uma forma respeitadora, quanto à privacidade das pessoas. Assim, fui refletindo sobre o impacto, para cada elemento da família, da presença de pessoas externas no seu próprio lar. Não foi possível explorar esta questão em profundidade, porém é plausível que a ausência de alguns dos filhos da Avó Estrela se deva, em parte, ao desconforto inerente a estar sob a avaliação e o escrutínio de profissionais de intervenção social em sua casa.

Dada a frequência com que os contactos iam acontecendo, criei uma relação de proximidade e confiança com a Avó Estrela, e num dos momentos de conversa intencional, a mesma partilhou o cansaço que sentia, face aos comportamentos dos elementos da família. Sentia o peso da responsabilidade de ser a responsável legal da Flor, mas que para si era algo inegociável, a menina estava consigo desde que nascera e o amor que tinha por ela era imenso, e sentia também a pressão em alterar toda uma situação que parecia “não ter ponta por onde se lhe pegue”. Sabia que estava sob a avaliação constante dos profissionais e sentia-se completamente impotente,

visto que ninguém participava na organização de um espaço que era comum, e onde todos passavam tempo. Porém, estávamos perante uma situação extrema, no que diz respeito às condições de habitabilidade saudáveis para uma família, com uma criança. A casa ao nível da estrutura apresentava boas condições, o único apontamento é de alguns sinais de humidade que foram surgindo na sala e no quarto da Flor. A casa estava em sobrelotação, para um total de três quartos, havia seis pessoas e cinco camas. Os quartos apresentavam um odor muito severo, tal como as restantes divisões, as roupas de cama estavam bastante encardidas e pouco ajustadas às estações do ano. Mais concretamente no caso da Flor, dividia o quarto com o Tio K e por vezes a mesma cama, que era de dimensões reduzidas para duas pessoas. A Avó Estrela por vezes também dormia naquele quarto, ou então no sofá da sala. A cozinha também era uma divisão muito crítica, principalmente por serem lá confecionadas as refeições e a higiene estar altamente comprometida. Senti que era necessário fazer uma sugestão à Avó Estrela, que me pareceu nunca ter sido feita anteriormente, que foi “e se eu vier ajudar?”. Percebi alguma admiração na minha pergunta, à qual obtive a resposta “ah não, não, deixe estar que não é preciso”. Percebi que não havia à vontade para tal, até porque a família tem mais elementos e os mesmos podiam não estar confortáveis com uma presença mais prolongada, que as habituais visitas domiciliárias. Senti alguma hesitação em propor ir ajudar na higienização da casa, porque não era intenção que a família se sentisse mais uma vez invadida, ou que interpretassem que esta ida significava, que não tinham capacidade para cuidar da sua casa. Contudo, tive alguma cautela na abordagem uma vez que a intenção era de ajuda para com a Avó Estrela, dado o sentimento de cansaço e falta de apoio que sentia em relação aos filhos.

Posto isto, num dos momentos conjuntos nas instalações do CAFAP, eu e a Avó Estrela pensamos numa alternativa, para conseguir organizar as tarefas domésticas e também tentar envolver todos lá em casa. Esta alternativa foi pensada, para aliviar a Avó Estrela de todas as suas funções, mas também com a intenção de atribuir responsabilidades a todos, de um espaço que era comum e de forma a conferir-lhe confiança de que eram capazes de desempenhar determinadas tarefas. Assim, construímos uma tabela (Ap. E, pp. 101-102) para orientar, os elementos da família, sobre quais as tarefas diárias a serem feitas. O esboço desta ideia surgiu de um momento de reflexão entre mim e o profissional gestor do processo, uma vez que não requeria uma presença tão

assídua no domicílio, e seria algo que conferia alguma autonomia à família. A Avó Estrela ficou recetiva a esta tentativa, o que a deixava um pouco reticente e também desacreditada da eficácia da mesma, era a falta de comprometimento por parte dos filhos. Esta foi também uma reflexão que fizemos em conjunto, apesar de haver um histórico de alguma negligência e falta de compromisso por parte dos filhos, era importante que a abordagem da Avó Estrela fosse um pouco mais motivacional, e também passar o sentimento de genuína crença de que as coisas poderiam ser diferentes. Mesmo contra todas as adversidades, a tabela foi criada em duas sessões entre mim e a Avó Estrela. A sua construção partiu daquela que era a rotina familiar, fez-se algo simples e de fácil compreensão, com a distribuição de tarefas pelos adultos residentes, naturalmente tivemos em conta o facto de a Avó Estrela não saber ler. Este plano também incluía a pequena Flor, embora fosse uma criança, era importante estar incluída nestas rotinas, sendo também um momento privilegiado de interação entre todos. A Avó Estrela foi incentivada a atribuir algumas tarefas simples à Flor, dado que estava um pouco resistente em que a menina fizesse tarefas domésticas. Refletindo em conjunto, colocamos em perspetiva os benefícios que poderiam advir, de a Flor desempenhar algumas tarefas, principalmente quanto à organização do seu quarto e dos seus pertences. Após a construção da tabela, a Avó Estrela levou-a para casa e apresentou à família, como sendo um instrumento de apoio à organização da casa, que era extremamente necessária. O filho K, mostrou-se disponível para colaborar, visto que também reconhecia a necessidade de terem um espaço mais cuidado, além de tudo sabia a importância destas alterações, para que a permanência da Flor no seio da família não estivesse ameaçada. O filho mais velho M, devido à sua condição de saúde não apresentou grande envolvimento, mas ainda conseguiu assegurar alguns passeios do cão da família até ao exterior. O filho A, de acordo com a Avó Estrela, tem muitos cuidados com o seu quarto, e o mesmo encontra-se sempre fechado para ninguém lá estar na sua ausência. Mesmo ele tendo um emprego a tempo inteiro, foi na mesma incluído nesta que é uma organização de todos. A única pessoa que não foi considerada para esta organização foi o Avô da Flor, a pedido da Avó Estrela, uma vez que o senhor se encontrava muito debilitado ao nível da saúde, e também por questões relacionais. Esta atividade aconteceu ao longo de algumas semanas, foi alvo de reflexões entre mim e a Avó Estrela, tendo-se verificado alguns avanços e recuos. Foi de facto bastante difícil integrar grandes alterações, principalmente que perdurassem no tempo, mesmo tendo sido essa a vontade manifestada por alguns dos

membros da família. Contudo, foi algo que potenciou a comunicação e o compromisso entre todos. Foi também uma evidência forte, para uma outra linha de intervenção emergente a ser desenvolvida, que consistia em que a voz da Avó Estrela se fizesse ouvir e também respeitar. Era claro, que a comunicação estava altamente comprometida, por um lado a Avó Estrela cansada que as suas orientações fossem ignoradas, e de outro os seus filhos em diferentes situações, mas cada um centrado em si e nas suas vidas. Mesmo tendo havido algum tempo dedicado a trabalhar diferentes abordagens, com a Avó Estrela e, quando possível com o Tio K, era necessário haver um contacto mais prolongado com todos, o que não foi possível.

7.2. AÇÃO 2: “JANELA PARA O FUTURO”

Esta ação foi desenvolvida a partir da necessidade identificada de o ambiente familiar ser mais responsivo, quanto às necessidades da pequena Flor. A família Vilar não manifestou de uma forma genuína esta necessidade, ela adveio de um conjunto de avaliações feitas, pelos profissionais envolvidos no processo, e também pela escola, que teve um papel muito ativo e importante quanto à envolvência da família da Flor no contexto escolar. Foi necessário haver algum trabalho de reflexão sobre a atual situação da Flor, colocando os factos em perspetiva, para percebermos em conjunto em que medida os hábitos e rotinas, podiam estar a comprometer o desenvolvimento da Flor. A intenção não era sobrepor a visão e parecer dos profissionais à família e aos seus comportamentos, mas sim fazer um balanço humanizado e respeitador do percurso de vida e opções, mas onde haja lugar para abraçar as informações trazidas por elementos externos, sempre com o objetivo comum de proporcionar o bem-estar integral da Flor. Assim, esta ação decorreu em simultâneo com a ação “roda do cuidar”, contando com a participação da Avó Estrela e também do Tio K, que foram os elementos da família que sempre estiveram presentes no percurso de vida da Flor. É importante salientar, que a disponibilidade por parte do Tio K era um pouco mais limitada, tendo em conta as suas rotinas, contudo, a sua participação era extremamente valiosa, dado que era uma figura de referência na vida da Flor. Houve sempre acompanhamento por parte da ET do CAFAP, principalmente do profissional gestor de processo, no sentido de conferir algum apoio em momentos de reflexão, e também no acompanhamento a deslocações a algumas instituições, cumprindo assim algumas formalidades.

Esta ação teve início com algumas sessões com a Avó Estrela e o Tio K, nas instalações do CAFAP, local escolhido principalmente pela Avó Estrela, com o principal intuito de promover algumas reflexões sobre a atual situação da Flor. É importante mencionar, que estava em vigor uma medida de promoção e proteção, em prol da Flor, e o acolhimento residencial ou familiar era uma hipótese a ser ponderada, sob a justificação de as necessidades básicas da criança estarem a ser altamente negligenciadas. O grande desafio reside mesmo aqui, ao conhecer a família de uma forma mais aprofundada, através dos momentos de partilha e com as visitas domiciliárias, percebe-se que há muito amor e apreço pela pequena Flor. Todos os familiares com quem foi possível falar, mesmo tendo sido em conversas pontuais e rápidas, referem o quanto a Flor é importante na família. A Avó Estrela foi dizendo inúmeras vezes “eu já não sei viver sem ela, desde que nasceu até agora não saiu da minha beira”. Em tom de súplica, também foi verbalizando mais que uma vez “só peço que não me tirem a menina”. Foi a partir destes indicadores, que se iniciou um caminho, moroso e também reflexivo, no sentido de conseguirmos em conjunto, dar resposta às necessidades da Flor. Uma vez que a ação 1 estava a decorrer em simultâneo, e como todas as ações estão interligadas, a primeira dimensão a ser alvo de reflexão, foram as rotinas da Flor. Percebeu-se que as rotinas existentes não estavam ajustadas a uma criança de 8 anos, principalmente no que dizia respeito aos hábitos de higiene e de alimentação. No que diz respeito à saúde, a Avó Estrela garantia que a Flor comparecia às consultas médicas que tinha no hospital, na especialidade de pediatria. A Flor foi diagnosticada com uma Perturbação de Hiperatividade com Déficit de Atenção e também uma Perturbação da Aprendizagem Específica com Déficit na Leitura e Expressão Escrita. A saúde oral da Flor também se encontrava altamente comprometida, dado que a criança não tinha quaisquer hábitos de higiene oral, tendo por isso sido submetida a uma intervenção cirúrgica para remoção de dentes definitivos, por se encontrarem cariados. Além das sessões com os adultos, foi proposto uma interação direta com a Flor, no sentido de a incentivar a adotar hábitos diários de higiene oral, de uma forma mais autónoma. Para isso, desloquei-me à casa da família, num horário em que a Flor já se encontrava em casa. Levei uma escova de dentes e também pasta dentífrica (disponibilizada pela instituição onde se encontra inserida a resposta social do CAFAP) para de uma forma didática e apelativa, pudesse explorar com ela esta prática. A Flor aderiu muito bem, tendo ficado bastante entusiasmada com o kit, visto que a sua escova estava bastante danificada e com vestígios de muita sujidade.

Percebeu-se que a Flor escovava os dentes de uma forma bastante primária e pouco rigorosa, tendo sido necessário partilhar algumas estratégias para que a criança, pudesse proceder corretamente à lavagem dos dentes. A Avó Estrela acompanhou de perto esta atividade, tendo ficado acordado que a Flor iria todos os dias fazer esta rotina de manhã, depois de comer o pequeno-almoço e à noite antes de deitar, ao fim de semana depois do almoço iria também incluir este hábito após o almoço. Apesar de estar presente um adulto, tentou-se que a pequena Flor integrasse a lavagem dos dentes na sua rotina, e a percecionasse como sendo um hábito importante, dado que tinha sido sujeita a um momento pós-cirúrgico desconfortável, e que a mastigação dos alimentos se encontrava comprometida, experiência que ela própria sentia. De forma a incluir os adultos nesta prática, foi levantada a possibilidade de o fazerem com a Flor, para que houvesse maior envolvência e sentido de compromisso. Porém, a Avó Estrela e o Tio K, ficaram responsáveis de lembrar a Flor, caso ela se esquecesse que era algo que tinha de fazer sempre, mesmo que os adultos não o fizessem. Nesse mesmo dia, com a Flor, houve também um reforço sobre a importância dos hábitos de higiene que deveria adotar, mais concretamente os banhos. A escola também reforçou este assunto junto do CAFAP, através de um dos professores da Flor, que se mostrou bastante preocupado com a forma como a criança se apresentava diariamente: com sinais de sujidade nas unhas das mãos e dos pés, a roupa também suja e algumas vezes desajustada ao seu tamanho e à estação do ano. Esta informação já era do conhecimento dos profissionais, e do meu também, visto que eu também acompanhava as visitas supervisionadas entre a Flor e a Mãe, e a criança nesses momentos já apresentava alguns sinais de negligência. A Avó Estrela, já tinha partilhado que a criança apresentava alguma resistência, quando algum adulto lhe dava a orientação para tomar banho, mas também referiu que em determinados momentos, quando estava menos disponível ou então o Tio K, acabavam por negligenciar essa parte para não terem de lidar com as birras. Desta forma, verificou-se a necessidade de abordar este assunto junto da Flor, no sentido de alertar para a importância de fazer a sua higiene, que é algo que afeta diretamente a sua saúde e também a autoestima, mas também sensibilizá-la para a importância de seguir as orientações que os adultos lhe dão, e de que é importante haver regras e rotinas para que as pessoas se possam organizar e orientar. Posteriormente, este assunto das birras e resistências manifestadas pela Flor, e a forma como os adultos lidavam com essas situações, foi um assunto abordado num dos momentos de partilha e

reflexão com a ET. De acordo com o profissional gestor do processo, essa questão fazia parte do PIAF e era uma problemática que estava a ser alvo de intervenção, contudo, segundo os profissionais era importante no âmbito do projeto e desta intervenção, haver um reforço quanto à importância de existirem formas de comunicar assertivas, colocando os limites necessários, mas que não fossem demasiado autoritários e repreensivos. Este foi um tema abordado em algumas sessões presenciais, principalmente com a Avó Estrela, tentando sempre conferir autoconfiança na sua capacidade de exercer as suas competências parentais.

No que diz respeito às questões da alimentação, este assunto foi abordado nas sessões que ocorreram no CAFAP, tanto com a Avó Estrela como com o Tio K. O professor da Flor também manifestou preocupação com a alimentação da criança, tendo notado que o seu peso não estava a acompanhar a altura, isto é a magreza evidenciada pela criança podia estar a comprometer a sua saúde. Quando este tema foi abordado com a família, de imediato a Avó Estrela verbalizou “a menina não passa fome”, e de facto a família apesar de ter uma situação financeira delicada, até à data nunca manifestou ter carência ao nível alimentar. A princípio foi um pouco difícil abordar estas questões, era claro que a Avó Estrela não tinha a mesma perceção da escola e a verdade, é que não havia falta de comida, a questão é que as refeições em casa não aconteciam num horário adequado, e apresentavam-se como sendo muito pouco nutritivas e adequadas às necessidades de uma criança em crescimento e desenvolvimento. A Avó Estrela afirmou que fazia sopa com alguma regularidade, com couve branca e outros legumes, mas que a Flor mesmo assim não queria, “faço uma sopa tão boa, com couve branca, julga que ela come?”. Os comportamentos de resistência e de oposição por parte da Flor, também são mencionados pela Avó Estrela, a mesma caracteriza-os como sendo iguais aos que a sua filha, e Mãe da Flor adotava, e manifestou dificuldade em lidar com os mesmos. Quando questionada sobre as refeições que confeccionava para a família, percebeu-se que os gostos são bastante distintos e não é fácil para a Avó Estrela conseguir responder a todos de forma. Recorre muitas vezes a comidas pré confeccionadas, admitindo que muitas vezes a Flor quando chega da escola, come imensas bolachas, o que justifica a falta de apetite para depois comer o jantar. Numa das sessões, previamente combinada e até sugerida pela Avó Estrela, procedemos a uma procura de receitas práticas e fáceis, e que fossem igualmente nutritivas. Este pedido adveio da Avó Estrela, tendo partilhado que “eu chego

a um ponto, que já não sei o que cozinhar ... faço isto um não gosta, faço diferente vem outro e torce logo o nariz”, a propósito das dificuldades sentidas em cozinhar para tantas pessoas. Desta forma, a pesquisa aconteceu no computador, recorrendo a sites e blogues com ideias de receitas, essencialmente simples, mas que pudessem cativar principalmente a Flor. A Avó Estrela apenas quis dedicar uma sessão à procura de receitas, para se poder inspirar e ativar a sua memória, que segundo ela se caracteriza “eu sou muito boa cozinheira, sei fazer muitas coisas e sabe? Aprendi quase tudo sozinha”. Nesta sessão e noutras posteriores, também foi reforçada a importância de haver uma hora para a realização das refeições, principalmente durante a semana, de forma a que as rotinas da Flor sejam mais ajustadas.

Relativamente à situação escolar, a equipa do CAFAP já se encontrava a intervir com a família, no sentido de alertar e sensibilizar para a importância da escola, dado que o percurso escolar dos elementos do agregado familiar foi bastante curto, sendo que no caso da Avó Estrela, nem frequentou a escola. Contudo, a situação escolar era bastante delicada, a Flor apresentava dificuldades muito severas na aquisição dos conteúdos, principalmente nas questões ligadas à leitura e à escrita, o que também estava diretamente ligado ao facto de a criança possuir dislexia. A transição de ano da Flor estava comprometida, visto que a criança se encontrava no 2º ano do ensino básico ainda a consolidar os conteúdos do 1º ano. A professora da turma em que a Flor estava integrada, partilhou a sua preocupação com a criança nas diferentes esferas da sua vida e desenvolvimento, salientando que ao nível escolar era importante haver mais investimento, por parte da família, para que a Flor pudesse ultrapassar as suas dificuldades. Este momento de partilha com a professora da Flor, adveio de um pedido feito pela mesma, uma vez que a Avó Estrela tinha mencionado em alguns momentos, que estava a ser acompanhada pelo CAFAP e “pela Daniela, que está lá a estagiar”. Face a esta informação, e a forma próxima que a Avó Estrela descreveu que era a sua relação com o serviço, fez com que a professora solicitasse uma conversa com o profissional gestor de processo e comigo, no sentido de trocar algumas impressões sobre a situação, de forma a conseguirmos trabalhar com a família, visto que segundo a professora, as suas investidas não estavam a surtir nenhum efeito. Desta forma, tanto eu como o profissional gestor do processo estivemos na reunião com a professora, sendo que o feedback que nos foi passado, levantava algumas preocupações. A par das informações que já nos tinham

sido veiculadas pelo professor das atividades de enriquecimento curricular da Flor, a professora apontou que a Flor se apresentava muito sonolenta nas primeiras horas da manhã, tendo inclusive adormecido na secretária um dia. Referiu que muito raramente a Flor completa na íntegra, os exercícios que são propostos para fazer em casa e nos períodos de interrupções letivas, que segundo a professora são essenciais, para que a Flor possa “ultrapassar as dificuldades que tem”. Quando questionada sobre a forma como estes assuntos foram abordados com a família, a professora referiu que já tinha falado algumas vezes, com a Avó da Flor e também com o Tio que era bastante presente na vida da menina. Mencionou ter apelado várias vezes à necessidade de a Flor ter um acompanhamento extra e da importância do reforço em casa, dos conteúdos que são lecionados em contexto de sala de aula. Após esta conversa com a professora e uma reflexão conjunta com o profissional gestor de processo, foi tempo de juntamente com a Avó Estrela e o Tio K analisar a situação da perspetiva da família e perceber como estava a ser feita esta troca de informações. O Tio K reconhecia que a situação escolar da Flor era delicada, tendo dito que a ajudava em casa com os trabalhos que eram enviados pela professora, porém, refere que a Flor era bastante resistente em seguir as orientações, querendo sempre estar ao telemóvel. A perspetiva apresentada pela Avó Estrela, passava alguma despreocupação e desvalorização da situação, tendo a mesma verbalizado “também não é o fim do mundo ela não dar para a escola, é como a Mãe, também só foi acabar a escola há pouco tempo, naqueles cursos”. Esta perspetiva apresentada pela Avó Estrela, foi alvo de reflexão, visto ser um indicador importante sobre a forma como a escola, e a sua importância, são percecionadas pelos adultos da família. Esta desvalorização que há face à escola, é explicada pelo percurso de vida da Avó Estrela, que também foi repleto de desafios. Contudo, foi importante investir na construção de uma perspetiva mais informada, sobre a importância da escola na vida da Flor, e de que forma pode impactar o seu futuro de uma forma positiva a todos os níveis do desenvolvimento. Assim, em momentos conjuntos de reflexão, sobre que caminhos poderíamos abrir, chegamos à conclusão que integrar a Flor num centro de estudos seria uma boa opção, para que profissionais pudessem dar o apoio necessário ao estudo, mas também do ponto de vista da socialização e ocupação dos tempos livres também seria positivo. Em conjunto com a Avó Estrela e o Tio K, procedemos a uma pesquisa de centros de estudo que ainda tivessem vaga e que também aceitassem crianças da freguesia onde se localizava a escola da Flor, devido à necessidade de haver transporte para a ir

buscar à escola e levar a casa. Devido à fragilidade económica da família, estabeleceu-se contacto com a profissional gestora do processo na EMAT, a possibilidade de pedir um apoio económico ao Tribunal para fazer face a esta despesa. A Avó Estrela, desde logo referiu que seria um encargo difícil de manter, tendo questionado, “mas quanto é que tenho de pagar? Eu tenho ideia que ainda fica caro, o meu neto da minha filha mais velha anda num, e sei que ela ainda paga cento e tal euros”. Foi então feito um levantamento de orçamentos em diferentes locais, para que a profissional pudesse remeter ao Tribunal, porém, uma vez que a situação da Flor se alterou não houve integração em centro de estudos. Ao longo do desenvolvimento desta ação, foi-se conseguindo promover diversos momentos de reflexão com a Avó Estrela e o Tio K, no que diz respeito a práticas e rotinas que a família tinha, que não estavam a ir ao encontro de um desenvolvimento saudável da pequena Flor. Constata-se que as vivências e os percursos de vida dos elementos do agregado familiar, estão diretamente ligados com os comportamentos e acontecimentos do presente. O multidesafio a que esta família continua a estar exposta, impede muitas das vezes, que se alterem padrões e essa alteração em boa verdade nem faz sentido à família. Contudo, há fatores que apontam que a Flor se encontra numa situação de risco. Foi uma total corrida contra o tempo, dado que por um lado tínhamos uma família multidesafiada, com um amor e estima significativa por uma criança, e essa mesma criança a necessitar que o seu bem-estar estivesse salvaguardado. Pequenas mudanças foram-se conseguindo, foi um caminho de avanços e recuos que não evitaram um projeto de vida distinto para a pequena Flor.

7.3. AÇÃO 3: “PROTAGONISTA DE MIM MESMA”

Esta ação iniciou depois das duas ações anteriormente descritas, e surgiu de uma conversa informal com a Avó Estrela, em contexto de PEF num dia em que a Avó acompanhou a Flor para que se realizasse a visita supervisionada com a Mãe. Nessa conversa, a Avó Estrela partilhava que estava a frequentar os cursos de formação profissional, com o propósito de sair de casa e ter uma atividade diária, mas também para conseguir ter um reforço quanto ao orçamento familiar mensal. Contudo, a Avó Estrela lamentou o facto de ainda não ter aprendido a ler e escrever, mesmo estando a frequentar os cursos há já algum tempo. Já tinha conhecimento da situação de analfabetismo da Avó Estrela, porém considerei que ao frequentar os cursos de formação,

houvesse algum trabalho em particular, para a alfabetização. Posto isto, sugeri à Avó Estrela estarmos apenas as duas mediante a sua disponibilidade, para nos podermos debruçar sobre estas questões da alfabetização. O local pedido pela Avó Estrela para que estas sessões acontecessem foram as instalações do CAFAP, apenas na minha presença e da Avó Estrela mediante a sua disponibilidade. Considerando que uma das premissas de um projeto participado de intervenção social é a liberdade e o respeito pelo tempo dos participantes, a Avó Estrela manifestou de imediato interesse em iniciar estes contactos, ressalvando sempre que frequentava o curso de formação profissional de manhã e que, por vezes, à tarde já tinha estabelecidas outras rotinas, como as sessões de fisioterapia.

A primeira sessão desenvolveu-se, fazendo-se um ponto de situação sobre os conteúdos que eram lecionados no curso de formação profissional que a Avó Estrela se encontrava a frequentar de modo a conseguirmos orientar as nossas sessões. A Avó Estrela trouxe consigo algumas fichas de trabalho que a formadora lhe dera, fichas essas cujos conteúdos (principalmente as imagens) remetiam para o ensino primário direcionado para crianças. Inicialmente eu e a Avó Estrela fizemos uma reflexão sobre o que lhe fazia sentido, naquele espaço e durante aquele tempo, ser trabalhado. A mesma referiu que os principais constrangimentos que sente, é na dificuldade que por vezes tem no supermercado, visto que compra os produtos apenas por decorar os rótulos, mas quando as embalagens são alteradas, já tem dificuldades em conseguir comprar os produtos. O facto de não saber ler, também limita a liberdade de compra da Avó Estrela, uma vez que, nem sempre conseguia perceber os componentes de todos os produtos. A partir desses constrangimentos, percebemos que era importante debruçarmo-nos sobre as necessidades do dia-a-dia, aproveitando o trabalho de alfabetização que ia sendo feito no curso de formação profissional. Durante duas sessões, utilizamos um computador e também as letras do alfabeto, cortadas em pequenos pedaços de papel, onde íamos formando as palavras, a partir da lista de compras habitual da família Vilar. Esta atividade foi pensada em conjunto, sendo que fui dando algumas sugestões à Avó Estrela, nomeadamente nos materiais a utilizar, mas sempre numa perspetiva de atender àquilo que era importante para a mesma quando formalizamos o compromisso de realizar estas sessões. Na segunda sessão, a Avó Estrela trouxe uma necessidade identificada em contexto de consulta médica, descobrira que tinha os níveis de

colesterol um pouco altos, tendo o seu médico sugerido que fizesse algumas alterações na sua alimentação, a par de um tratamento farmacológico. Desta forma, a Avó Estrela sentiu algumas dificuldades em fazer esta seleção de produtos alimentares dado que não conseguia identificar os alimentos mais apropriados. Uma vez que ser acompanhada por mim ao supermercado, para em conjunto ver os alimentos mais apropriados, não era uma opção “deixe estar, não é preciso, eu cá me desenrasco”, elaboramos uma lista que privilegiasse alimentos recomendados pelo médico. Dessa forma, a segunda sessão baseou-se numa pesquisa pelo site do supermercado, onde habitualmente a Avó Estrela faz as suas compras de modo a conseguirmos fazer uma lista, recorrendo a imagens, para de uma forma autónoma a Avó possa comprar os alimentos necessários. É importante mencionar, que existem algumas resistências apresentadas quanto à presença de pessoas associadas aos serviços, em momentos do quotidiano da Família. Mesmo tendo sido explicado com mais detalhe à Avó Estrela e ao Tio K qual o meu propósito, notei que foi impossível dissociar-me de uma figura pertencente ao CAFAP. Considero que possa ter pontos negativos e positivos, no sentido de haver alguma inibição e sentido de preocupação, uma vez que há a perceção no seio familiar, de que os profissionais trocam regularmente informações. O lado positivo é que sendo o CAFAP uma resposta social de proximidade, na grande maioria das vezes tem uma relação privilegiada com as famílias, permitindo um contacto mais direto. Contudo, o propósito da sessão foi cumprido, tendo sido um contributo positivo e útil, partilha feita pela própria Avó Estrela. Na sessão seguinte, a Avó Estrela levou consigo uma carta que tinha recebido do hospital, e que estava endereçada ao seu filho mais velho, mas era a Avó Estrela que tratava da sua correspondência e de tudo o que lhe dizia respeito, visto que o filho sofria de esquizofrenia, sendo a Mãe a sua responsável. Como ainda não tinha estado com o filho K, que era quem lhe lia a correspondência, a Avó Estrela pediu que eu lhe confirmasse se o conteúdo da carta dizia respeito à marcação de consultas para a toma de medicação, dado que já sabia que provavelmente seria isso naquela altura do mês. A Avó Estrela mostrou-se um pouco triste e também frustrada, pelo facto de precisar sempre de alguém para conseguir fazer algo tão comum, como ler a correspondência, era notório que tinha esperança em conseguir alcançar essa conquista, que se traduzia numa maior autonomia e liberdade. Após vermos o conteúdo da carta, a Avó Estrela iniciou a conversa fazendo algumas partilhas sobre o seu filho mais velho e a sua situação de saúde. “Sabe, estou muito cansada, este meu filho dá-me conta da cabeça ... e agora é altura de

tomar a medicação, e já sei que vou ter de andar atrás dele pro levar ao hospital". A doença mental do filho constituía, sem dúvida, um enorme desafio para a Avó Estrela. Ela partilhou a dificuldade que sentia em lidar com determinados comportamentos, por vezes um pouco hostis, mas fez questão de referir que, com a Flor, o filho se mostrava sempre carinhoso. A Avó Estrela partilhou que já fez vários pedidos de ajuda, seja na segurança social e também no hospital, no sentido de atuarem de alguma forma, para ajudar face aos comportamentos que o filho adota, principalmente em momentos de crise. Aquilo que lhe foi dito, é que quando ele colocar a sua própria segurança em risco, e a dos demais terá de chamar a polícia, o que irá resultar num internamento compulsivo. Porém, não consegue obter nenhum apoio especializado sob a justificação de o filho se recusar a ir a consultas e frequentar terapias. A Avó Estrela mencionou que, o filho nos meses de verão tem um trabalho sazonal, a ajudar uns vizinhos num divertimento nas festas populares. É nesses meses que a Avó Estrela se sente um pouco mais aliviada, porque nas suas palavras "ele é muito chato, arranja sempre barulhos em casa, depois só quer atenção e andar agarrado". Era evidente a dificuldade em lidar com os comportamentos do filho, a Avó Estrela foi dando sinais, ao longo das sessões comigo, de alguma indisponibilidade e desgaste a nível emocional e afetivo, ilustrando que o filho lhe pedia abraços, e que ela não tinha disposição. Esta sessão não se debruçou sobre as questões da alfabetização, foi sim um espaço de partilha e de escuta ativa. Em nenhum momento, foi sugerido que se iniciasse alguma atividade relativa ao propósito inicial que nos levava a estar juntas, contudo o conteúdo foi muito rico e preciso, um testemunho de uma mulher que abordou assuntos da sua vida privada e familiar, porque se sentiu confortável para o poder fazer, sem julgamentos. As sessões seguintes aconteceram dentro dos mesmos moldes, a Avó Estrela falou essencialmente sobre o seu percurso de vida, referiu os relacionamentos amorosos que viveu, ambos pautados por violência doméstica exercida sobre si, as profissões que exerceu ligadas à limpeza e à agricultura, quando viveu em zonas mais rurais. Uma vez que abordou a questão dos relacionamentos abusivos, foi inevitável falar do facto de um dos seus antigos companheiros estar a residir em sua casa. Prontamente, a Avó Estrela referiu "eu nunca o quis cá, por mim tinha ficado lá na terra dele sozinho, só está em minha casa por causa o meu filho que o foi buscar. Mas que não julgue que vou tomar conta dele". A Avó Estrela nunca escondeu o desconforto que era para si a presença do antigo companheiro, mesmo sabendo isso, o seu filho K insistiu em ir contra a vontade da Mãe e trazer para o domicílio o seu Pai. A Avó Estrela referiu

que ele agora não a tratava mal, também estava “velho e doente” e que era muito meigo e terno com a neta Flor. Mas ainda assim, era mais uma pessoa em casa que necessitava de cuidados, de alimentação e que as despesas também eram maiores. Contudo, o que trazia maior prejuízo para a Avó Flor, era o facto de a sua vontade não ser respeitada, mais uma vez, e de ter de conviver na sua casa com uma pessoa que lhe causara muito sofrimento no passado.

Um assunto bastante importante que a Avó Estrela mencionou, numa das sessões, foi a institucionalização de três dos seus filhos, sendo que um deles era a Mãe da Flor. Já era conhecido através da consulta documental, que a Mãe da Flor tinha sido acolhida na infância, contudo ouvir a história a partir da Avó Estrela, foi muito mais rico e permitiu também pensar e refletir sobre as perceções que a Família tem sobre o acolhimento. A Avó Estrela falou do acolhimento dos filhos de uma forma muito natural e leve, tendo admitido que inicialmente foi bastante complicado, quando a sua filha mais velha fora acolhida, mas reconheceu que era o melhor a fazer tendo em conta as condições que existentes. Quanto à sua filha, Mãe da Flor, refere que era uma criança “muito rebelde” e “esteve no “colégio como os outros e nem assim aprendeu nada, continua a ser assim e a ter aquele feitio”. Na atualidade, a relação da Avó Estrela com a filha é um pouco conturbada, existem muitos conflitos, principalmente com relação à guarda legal da pequena Flor. Contudo, é importante refletir sobre os percursos de vida desde a infância até à idade adulta. A própria Avó Estrela partilha as inúmeras dificuldades que vivenciou, reconhecendo que nem todos os seus filhos tiveram as mesmas condições e oportunidades. No entanto, sublinha que alguns, por terem estado acolhidos em instituições especializadas, deveriam ter desenvolvido outro tipo de comportamentos. Foi importante explorar um pouco mais esta questão com a Avó Estrela, uma vez que a sua perceção é que uma vez que os filhos estavam acolhidos, já não era da sua responsabilidade contribuir para o seu desenvolvimento e bem-estar integral. Foi também feita uma reflexão sobre a importância da individualidade de cada filho, e que todos tinham vivido o acolhimento de formas distintas, espelhando isso na sua vida adulta. No seguimento deste assunto, a Avó Estrela fez uma partilha sobre os seus dois filhos mais novos, que ainda não tinha feito com nenhum profissional do CAFAP. Era do conhecimento dos mesmos profissionais, que a Avó Estrela tinha dois filhos adolescentes, que se encontravam ao cuidado de um familiar e a residir no mesmo distrito. Esta partilha surgiu, para ilustrar o seu conhecimento sobre os

procedimentos legais no que diz respeito à proteção de menores, uma vez que sabia que a Flor estava na iminência de poder ser acolhida. Falou que assinara um documento, a autorizar que os seus filhos ficassem à responsabilidade de determinado familiar, para se manterem na família. Como houve abertura por parte da Avó Estrela, o assunto do afastamento dos seus filhos, foi um pouco mais aprofundado tendo admitido que não estava muito presente na vida dos seus filhos, mas que sabia que eles estavam bem.

Foram feitas partilhas muito fortes e significativas, que dizem respeito à vida familiar, mas também a cada elemento na sua individualidade. Este espaço que tinha sido criado para colmatar uma fragilidade sentida pela Avó Estrela, embora o propósito tenha sido cumprido enquanto fez sentido, revelou-se também um espaço privilegiado e protegido para a fortificação de uma relação de confiança, que permitiu a partilha da história de vida da Avó Estrela na primeira pessoa. Foi perceptível que estes momentos foram positivos para a Avó Estrela, por várias vezes referiu “já me sinto melhor, sabe isto faz-me bem”, mesmo quando as partilhas tinham que ver com situações do dia-a-dia. Esta foi uma ação muito rica, tendo servido também para incentivar a Avó Estrela a assumir-se como uma figura importante na Família. A Avó Estrela sentiu que neste espaço podia partilhar os seus pensamentos, as suas opiniões e também a forma como sentia as situações, de uma forma livre e sem julgamentos. A partir dessa conquista, esta emancipação foi sendo cada vez mais fomentada e incentivada, porque a Avó Estrela já tinha experimentado a sua própria liberdade. Esta ação baseou-se em momentos inicialmente estruturados, não de forma rígida, mas para que o tempo fosse sempre aproveitado de uma forma produtiva neste processo de alfabetização da Avó Estrela. Porém, o caminho foi-se direcionando noutro sentido, mas que era igualmente importante. Foi essencialmente no decorrer desta ação, que foram surgindo os elementos necessários para a compreensão do multidesafio que a Avó Estrela e a Família enfrentavam.

8. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO

A avaliação final do projeto “Entre nós- Projeto de intervenção psicossocial com uma família em contexto de CAFAP” apresenta-se como sendo, uma etapa essencial para compreender a amplitude das mudanças alcançadas, verificar a correspondência entre as ações desenvolvidas e o alcance da finalidade, dos OG e dos OE. Esta análise procura refletir criticamente sobre o impacto deste projeto, quanto aos resultados objetivos, mas essencialmente quanto aos processos subjetivos, que dizem respeito à transformação pessoal e social experienciada pelas pessoas.

O projeto foi estruturado em dois eixos de intervenção, sendo que o primeiro era composto por duas ações e o segundo eixo por uma ação, todas elas concebidas para dar resposta às necessidades identificadas na fase do diagnóstico participativo. A articulação entre os dois eixos e as ações permitiu uma abordagem holística e contextualizada, orientada para a reflexão e transformação da realidade dos participantes. Esta organização permitiu tratar, de forma integrada, as dimensões psicossociais mais relevantes para a família, tentando sempre que as respostas fossem o mais adequadas possível, às problemáticas identificadas. Desta forma, importa mencionar que as ações desenvolvidas, tiveram um impacto distinto nos participantes, permitindo-lhes refletir sobre a realidade, porém as transformações que aconteceram não tiveram grande duração no tempo. Para avaliação o eixo 1 de intervenção, que integra a ação 1 e 2, foi desenvolvida uma conversa intencional com a Avó Estrela, o Tio K e também o profissional do CAFAP gestor do processo da família. Foi feito um balanço sobre todo o percurso, foi referido pelos dois elementos da família a dificuldade que continuava a existir, para que a organização doméstica se alterasse, bem como a qualidade das relações e da comunicação. O Tio K referiu que aconteceram algumas mudanças, mas que rapidamente voltava tudo ao que estava anteriormente. A Avó Estrela mencionou “ao princípio ainda foram fazendo, mas já sei, é sol de pouca dura”. O profissional gestor do processo, como foi estando sempre a par de todas as etapas do projeto, foi fazendo algumas devoluções à família que já conhecia há alguns anos, alertando que a situação de risco a que a Flor estava exposta se mantinha, sendo que os dois elementos da família se encontravam conscientes da possibilidade de se realizar o acolhimento.

Quanto ao eixo 2 de intervenção, onde se desenvolveu a ação 3, mais direcionada para o desenvolvimento pessoal da Avó Estrela, a avaliação final aconteceu sob forma de uma conversa intencional entre mim e a Avó Estrela a pedido da mesma. Quando questionada sobre de que forma iríamos pensar e refletir sobre o trabalho desenvolvido, a Avó Estrela prontamente respondeu “vamos falar, gosto tanto destes momentos e gosto de falar consigo”, daí que a avaliação não poderia acontecer de outra forma que não esta. E assim foi, no que diz respeito às questões da alfabetização, alguns conhecimentos foram adquiridos no que diz respeito à formação de palavras e também de leitura, que iriam ainda ser trabalhados no curso de formação profissional, que a Avó Estrela se encontrava a frequentar. Quando ao reconhecimento da Avó Estrela como um membro importante na Família, a protagonista afirmou que estava a conseguir ter atitudes mais assertivas com os filhos, mencionando sempre que havia a mesma dificuldade com o M, também derivado à sua condição de saúde, mas que ainda assim sentia mais confiança para as decisões que eram necessárias, tendo mencionado “afinal de contas, a casa é minha, é justo que eu decida algumas coisas”. O trabalho que foi desenvolvido no âmbito da ação 3, começava a espelhar-se no próprio discurso proferido pela Avó Estrela.

Foi também desenvolvido um grupo de discussão com toda a ET do CAFAP, sugerido por mim. Apesar de todos os profissionais acompanharem de perto o percurso, considerou-se que esta iniciativa constituiu uma forma relevante de avaliação a integrar no desenvolvimento do projeto. Assim, os profissionais apreciaram a metodologia de intervenção privilegiada, mencionando que é importante que este processo de transformação seja próximo das pessoas e significativo, naquelas que são as suas realidades. Porém, na prática e tendo em conta o trabalho que tem de ser desenvolvido em parceria com todas as outras entidades, nem sempre é possível responder a todas as situações desta forma, mas que é possível ir adotando práticas ajustadas a cada pessoa, família e realidade.

A avaliação dos resultados alcançados permite, assim, concluir que a intervenção promoveu inúmeros momentos de reflexão, orientou-se para dar respostas de forma consistente às necessidades identificadas, evidenciando alguns impactos positivos na vida de alguns elementos da família. Porém, existem necessidades associadas a problemáticas bastante complexas, em que não foi possível dar resposta, necessitando-se de intervenções em paralelo que se prendem

com questões ligadas à saúde mental. De um modo geral, os participantes reconheceram a pertinência e valorizaram o projeto em que estiveram envolvidos. Apesar de as alterações não terem sido imediatamente visíveis, a análise do discurso e de algumas atitudes e comportamentos revela que a maior conquista foi o facto de terem refletido sobre as suas vidas e reconhecido o poder que possuem, e devem sempre possuir, sobre elas. No que diz respeito à situação da Flor, o acolhimento acabou por acontecer pouco tempo após o término do desenvolvimento do projeto. Os primeiros dias foram muito custosos para toda a família, que mesmo envolta em todo o sofrimento manteve a pretensão de alterar a situação, para que a Flor pudesse de novo voltar a casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervir em contextos de vulnerabilidade apresenta-se como sendo altamente complexo, exigindo abordagens integradas que considerem simultaneamente as necessidades individuais e coletivas, bem como os recursos disponíveis na comunidade (Alarcão, 2002; Bronfenbrenner, 1996). O CAFAP assume-se como uma resposta fundamental, uma vez que promove práticas de proximidade que favorecem a capacitação das famílias e o fortalecimento das suas dinâmicas relacionais. O projeto de intervenção desenvolvido com a família Vilar inscreve-se nesta lógica, através da promoção da participação ativa de todos os elementos, numa perspetiva de empoderamento e de reflexão-ação.

No que se refere ao desenvolvimento do projeto, a finalidade inicialmente delineada não foi integralmente atingida. O projeto encontrava-se estruturado em dois eixos de intervenção e foi no primeiro eixo, centrado na família e nas suas dinâmicas relacionais, que os objetivos não foram plenamente alcançados, nem se mantiveram de forma sustentada ao longo do tempo. Embora não tenham sido plenamente alcançados todos os propósitos da intervenção, em virtude dos múltiplos desafios enfrentados pela família, foi possível observar alterações em algumas rotinas e dinâmicas familiares, bem como a promoção de momentos de reflexão e de reforço da coesão familiar. O facto de não ter sido possível envolver todos os elementos da família naquela que era uma mudança que lhes dizia diretamente respeito, foi o maior obstáculo para não se conseguir uma verdadeira intervenção sistémica. É igualmente importante considerar que a família Vilar se encontra, há vários anos, numa condição de multidesafio e de multiassistência. Isto significa que a presença constante de diversos profissionais no seu quotidiano, a analisar e avaliar comportamentos, atitudes e ações perante determinadas situações, é inevitavelmente uma fonte de incómodo significativo. Contudo, isso não implica ausência de preocupação por parte da família relativamente às problemáticas que a afetam, poderá antes refletir, um sentimento de pressão acrescida e de incapacidade para corresponder, de forma positiva, às expectativas e recomendações que os profissionais consideram mais adequadas. No que respeita ao segundo eixo de intervenção, desenvolvido especificamente com a Avó Estrela e orientado para o seu desenvolvimento pessoal, verificaram-se alterações significativas que tiveram um impacto

claramente positivo na sua vida. Esta intervenção foi possível graças à construção gradual de uma relação de confiança e respeito, consolidada ao longo do tempo, que permitiu estabelecer um vínculo significativo com a avó Estrela. Esta relação de ajuda constituiu-se como um elemento determinante no processo de intervenção, dado o papel estruturante que a Avó desempenhava no quotidiano familiar. Tal como sublinha Rogers (1985) a relação de ajuda implica um encontro autêntico, sustentado na empatia e na aceitação incondicional, princípios que orientaram a prática desenvolvida e que se revelaram fundamentais para potenciar a participação e o desenvolvimento pessoal da Avó Estrela no decurso do projeto. Desenvolver este trabalho de proximidade com a Avó Estrela revelou-se essencial, na medida em que lhe permitiu reconhecer-se como uma pessoa capaz, válida e dotada de recursos para continuar a assumir-se como o principal alicerce da família. Tratou-se de uma intervenção individualizada, mas com repercussões evidentes no funcionamento da família enquanto sistema. Apesar de se considerar fundamental que este acompanhamento próximo pudesse ter continuidade, tal não foi possível garantir, em virtude das rotinas da Avó e dos prazos definidos para a execução do projeto. Ainda assim, embora já existisse um acompanhamento técnico regular, esta abordagem menos formal e mais intimista possibilitou um conhecimento da realidade familiar mais profundo e genuíno.

Por fim, este projeto de intervenção social evidencia e reforça o facto, de os processos de mudança em contextos familiares serem altamente complexos, não lineares e frequentemente marcados por avanços e recuos, exigindo continuidade, acompanhamento próximo e a capacidade de valorizar pequenas conquistas que, cumulativamente, podem contribuir para transformações mais duradouras. Este trabalho constituiu-se como sendo um profundo conhecimento acerca da realidade vivida pela família em acompanhamento, mas também uma oportunidade de reflexão crítica sobre as práticas de intervenção social atuais. Esta análise convoca a necessidade de questionar se a atuação dos profissionais se encontra devidamente ajustada às especificidades das famílias multidesafiadas, e também de problematizar se o próprio sistema, nos seus enquadramentos normativos e institucionais, possibilita efetivamente a construção de respostas interventivas flexíveis, conscientes e verdadeiramente orientadas para as necessidades singulares de cada família.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2002). *(Des) equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (2ª ed.). Quarteto Editores.
- Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P. & Serrão, C. (2016). A educação social e as famílias multidesafiadas: reflexos sobre um trajeto estimulado. *Praxis Educare*, 1, 57-64.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artes Médicas.
- Canha, S., Mangas, C. & Ribeiro, J. (2022). A inclusão na escola: o papel da comunicação entre as equipas multidisciplinares. In Catarina M., & Jenny S. (Coords.). *Educação Inclusiva e acessível: oportunidades e sinergias* (189-205). Editora Almedina. <http://hdl.handle.net/10400.8/7877>
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social* (Vol. 1). Porto Editora.
- Cardoso, R. & Moreira, D. (2017). Da educação à intervenção social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. *Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación*, 5, 102- 106. <http://hdl.handle.net/10400.2/9342>
- Cembranos, F., Martínez, J. A., & Medina, R. (2001). *Grupos inteligentes: Teoría y práctica del trabajo em equipo*. Editorial Popular.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª ed.). Edições Almedina, S. A.
- Coutinho, C. P. (2014). *Paradigmas, metodologias e métodos de investigação. Em metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Teoria e prática* (2ª ed.). Edições Almedina, S. A.

- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação- acção. Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura*, 13(2), 455-479.
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%c3%a7%c3%a3o_Ac%c3%a7%c3%a3o_Metodologias.PDF
- Cruz, O., Barbosa-Ducharne, M. & Alves, L. (2018). *Reunificação familiar em Portugal: Práticas e atitudes profissionais* (Relatório técnico). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117592/2/303383.pdf?utm_source=chatgpt.com
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido* (11ª ed.). Paz e Terra.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção* (2ª ed.). Príncipia.
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). Rendimento e condições de vida 2023. https://www.ine.pt/xportal/xmain?DESTAQUESdest_boui=646322945&DESTAQUE_Smodo=2&xpgid=ine_destaquas&xpid=INE
- Latorre, A. (2003). *La investigación –acción: conocer y cambiar la práctica educativa*. Editorial Graó.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária* (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, FPCEUP). Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/53042>
- Melo, A. & Alarcão, M. (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64. <https://hdl.handle.net/10316/36419>

- Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Artmed Editora.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projetos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Sociologia – problemas e práticas*, 22, 137-154. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/18/183.pdf>
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e <<palavramundo>>: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65-84. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.50>
- Monteiro, H., & Timóteo, I. (2024). Sete formas de abordar um “contra-manual”: pressupostos gerais e desassossegos específicos. In Monteiro, H., Bravo, A., & Timóteo, I. (Coords). *Contra-Manual de Investigação-Ação Participativa*. Alphabook.
- Portugal. (2013, 2 de abril). Portaria n.º 139/2013. Diário da República, nº 64 – I série. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Lisboa. <https://dre.pt>
- Rodrigues, C. F. (2025). A pobreza e a desigualdade estão a aumentar?. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/portugal-desigual-um-retrato-das-desigualdades-de-rendimentos-e-da-pobreza-no-pais>
- Rogers, C. R. (1985). *Tornar-se pessoa* (7ª ed.). Moraes Editores.
- Santos, B. (1999). *Um discurso sobre as ciências* (11ª ed.). Edições Afrontamento.
- Santos, V. & Ghazzi, M. (2012). A transmissão psíquica geracional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (3), 632-647. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ZbdMbmJG6Jb89fDGW8RGkKF/?lang=pt#>
- Sarmento, M. J. (2010). Pobreza infantil: factos, interpretações e desafios políticos. In Sarmento, M. & Veiga, F. (orgs.), *Pobreza infantil: realidades, desafios e propostas* (179-191). Edições Húmus.

- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais. Casos práticos*. Porto Editora.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Climepsi Editores.
- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19 (1-2), 169-191.
<https://doi.org/10.17575/rpsicol.v19i1/2.402>
- Souza, S., Nogueira, N. & Souza, J. (2023). A transgeracionalidade do trauma e suas influências nas relações familiares. *Revista Contemporânea*, 3 (11).
<https://doi.org/10.56083/RCV3N11-180>
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática. Guía teórica y práctica*. Ediciones Paidós.
- Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2 (1), 11-26.
<https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>
- Vita, A., Almeida, A., Matos, A., Gomes, C., Sanches, C., Pena, M., Almeida, P. & Ribas, S. (2019) *Com famílias nos entendemos – Modelos práticos para e com famílias* (2ª ed.). Edições Esgotadas.

APÊNDICE A – GUIÃO DE GRUPO FOCAL DESENVOLVIDO COM A EQUIPA TÉCNICA DO CAFAP

30/03/2023

1. Como descrevem ou como apresentariam o CAFAP.

- **Profissional F:** Uma resposta que trabalha especificamente, com a população que são as famílias, com crianças e jovens em risco. E as problemáticas associadas a esta população e a equipa trabalha de uma forma, direcionada em três modalidades de acompanhamento. Se a pessoa já vem, ela já foi indicada, já nos foi direcionada e explicar de que forma, vamos responder às necessidades daquela família. À partida se nos foi indicada, é porque existe uma necessidade a determinado nível, que pode passar pela questão do cumprimento das responsabilidades parentais, dependendo de família para família, pode passar pelas competências parentais, que trabalhamos aqui, com os pais ou com a família que nos estão a indicar. Mas sobretudo, vamos dar resposta à necessidade que nos está a ser indicada. Isto é, aquilo que nós dizemos às famílias, explicamos que não somos o Tribunal, não somos a Comissão de proteção de menores, somos uma equipa mediadora que existe no terreno, que funciona a título privado, pertence a uma instituição que tem uma resposta social, financiada pela segurança social, aquelas coisas todas, e que no fundo vamos trabalhar, as questões direcionadas aos jovens e às crianças em risco. E depois, de acordo com cada caso, vamos definir um plano de trabalho, para colmatar e ir ao encontro das necessidades que estão identificadas, a vários níveis, ao nível das questões da habitação, das relações familiares, das questões de saúde, das questões da escola. Portanto, da família onde de integra.

- **Profissional P:** A nível pessoal, correto? Independentemente, da pessoa que se dirija a nós. A maneira como eu apresentaria o CAFAP, é uma resposta muito subjetiva, ou seja, é uma resposta que se adapta a todas as pessoas, independentemente das características das mesmas. Nós temos algumas linhas orientadoras, algumas ações, que são comuns a quase todas as famílias, mas depois é muito específico a cada família. Nós não fazemos muita intervenção grupal, primeiro, porque as famílias são do concelho de Gaia, de uma forma muito espalhada, mas

também porque os problemas, apesar de serem muito semelhantes uns aos outros, cada família tem a sua dinâmica, são muito diferentes umas das outras. Ao nível do Ponto de Encontro, costumo dizer muitas vezes, que para mim é um laboratório, ou seja, cada família, nós criamos soluções ou respostas, atendendo às famílias. Há três ou quatro anos atrás, só tínhamos convívios supervisionados, não tínhamos entregas e recolhas, ou convívios parcialmente supervisionados. Isto foi sendo criado à medida que surgiram as necessidades. Ao contrário de outros projetos, que tens uma legislação muito rígida, que não podes fugir muito, o CAFAP, prima por isto, ainda é possível adaptar a intervenção do CAFAP à medida que forem surgindo as necessidades. Por exemplo, no outro dia veio um processo novo, de um senhor que estava com dificuldade, em se localizar para as visitas, o F pegou no carro e foi com o senhor, desde aqui até à paragem do autocarro, onde o senhor tem de sair. Pronto, isto nunca foi feito, foi uma coisa que surgiu no momento, e que nós achámos que beneficiava o senhor, e então o F foi com ele até à paragem para que ele conhecesse o caminho até cá.

- **Profissional F:** O que ele está a dizer é importante, a liberdade que nós temos na intervenção. Nós temos algumas matrizes, que nos dizem aquilo que devemos e não fazer, mas maioritariamente não nos diz aquilo que devemos definir e não mudar. O CAFAP tem esta possibilidade de adaptabilidade, a cada situação. O senhor não sabia o caminho, ia ter dificuldade em perceber, porque é nós não o ajudamos? Será que a EMAT fazia isto? Será que a Comissão fazia isto? Se calhar não. Mas depois o CAFAP não tem diretrizes que nos digam, não podem fazer isto. A informação também é tão pouca, relativamente à intervenção do CAFAP. Existem CAFAP'S que utilizam modelos de intervenção específicos, nós ainda não temos nenhum em prática, que são definidos em termos de tempo e ações. Nós não temos isso definido, tem sido adequado a cada família, o que nos dá a liberdade de irmos definindo o que vamos fazer.

2. Como percebem a intervenção que é feita, como têm abertura e liberdade, a intervenção é mais adequada às realidades?

- **Profissional P:** Eu acho que se adapta melhor assim, porque cada coisa que surge, podemos adaptar à situação.

- **Profissional F:** Já nos debatemos sobre isto, às vezes temos a necessidade de pesquisar, modelos que estão a ser aplicados, porque às vezes temos dúvidas, e pensamos será que era positivo termos modelos que já existem e que já foram desenhados, como outros CAFAP'S. Era importante? Sim, era. Mas tudo tem prós e contras, porque vamos percebendo ao longo do tempo, que se tivermos um programa rígido, com determinada família não vamos cumprir os objetivos. É assim, planos de ação e atuação nós temos definidos, agora programas definidos a implementar, não existem. Quer dizer, eles existem, mas não implementamos nenhum. O que nos dá a liberdade de ação. No dia-a-dia, vamos percebendo, se der vamos pelo caminho A, se acharmos que o caminho A não está a ser o mais correto, adaptamos e começamos o caminho B. Do ponto de vista dos resultados, se era mais produtivo seguirmos um plano? Sim era, íamos chegar ao fim do tempo, e perceber, conseguimos isto e aquilo. Tendo uma visão mais ampla, é muito mais difícil também alcançar os resultados, porque também temos resultados mais amplos. Queremos a integração social da família a todos os níveis, se calhar se no início de uma ação nós determinamos: queremos apenas, que aquelas crianças comecem a ir à escola, vamos chegar ao final da intervenção e se calhar temos o resultado obtido. Agora a família está integrada socialmente a nível integral? Se calhar não, porque os problemas não eram só não ir à escola, havia outros.

Mas sentes que ao haver esta flexibilidade que acaba por ser mais difícil, porque os resultados são mais amplos?

- **Profissional F:** Em termos de intervenção é melhor. Em termos de apuramento de resultados no final, traz-nos alguma complexidade, porquê? Porque nós não somos tão focados em alcançar aquilo como resultado. Funcionamos, em função das necessidades do dia-a-dia.

Mas em termos da real transformação ao longo do tempo, achas que é mais duradora ao longo do tempo, sendo assim a intervenção feita?

- **Profissional F:** Pode ser mais rica e em termos integrais da família, pode nos trazer melhores resultados. O que é certo, é que em termos efetivos para a avaliação da equipa, é mais difícil contabilizar.

Agora quero colocar a tónica na família e não na Equipa, perceber se realmente esta transformação, sem contar tanto os dados quantitativos.

- **Profissional F:** Se eu acho que é mais produtivo, este tipo de atuação junto das famílias?

- **Profissional P:** Se é mais importante para a família ter mais objetivos cumpridos em termos de número, ou o objetivo em si cumprido.

- **Profissional A:** Não, é mais importante o B.

E que aconteça a transformação, mas que não seja pontual, só naquele período de tempo.

- **Profissional F:** Na perspetiva sistémica, não importa aquilo que fazemos, mas como fazemos. Nós damos valor a isto, preservamos a questão da relação, muitas vezes em função do alcance de determinado objetivo. Porque a relação, é a base de tudo na intervenção social. E, portanto, muitas vezes preservamos estar mais com as pessoas a ouvi-las e a criar relação, do que propriamente estar em casa a trabalhar, determinada questão. Acaba por ser mais produtivo, neste sentido, em que não interessa mesmo o que foi alcançado, interessa sim, como foi feito e da forma como as pessoas entenderam.

Vocês sentem que ao fazerem este tipo de intervenção, do ouvir e valorizar a questão qualitativa e não quantitativa, sentem algum tipo de pressão, por parte de superiores em apresentar resultados, ou há espaço para que isto seja descrito como uma intervenção eficiente? Sentem o mesmo por parte de outras equipas de diferentes respostas?

- **Profissional F:** Eu na semana passada estive na faculdade de psicologia e tive esta visão, das diferentes equipas. Há quem esteja a aplicar programas, e depois perde muito tempo e não intervém junto das famílias que deveria intervir, e então sentem pressão por parte da instituição, porque têm outro tipo de financiamento. Aqui, nunca sentimos esta pressão, porque nós temos os processos todos abertos. Portanto, se nós estivermos a intervir e a aplicar um programa, ou não, os processos estão todos abertos. A instituição dá-nos liberdade, para nós atuarmos da forma,

que nós entendemos ser a melhor, em função das necessidades da família, não pode é haver uma quebra de financiamento.

O financiamento é um impedimento para a intervenção?

- **Profissional P:** Sim, as regras que são implementadas por quem nos financia. Mas acho que a pergunta não é por aí. É mais se há pressão pelos outros serviços, para que os objetivos sejam cumpridos, em termos de quantidade e não de qualidade. Uma coisa é o financiamento, e todas as instituições querem ter o financiamento ao máximo, porque é assim que pagam as despesas. Mas voltando um bocadinho atrás, quando estamos a falar de ter uma intervenção mais quantitativa ou qualitativa, eu acho que é excelente o CAFAP, ter esta flexibilidade de poder intervir, consoante a necessidade das famílias. Às vezes eu sinto-me um bocadinho perdido, do excesso de flexibilidade. Porque, às vezes surge alguma situação e a portaria que rege o CAFAP, é muito insuficiente, há situações em que nós batemos ali na parte ética da profissão, ou na parte ética da intervenção, e não sabemos muito bem como atuar. E tendo aqui, algumas linhas orientadoras, não são diretrizes. Por exemplo, há um CAFAP que fez umas linhas orientadoras para o Ponto de Encontro, há coisas que eu concordo e outras que não, talvez porque a realidade deles é diferente da nossa. Na questão da pressão de outros serviços, eu em concreto não acho que, mesmo a EMAT ou os Tribunais não exercem pressão sobre os resultados obtidos pelo CAFAP. Pelo menos este CAFAP, os nossos parceiros com quem nós trabalhamos, sabem que é muito no domicílio, na relação com o outro, e quando há processos que não se cumprem os objetivos propostos qualitativos, eu acho que não há qualquer tipo de juízo de valor ou consequência para o CAFAP, por não se ter obtido. O trabalho na área social é isto, se não é concretizado, temos de tentar outro objetivo ou outra modalidade. Em termos de financiamento, todas as instituições querem.

- **Profissional F:** Mas ela existe, se formos pela questão do financiamento, nós não podemos ter uma quebra no financiamento. A única pressão que nós podemos vir a ter no nosso trabalho, é se existir uma quebra de financiamento, que nunca aconteceu. Agora pelas outras entidades, não temos essa exigência, porque eles funcionam da mesma forma, têm os mesmos problemas, a realidade em que eles trabalham é a mesma que nós.

- **Profissional P:** Até porque, grande parte dos insucessos nos processos, não se deve ao trabalho da equipa técnica, às vezes as famílias não querem mudar e nós temos de aceitar. Pelo menos, nós CAFAP temos de aceitar, agora se o Tribunal e as EMAT's concordam ou não é outra coisa. Quando nós temos os casos de encerramento com insucesso, e às vezes temos, não tem que ver com o trabalho dos técnicos, mas muito pela vontade da família, que não quer comparecer, às vezes é a realidade deles e eles estão bem como estão, se calhar, nós é que estamos a ver problemas onde eles não existem.

- **Profissional F:** E depois, nós também não trabalhamos numa perspetiva de atingir, determinados números e resultados. Trabalhamos numa perspetiva de mudança, seja ela qual for. Mesmo que seja pequena, e isto tem que ver com a nossa organização. Se eu me propuser, no início quando eu avalio uma família, a alcançar um determinado patamar, que é quase inatingível, certamente o resultado não vai ser positivo. Se eu me propuser a atingir se calhar a atingir objetivos e metas mais pequenas, e alcançáveis, o resultado do nosso trabalho vai ser maior. Mas é só isto que nós queremos? Não, nós queremos que as famílias atinjam um patamar, ao nível da consciência das necessidades, de perceber, eu tenho esta necessidade, o que vou fazer para poder colmatar. Se tiverem esta consciência é o melhor, vai responder àquilo que nos encaminharam? Talvez não.

- **Mas vocês sentem que ao intervir com uma família, as necessidades já vêm às vezes das sinalizações que vos chegam? Ou também sentem que podem ter que redirecionar os caminhos, objetivos e finalidades durante o processo? Como a realidade é tão complexa, se calhar a família nem sempre responde de uma forma uniforme. Isto para vocês dificulta, já está previsto no vosso trabalho, como lidam com esta "mudança de direções" a meio dos caminhos?**

- **Profissional P:** Temos momentos em que às vezes os processos quando chegam, ficam muito tempo em lista de espera, mas nós temos de os ler para saber em que modalidade os vamos inserir. Mas eu normalmente, quando vou para atendimentos nunca leio o formulário de encaminhamento, nunca leio a avaliação que a outra pessoa fez. Eu vou para o atendimento o mais isento possível, a pessoa que está lá vai contando a história de vida dela e vai-me passando

a sua noção, do motivo que a fez chegar ao CAFAP. Só depois é que vou confrontar aquilo que a pessoa me disse, com aquilo que vem referenciado. Até porque é a verdade da pessoa e é a verdade do técnico. E muitas vezes o que vem escrito na referência, está muito centrado nos problemas das pessoas e se calhar nas entrevistas, até conseguimos perceber que aquilo não resultou porque não foi explorado da melhor maneira. Vamos também aqui vendo as potencialidades. E também já aconteceu de as necessidades que são expostas na referência, serem demasiado gerais, quando temos um problema maior de raiz. Imaginemos, às vezes vem que a criança tem absentismo escolar. Mas se calhar temos de compreender que a família não valoriza a escola, ou não existe comunicação na família. Às vezes é preciso resolver primeiro isso, para depois erradicar o absentismo escolar. Às vezes é isto, existe uma relação muito genérica, muito centrada nos problemas e temos de ir um pouco mais atrás, e perceber o que motivou isto. Por isso, é que fazemos na primeira entrevista, o percurso da pessoa, até chegar ao CAFAP. Como é que correu a gravidez, se foi planeado ou não, se em caso de separação, o que é que motivou. Para perceber também qual é a expectativa das pessoas com a intervenção do CAFAP.

- **Profissional F:** Aquilo que eu estava a dizer há bocado, o dar a cana para pescar, não é esse o nosso objetivo. É sim, dotar a pessoa de algumas competências, para que depois “ela pesque sozinha”, mas depois temos de perceber há peixe para pescar? Ou será que estão pessoas suficientes a pescar e o peixe não vai chegar para todos. É muitas vezes a razão dos problemas, que acabam por ser complexos.

3. Têm sugestões de melhorias para esta resposta social? No que concerne ao alcance da intervenção e ao que está plasmado na legislação.

- **Profissional P:** Eu acho que tudo o que está na legislação, está muito correto, até porque os CAFAP'S já existem antes de 2013, não tinham era esta designação. Portanto, o trabalho que é feito, já era feito, e pelo que eu percebi, algumas pessoas envolvidas na avaliação dessa lei, já trabalharam nesses contextos, portanto, não estará muito diferente. Agora, concordo com tudo o que está lá, não te sei dizer nada em concreto, porque normalmente isto surge, quando tenho uma situação que sai um bocadinho, daquilo que é normativo. Mas eu acho que está insuficiente, porque deixa um conjunto de situações “ao descoberto”, em que depois tu tens de decidir com

base nas tuas convicções profissionais e pessoais. Às vezes surge uma situação e eu vou pesquisar, para ver o que a lei diz, e não está lá nada exposto sobre isso.

- Mas sentes que há essa carência na legislação, de tocar em certos pontos da intervenção que já vos remete muito para a parte ética e pessoal?

- Profissional P: Sim.

- Profissional F: Eu acho que, cada vez mais condições de trabalho dos técnicos que trabalham estas questões, não só o CAFAP, mas também as EMAT'S e as Comissões, nos levam para nós atuarmos cada vez mais numa perspetiva de emergência, e não deveria ser isso. Devíamos trabalhar, sobretudo na prevenção e, portanto, as situações quando nos chegamos já são situações limite, e quando nós trabalhamos numa perspetiva de emergência é tudo muito mais rápido. Temos de colmatar determinado problema, e muitas vezes não é pensado da melhor forma.

- Sentem que há uma intervenção muito pontual? Muito assistencialista?

- Profissional F: Às vezes ela tem de ser assistencialista, para que o problema tenha que ser colmatado no momento, só depois é que se pensa sobre o problema, e não devia de ser isso. Nós devíamos atuar sempre numa perspetiva de prevenção e continuidade. De que forma é que nós vamos prevenir que o problema aumente, porque ele já existe. E depois, como somos poucas equipas no terreno, trabalhamos ainda por listas de espera, por situações que são mais problemáticas e vamos criando prioridade, e na área da intervenção social, quando tu trabalhas por prioridade, não estás a trabalhar bem. Porque, se à partida te é sinalizado, é porque é necessário tu intervires. E se dentro das sinalizações, tu estás a criar uma prioridade, então não estamos a funcionar bem, quer dizer que os recursos que existem não são suficientes, devíamos ter recursos mais imediatos.

- Consideram que a intervenção do CAFAP está bem colocada, nesta ordem dos encaminhamentos?

- **Profissional F:** Se calhar pode passar por sensibilizar as entidades, do tipo de respostas que existem no terreno. Se calhar, por exemplo uma escola, ao invés de sinalizar, quando a criança ou o jovem estão mesmo em vias de reprovar, ao primeiro indicador, pode pedir para nós atuarmos. A forma como os procedimentos de trabalho são feitos é, vamos sinalizar à Comissão, a Comissão vai avaliar a situação e depois vai perceber, se tem que ver com o enquadramento de trabalho do CAFAP. Temos colegas que por vezes estão cheios de trabalho e nos encaminham processos, porque pelo menos aquela equipa vai “pegar na situação”. E depois há outra coisa, como muitas vezes os colegas não conseguem dar resposta, o CAFAP ao longo do tempo, foi passando aqui a ter um papel, muitas vezes como a EMAT. A nossa posição nos tribunais, vai muito em tomadas de decisão. O CAFAP é tido em conta sobre as avaliações que faz, porque as outras equipas, não conseguem dar resposta a tanta gente, e o CAFAP acaba por ter uma postura decisiva em muitos processos, que se calhar não deveria de ter. A escassez de recursos, faz com que o paradigma da nossa intervenção se tenha vindo a alterar ao longo do tempo.

- **Profissional P:** Eu acho que o CAFAP está muito bem posicionado onde está, ou seja, o que nós vemos na realidade é que a prevenção é muito importante, não há dúvida nenhuma. Todas as pessoas que estão referenciadas, já têm problemas, tu não referencias alguém para prevenir. E se efetivamente o papel do CAFAP, fosse prevenir sem a existência de problemas, nós não trabalhávamos em gabinete, trabalhávamos nas escolas, íamos à turma e tínhamos uma amostra maior e íamos prevenir, “a violência no namoro ou os maus tratos”. Isso era uma prevenção. Eu acho que o CAFAP, continua a ter um papel de prevenção, na origem de novos fatores de risco e perpetuação dos problemas. Trabalhamos para prevenir o surgimento de outros fatores de risco. O CAFAP tem o papel de prevenção, mas não é ao nível primário. Tendo em conta isso, estamos bem posicionados. Na minha interpretação, a maioria dos processos que nos chegam, ainda não estão no topo dos problemas, por isso é que conseguimos ter muitos processos com sucesso. Quando temos processos com insucesso, é porque a família não quer, ou porque a criança faz dezoito anos e a família anula o acordo.

- 4. No que diz respeito à equipa técnica, consideram adequada, na proporção de técnicos de famílias, sentem que precisavam de profissionais de outras áreas ou das mesmas áreas, para fazer uma intervenção mais presente ou sistemática.**

- **Profissional F:** Eu acho que está bem, acho que três é o suficiente, para as cinquenta famílias. De outras áreas, podíamos ter alguém mais ligado ao direito, às vezes temos algumas dúvidas.

- **Profissional P:** Na prática do nosso trabalho, para complementar podíamos ter as AD's que são as técnicas de apoio psicossocial, é bom para haver um trabalho mais continuado e consistente.

- **Profissional F:** Eu tenho famílias, em que as visitas já não são quase técnicas, e isso podia ser feito por uma AD, enquanto o técnico pode, por exemplo estar a fazer um Ponto de Encontro Familiar. E nós organizamo-nos desta forma, porque há CAFAP's que têm dois técnicos a fazer Ponto de Encontro Familiar.

- **Mas sentem que é necessário haver dois técnicos a fazer o Ponto de Encontro Familiar?**

- **Profissional P:** Às vezes é.

- **Profissional F:** Às vezes é, e nós organizamo-nos nesse sentido. Mas nós priorizamos, e aprendemos a fazer com o tempo, antigamente faziam dois, mas foi com o tempo que fomos percebendo que não é necessário. O trabalho das AD's podia ser complementado ao nosso.

- **Profissional P:** E a legislação contempla isso, está incluído nos acordos, sugere que o CAFAP tenha Técnicos de Apoio Psicossocial.

5. Como se posicionam face ao trabalho entre a equipa? A forma como se organizam funciona? Sentem que conseguem desenvolver um trabalho positivo e de qualidade?

- **Profissional F:** Eu acho que nós ao longo do tempo, mesmo até em ferramentas de trabalho vamos sempre mudando, de acordo com as necessidades, vamos nos adaptando. O que eu acho que temos falta são modelos, porque é muito na base de vamos avaliarmos e o que achamos, porque por norma vão duas pessoas a visitas, é aquilo que vai ficar decidido. Não há muitos modelos de intervenção, e os que há, são muito extensos e não têm grande capacidade de adaptabilidade, ou seja, não passíveis de poderem ser alterados e adaptados a um determinado objetivo. São bem delineados e bem definidos, mas são rígidos. Isto tenho também ouvido, por

parte de outros CAFAP's. Nós não temos um modelo de intervenção, é muito na base da necessidade do momento, perspetivar o que vamos fazer a curto prazo e a longo prazo, mas muito de acordo com as necessidades é que vamos planear. Vamos tendo ações definidas, mas não temos um modelo a seguir, é muito na base da partilha uns com os outros, para se decidir o que se vai fazer.

6. Enquanto profissionais, como se sentem ao integrar uma equipa CAFAP? Consideram que conseguem evoluir, conseguem desenvolver-se profissionalmente com os desafios que vão surgindo?

- **Profissional P:** Quando vim para o CAFAP, achei que era só entrega de cabazes alimentares, não sei porque motivo fiquei com essa ideia na faculdade. Mas eu gosto muito da resposta do CAFAP, acho que tem muitas potencialidades. O único se não é que às vezes temos de valorizar os pequenos passos que vamos dando, porque por vezes nos processos damos um passo e depois para trás damos dez. Eu especialmente gosto muito, da modalidade de Ponto de Encontro Familiar, porque me obriga a estar em constante atualização académica. Mesmo hoje de manhã estava a fazer um PIAF, e tive que ler umas coisas para poder fundamentar melhor, aquilo que queria dizer. Apesar de ter as bases da faculdade, não é o suficiente, porque aprendemos coisas muito específicas com as famílias. E não é possível copiar tudo para todas as famílias, porque a família que eu tenho hoje é diferente da que vou ter amanhã.

- **Profissional F:** Eu também estou satisfeito com esta resposta. Para mim, isto é uma questão pessoal, é a área que eu mais gosto, sempre foi a que eu mais gostei, por acaso tenho a possibilidade de poder trabalhar nas duas áreas que mais gosto. Mas esta, tinha muita curiosidade, não sabia é que nós tínhamos tanto peso na tomada de decisões muitas vezes, e, portanto, como por vezes não temos os suportes todos, que eu acho que o CAFAP deveria de ter, deveria existir mais conhecimento ao nível da intervenção, como existem noutras respostas. Maior suporte, no sentido de haver alguém a que possamos recorrer quando temos dúvidas, e isso não existe. Nós procuramos entre nós, ou então junto das outras equipas, porque se for alguém especializado tem de se pagar, e por norma as instituições não o fazem. Mas sinto que nós precisamos muito disto, cada vez mais eu acho, que a posição do CAFAP, as tomadas de decisão,

têm muito que ver com aquilo que nós dizemos. A responsabilidade é muito elevada para aquilo que nos dão em termos de trabalho. Temos por exemplo os colegas da EMAT cheios de trabalho e somos nós que vamos fazendo o acompanhamento, depois eles dizem, é o que vocês disserem. Tu tens de criar ao mesmo tempo confiança com a família, para poderes trabalhar a longo prazo, é tudo na base da relação de confiança, muitas vezes tens de tomar uma postura assertiva, até mesmo em Tribunal, correndo o risco de existir a quebra de confiança com a família. Não há esta divisória, a família com quem tu crias uma relação de confiança, para conseguires trabalhar, é a mesma família que vai ler o teu relatório quando tu o mandares para o Tribunal. Temos de estar constantemente a reforçar a relação de confiança com as famílias, porque existem estes fatores. Não somos protegidos no CAFAP nesse sentido. Em termos pessoais, é desafiante, porque todos os dias nós temos de nos debater com questões, que não sabemos o que havemos de fazer, vamos falando entre nós e com colegas de outras equipas. Trabalhamos com famílias muito diferenciadas, isto leva-nos a desafios constantes e isso também é positivo no nosso trabalho. Mas a longo prazo, também nos traz muito desgaste emocional, porque muitas vezes é muito difícil se conseguir distanciar, até porque se cria muitas vezes relação mais com os miúdos.

- **Profissional P:** Eu por acaso bato muito a porta quando saí do trabalho, não levo nada para casa. Quando me pergunta como correu o trabalho, eu digo, correu bem e não me alongo muito. No início levava muito, agora ainda há uma ou outra situação que vou e penso.

- **Profissional A:** Eu ainda tenho dificuldades e ainda acordo à noite, a pensar nas famílias, aquela situação não me sai das cabeça, e depois tenho dificuldades em voltar a adormecer, mas também é em situações muito específicas.

- **Profissional F:** Grande parte do nosso desgaste, é quando o nosso trabalho está constantemente a ser colocado em causa por algumas pessoas, sempre à procura da mínima coisa. Por vezes somos incluídos nos conflitos que já existem na família e o desgaste advém daí. Mas o nosso trabalho é muito interessante.

APÊNDICE B- FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO PARA O CAFAP

CAFAP

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

PARTE I - A PREENCHER PELO CAFAP

Data e entrada:

Re-sinalização:

Nº de processo:

Sim Não

Família:

PARTE II - A PREENCHER PELO ENCAMINHADOR

1. DADOS DO ENCAMINHADOR

Profissional/pessoa que encaminha:

Qualidade na qual faz o encaminhamento/ relação com a família:

Entidade/instituição:

Morada:

Código-Postal:

Contacto telefónico:

E-mail:

2. DADOS DA FAMÍLIA:

Morada (s):

Código postal:

Contactos telefónicos ou outros: mãe: pai:

Tipo de família:

Heteroparental:

Homoparental:

Monoparental:

Reconstruída (nova família):

Alargada (mais que um núcleo): Composta (elementos não aparentados):

Outra:

3. MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA FAMÍLIA/AGREGADO FAMILIAR

Número do elemento	Nome	Papel/posição na família	Data de Nascimento	Escolaridade	Actividade Profissional	Situação Profissional	Estado civil
1 Pessoa Identificada							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							

Obs

5. OUTROS FAMILIARES E ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS

Listar todos os familiares conhecidos (avós, tios, primos, companheiros, etc.) e pessoas significativas na vida da família (vizinhos, amigos relevantes, pessoas da comunidade próxima, etc).

(Nota: Assinalar com um asterisco e um mais (+) todos os elementos que: podem manifestar disponibilidade para colaborar com o processo de apoio à família; podem contribuir para a construção/implementação de soluções e de um plano de segurança; têm um contacto próximo com a família e/ou que constituem fonte de suporte positivo.*

Assinalar com um asterisco e um menos (-) todos os elementos que podem: ter estado envolvidos, de alguma forma, no aparecimento e/ou manutenção dos problemas; que têm oferecido um suporte que não se tem revelado eficaz ou que contribuiu para o aparecimento de outros problemas; que podem estar associadas a perigo para as crianças e/ou com quem a família mantém relações conflituosas, tensas ou potencialmente perturbadoras.)*

Número do elemento	Nome	Papel/posição na família ou relação com a família	Data de Nascimento	Actividade Profissional	Situação Profissional	Estado civil	Contactos
1							
2							
3							
4							

6. ENTIDADES QUE INTERVEM ATUALMENTE COM A FAMÍLIA

Entidade / Profissional	Nome	Contacto
Escola		
Médico de Família		
Outro Especialista		
Psicólogo		
IPSS		
Hospital		
Polícia		
CAT		
Outra		

A Criança/jovem está sinalizada na CPCJ de _____

SIM

NÃO

Motivo:

Data Sinalização:

Técnico Responsável:

Obs. (p.e. situação atual, tipo de processo, acordo e medidas): _____

Outros elementos da família estão/estiveram sinalizados na CPCJ?		SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
Nome:	Processo Nº _____		
Motivo:	Técnico Responsável: _____		
A criança/jovem ou outro elemento da família tem/teve um processo em tribunal?			
		SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
Nome:	Motivo:		
Nome:	Motivo:		
A criança/jovem ou outro elemento da família está/esteve colocado numa instituição?			
Nome:	Instituição:		
Motivo:	Instituição:		

7. BREVE HISTÓRIA DA FAMÍLIA

8. POSIÇÃO DA FAMÍLIA FACE AO PEDIDO

Conhecimento por parte dos restantes elementos e grau de concordância:

Estado emocional de quem faz o pedido:

Avaliação das relações na família nuclear:

Avaliação das relações com as famílias de origem:

Data:

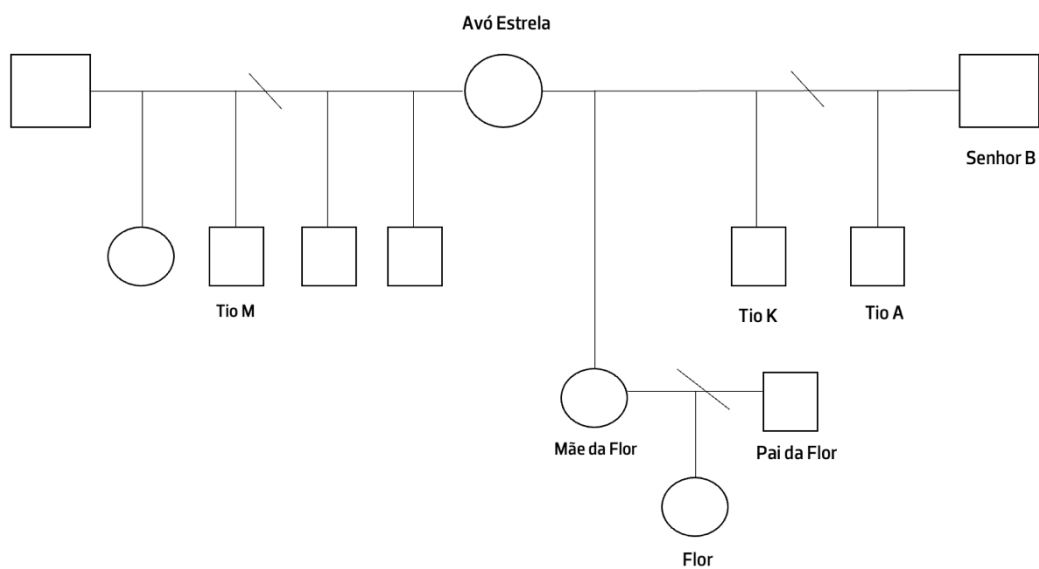
Assinatura:

A Preencher pelo CAFAP

Técnico/a:

Data de Início da Avaliação:

APÊNDICE C- GENOGRAMA DA FAMÍLIA VILAR



APÊNDICE D- PROBLEMAS, INDICADORES E NECESSIDADES

Problemas	Indicadores	Necessidades
<p>Sistema familiar multidesafiado, devido à interseção de múltiplas situações de risco</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas intencionais - Observação direta e participante - Registos no processo documental 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a comunicação entre os membros da família; - Desenvolver estratégias para que todos participem nas rotinas diárias do lar.
<p>Contexto familiar e relacional pouco responsivo às necessidades da Flor</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas intencionais - Observação direta e participante - Registos no processo documental 	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar rotinas que promovam hábitos de higiene pessoal; - Adotar hábitos de alimentação mais nutritiva e saudável; - Reforço dos conteúdos lecionados em contexto escolar.

<p>Desempoderamento e desconsideração sentida pela Avó Estrela, em relação aos seus familiares</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas intencionais - Observação direta e participante 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a autoestima da Avó Estrela, para que sinta que a sua voz tem valor; - Utilizar um discurso claro e assertivo, quando necessário; - Deixar que os membros adultos da família, se responsabilizem pelas suas ações; - Adotar estratégias, de modo a conseguir afirmar-se como sendo a responsável pela casa.
<p>Situação de analfabetismo da Avó Estrela</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas intencionais - Observação direta e participante - Registos no processo documental 	<ul style="list-style-type: none"> - A Avó Estrela ter privacidade sobre a sua correspondência; - Conseguir total autonomia, quanto a situações do quotidiano.

APÊNDICE E- MODELO DE TABELA DE ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA

Frequência	Tarefas
<p style="text-align: center;">Todos os Dias</p>	<p>Fazer as camas Arrumar roupa do dia Lavar loiça / limpar lava-loiça Varrer cozinha Limpar bancada e fogão Dar comida e água ao cão e gatos Preparar lanche/mochila da Flor Dar um jeito geral na casa</p>
<p style="text-align: center;">Todas as Semanas</p>	<p>Lavar roupas e passar Aspirar casa e sofás Limpar pó (móveis, quadros, candeeiros) Lavar casas-de-banho Trocar roupa da cama e toalhas Despejar lixo Organizar compras Passear o cão Escovar os gatos</p>
<p style="text-align: center;">Todos os Meses</p>	<p>Passar esfregona na casa Limpar micro-ondas e frigorífico Limpar espelhos Organizar papelada</p>

	<p>Limpar caixotes do lixo</p> <p>Rever material escolar da Flor</p>
<p>A cada 3-6 meses</p>	<p>Lavar edredons, almofadas, capas do sofá</p> <p>Aspirar colchões, atrás da cama e roupeiros</p> <p>Limpar janelas e calhas</p> <p>Limpar forno e exaustor</p> <p>Lavar cortinas e tapetes</p> <p>Organizar os roupeiros</p>

ANEXO 1- CONSENTIMENTO INFORMADO

CONHECIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda **Daniela Sofia de Jesus Ferreira** foi acolhida na instituição **X**, para o desenvolvimento de um projeto de intervenção social no contexto da sua atividade profissional. A mestranda elaborará um relatório escrito, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Todo e qualquer documento produzido no âmbito do projeto será extirpado de dados pessoais, não sendo nunca divulgado à Orientadora qualquer informação que possibilite a identificação inequívoca de titulares de dados pessoais. No caso de a mestranda tomar conhecimento de situações abusivas dos princípios éticos, legais ou morais, deverá comunicá-los oralmente à Orientadora que decidirá em conformidade com a gravidade dos factos. Este documento, que tem o nome da instituição e da participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso durante 5 anos.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a orientadora e com a coordenadora do mestrado. Tomo conhecimento da exigência de não expor dados pessoais em nenhum documento ou relatório que produza durante a vigência do projeto.

(Local, Data)

(Assinatura)

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

**“ Entre Nós” : Projeto de intervenção
psicossocial com uma família em
contexto de CAFAP**

Daniela Sofia de Jesus Ferreira

